

Gustavo da Silva Andrade (Org.)

# ESTUDOS LINGUÍSTICOS

Do falado  
ao escrito,  
do texto  
ao discurso

Do falado  
ao escrito,  
do texto  
ao discurso



Tratar dos estudos linguísticos implica, primeiramente, considerar a própria natureza da comunicação e da linguagem e como os fenômenos linguísticos são descritos à luz de diferentes correntes teóricas. A comunicação é uma forma de compreender e de transmitir a organização do mundo aos outros. A comunicação é a mediadora da relação do homem com o mundo e, para tanto, utiliza-se de signos. O pensamento não é transmitido senão por meio dos signos, os quais atuam como suportes exteriores e materiais da comunicação entre pessoas e, também, são formas de expressar a relação do homem com o mundo. A linguagem refere-se a qualquer processo de comunicação, como a linguagem dos animais, a linguagem corporal, a linguagem das artes, a linguagem da sinalização, a linguagem escrita, entre outras. As várias correntes que tratam dos estudos linguísticos são colocadas, quase sempre, em perspectivas de recortes temáticos e metodológicos, para a análise dos fenômenos linguísticos. A preocupação com a análise linguística é caracterizada pela descrição de línguas de diferentes perspectivas teóricas e pelo estudo do discurso e do texto em suas manifestações falada e escrita. O presente livro, intitulado Estudos linguísticos: do falado ao escrito, do texto ao discurso, contemplará essa rica variedade de estudos, agrupados em áreas específicas, quais sejam: descrição e análise funcional de línguas falada e escrita; estudos do texto e do discurso; oralidade e letramento e (iv) variação e mudança linguística.



## **Estudos linguísticos**

## *Direção Editorial*

---

Gustavo da Silva Andrade

## *Comitê Científico*

---

**Prof. Me. Alex Júnior dos Santos Nardelli**  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

**Profa. Dra. Danyiele Cristina Fernandes de Paula**  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

**Prof. Dr. Éderson Luís da Silveira**  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

**Profa. Me. Gabriela Andrade de Oliveira**  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

**Prof. Me. Gustavo da Silva Andrade**  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

**Prof. Dr. Marcos Wiedemer**  
Universidade Estadual do Rio Janeiro (UERJ)

# Estudos linguísticos

Do falado ao escrito, do texto ao discurso

Organizador

**Gustavo da Silva Andrade**



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

ANDRADE, Gustavo da Silva (Org.)

Estudos linguísticos: do falado ao escrito, do texto ao discurso [recurso eletrônico] / Gustavo da Silva Andrade (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

156 p.

ISBN - 978-65-5917-075-3

DOI - 10.22350/9786559170753

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Linguística; 2. Texto; 3. Discurso; 4. Oralidade; 5. Ethos; I. Título.

---

CDD: 410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística                      410

# Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>9</b>
Gustavo da Silva Andrade	
<b>1 .....</b>	<b>12</b>
<b>Uma análise funcional da marcação de aspecto em Libras</b>	
Eliane Francisca Alves da Silva Ochiuto	
<b>2.....</b>	<b>30</b>
<b>A identidade nos estudos sociolinguísticos</b>	
Sérgio Casimiro	
<b>3.....</b>	<b>57</b>
<b>A construção do <i>Ethos</i> da mulher em um processo criminal de autoaborto: uma abordagem discursiva</b>	
Gilmar Bueno Santos	
Maysa de Pádua Teixeira Paulinelli	
<b>4.....</b>	<b>74</b>
<b>A entrevista oral como evento de letramento</b>	
Virginia Maria Nuss	
<b>5.....</b>	<b>93</b>
<b>Lula em manchetes de capas da revista <i>Veja</i>: um estudo cognitivo</b>	
Lorenna Oliveira dos Santos	
<b>6.....</b>	<b>108</b>
<b>Projeções metafóricas e metonímicas na antroponímia brasileira: flutuações entre nomes comuns e nomes próprios em uma abordagem cognitivista</b>	
Natal Almeida Simões Neto	
Juliana Soledade	
<b>7.....</b>	<b>129</b>
<b>Uma análise das construções de tópico em três comunidades do semiárido baiano</b>	
Jacson Silva	
<b>Minibiografias .....</b>	<b>154</b>



## Apresentação

*Gustavo da Silva Andrade*

Tratar dos estudos linguísticos implica, primeiramente, considerar a própria natureza da comunicação e da linguagem e como os fenômenos linguísticos são descritos à luz de diferentes correntes teóricas.

A comunicação é uma forma de compreender e de transmitir a organização do mundo aos outros. A comunicação é a mediadora da relação do homem com o mundo e, para tanto, utiliza-se de signos. O pensamento não é transmitido senão por meio dos signos, os quais atuam como suportes exteriores e materiais da comunicação entre pessoas e, também, são formas de expressar a relação do homem com o mundo.

A linguagem refere-se a qualquer processo de comunicação, como a linguagem dos animais, a linguagem corporal, a linguagem das artes, a linguagem da sinalização, a linguagem escrita, entre outras.

Cumpra [...] dissociar o conceito de linguagem do da nossa interpretação diante das coisas da natureza. Pelo adensamento das nuvens no céu podemos chegar ao conhecimento de que vai embruscar-se o tempo, da mesma sorte que o aspecto das árvores pode indicar-nos uma mudança de estação do ano. Não há, entretanto, como falar em linguagem num ou noutro caso, porque as nossas conclusões decorrem exclusivamente de nós. As nuvens e as árvores foram objetos inteiramente passivos; e, para haver linguagem, é preciso, ao contrário, uma atividade mental tanto no ponto de partida quanto no ponto de chegada. [...] é preciso que o manifestante tenha tido a *intenção de manifestar-se*. (CÂMARA JR, 1974, p. 15).

Moulton (1972) compreende a linguagem como apenas a *possibilidade* de falar e compreender que herdamos geneticamente. A língua ou as línguas que falamos não são, contudo, transmitidas geneticamente, mas,

sim, culturalmente. “Quando dizemos que uma língua é culturalmente transmitida – que é aprendida e não herdada – queremos dizer que é parte daquele complexo de comportamento, aprendido e partilhado, que os antropólogos chamam de ‘cultura’” (MOULTON, 1972, p. 4).

O termo *linguagem* refere-se a qualquer processo de comunicação. As línguas naturais (e.g., o português) é uma das várias formas de linguagem, uma vez que constituem o processo de comunicação entre os membros de uma comunidade. O estudo da linguagem e da língua é matéria da ciência *Linguística*.

[...] os linguistas – cientistas que se dedicam à linguística – costumam estabelecer uma relação diferente entre os conceitos de linguagem e língua. [...] os linguistas definem o termo [linguagem] como a capacidade que apenas os seres humanos possuem de se comunicar por meio de línguas. [...] o termo “língua” é normalmente definido como um sistema de signos vocais [mas, também, signos visuais] utilizado como meio de comunicação entre os membros de um grupo social ou de uma comunidade linguística (FURTADO DA CUNHA; COSTA; MARTELOTTA, 2012, p. 16).

As várias correntes que tratam dos estudos linguísticos são colocadas, quase sempre, em perspectivas de recortes temáticos e metodológicos, para a análise dos fenômenos linguísticos. A preocupação com a análise linguística é caracterizada pela descrição de línguas de diferentes perspectivas teóricas e pelo estudo do discurso e do texto em suas manifestações falada e escrita.

O presente livro, intitulado **Estudos linguísticos: do falado ao escrito, do texto ao discurso**, contemplará essa rica variedade de estudos, agrupados em áreas específicas, quais sejam: (i) descrição e análise funcional de línguas falada e escrita; (ii) estudos do texto e do discurso; (iii) oralidade e letramento e (iv) variação e mudança linguística.

Nesse movimento, no primeiro capítulo, intitulado **Uma análise funcional da marcação de aspecto em Libras**, Eliane Francisca Alves da Silva Ochiuto apresentará uma proposta de análise da categoria de aspecto, sob perceptiva funcional, para analisar expressões não-manuais em

LIBRAS. Sérgio Casimiro apresenta a importância da noção de *identidade* e como essa noção parece estar correlacionada em um terceira onda da Sociolinguística, no capítulo intitulado **A identidade nos estudos sociolinguísticos**.

**A construção do *ethos* da mulher em um processo criminal de autoaborto: uma abordagem discursiva** Gilmar Bueno Santos e Maysa de Pádua Teixeira Paulinelli discutem, à luz da análise do discurso, a construção do *ethos* nos processos criminais de autoaborto. A perspectiva discursiva é ainda retomada no capítulo de Virginia Maria Nuss ao apresentar **A entrevista oral como evento de letramento**.

Em seu capítulo, **Lula em manchetes de capas da revista Veja: um estudo cognitivo**, Lorena Oliveira dos Santos parte para uma análise, sob perspectiva cognitiva, de como o ex-presidente Lula é representado nas capas da revista Veja. Ao chegarmos ao nível das palavras, mas ainda ligados a processos cognitivo, Natival Almeida Simões Neto e Juliana Soledade discutem as **Projeções metafóricas e metonímicas na antroponímia brasileira: flutuações entre nomes comuns e nomes próprios em uma abordagem cognitivista**.

Encerra este livro, um movimento de retomada à pragmática, a instância de maior importância na comunicação, com Jacson Silva, em seu capítulo **Uma análise das construções de tópico em três comunidades do semiárido baiano**.

## Uma análise funcional da marcação de aspecto em Libras

*Eliane Francisca Alves da Silva Ochiuto*

### Introdução

Ao longo dos últimos anos, as Línguas de Sinais (LS) têm ganhado espaço nos estudos da linguagem, contribuindo para o avanço e para o enriquecimento da ciência linguística. Com o avanço nos estudos da LS em países como França, Estados Unidos, Espanha, entre outros, observamos, também, no Brasil um avanço no tocante ao estudo da Língua Brasileira de Sinais (Libras), em que pesquisadores na área de estudos sobre a língua e sobre a linguagem têm buscado progredir nos estudos sobre a Libras, a partir de diferentes perspectivas teóricas, justamente por ela ser uma língua rica, no que diz respeito a seus componentes linguísticos (formais e funcionais) que dão, a ela, existência.

Esses componentes conferem a Libras o *status* de língua, algo que já foi questionado na área. A esses componentes chamamos de parâmetros, quais sejam: Configuração de Mãos (CM), o Movimento (M), o Ponto de Articulação (PA), a Orientação/Direção (Or./ Dir.) e o uso de Expressões não manuais (ENM). Os avanços nos estudos de uma língua visual-espacial, como é a Libras, vêm proporcionando aos pesquisadores brasileiros, surdos e ouvintes, oportunidades de estudar, analisar e descrever a Libras em seus diferentes aspectos formais e funcionais (semânticos, pragmáticos e discursivos); assim como acontece com qualquer língua oral auditiva, bem como de seu ensino como primeira e segunda línguas, de sua importância na educação dos surdos.

Outro ponto positivo diz respeito às discussões e aos estudos sobre a Libras e os surdos no campo da educação e do ensino de línguas. As pesquisas nessa área também têm se expandido nos últimos anos no Brasil de forma surpreendente. Por outro lado, os estudos de descrição e análise linguísticas da língua ainda têm sido pouco explorados, no entanto, mesmo a passos lentos, temos pesquisadores empenhados em compreender o universo linguístico de uma língua visual, buscando aprofundar seus estudos sobre a Libras, fazendo comparação e compreendendo as demais LS.

As pesquisas linguísticas realizadas até o momento sobre a Libras têm abordado aspectos fonéticos, morfológicos, sintáticos, semânticos, e, em última instância, aspectos pragmáticos e discursivos. Aspectos atinentes à variação, à mudança linguística, incluindo questões de gramaticalização, são muito pouco abordados nesses estudos. Nesse sentido, o presente estudo busca discutir, com base em uma abordagem funcionalista da linguagem (DIK, 1989; HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), a marcação de aspectualidade e sua relação com a expressão de tempo na língua, por entendermos que se trata de um assunto que ainda carece de mais explicações e estudos que consigam mostrar, com mais detalhes, como a categoria de aspecto manifesta-se em Libras e qual sua relação com a categoria de tempo, de natureza dêitica, e, principalmente, qual a contribuição das expressões NM (girar de tronco, por exemplo) para a expressão de aspecto.

Vale destacar que a análise preliminar sobre aspecto em Libras que apresentamos aqui é parte integrante de projeto de doutoramento da autora, o qual trata do tempo relativo em Libras e de sua relação com a categoria de aspecto, a partir de uma abordagem funcionalista da linguagem, na qual a pragmática, o conhecimento do sinalizante e o contexto de sinalização são extremamente importantes para a análise de qualquer aspecto linguístico da língua. Esse trabalho está também relacionado ao projeto de pesquisa cadastrado na Faculdade de Educação a Distância da Universidade Federal da Grande Dourados (EaD/UFGD), local onde a autora atua como pesquisadora e professora efetiva do Curso de Licenciatura

em Letras Língua Portuguesa/Libras da instituição. A coleta de dados da pesquisa se deve, em sua maioria, às entrevistas realizadas nas dependências da faculdade de Educação a Distância (EaD/UFGD).

Entre os estudos sobre a linguística da Libras, a pesquisa de Ferreira (2010) realiza um estudo inicial sobre aspectos linguísticos da Libras. Outro estudo que merece destaque sobre o assunto em pauta é o de Finau (2004), que, em sua tese de doutorado, analisa os “sinais de tempo e aspecto na Libras”, focalizando, mais de perto, a atuação e a relevância de verbos auxiliares, verbos plenos e dos sinais de advérbios de tempo para a expressão dos valores aspectuais e temporais em Libras. Quadros (2004), por sua vez, realiza uma discussão sobre os componentes linguísticos da Libras a partir dos estudos de Ferreira (2010).

Nessa mesma linha, Pires (2017) realiza um estudo sobre os aspectos perfectivo e imperfectivo na Libras, tendo como base os estudos sobre aspecto realizados por Comrie (1976 *apud* PIRES, 2017), quem define o aspecto como a forma de visualizar internamente o tempo da situação de fala

Ao voltar nosso olhar para as categorias de aspecto e tempo na Libras, temos como hipótese a tese de que as ENM, consideradas um dos parâmetros essenciais de uma língua visual, constituem uma estratégia linguística para codificar e para especificar a constituição temporal interna do tempo no que diz respeito, em especial nos casos aqui tratados, à indicação de finalização (ao ponto final) ou término de um processo (CASTILHO, 2002; ILARI; BASSO, 2010).

Mediante essa hipótese, temos como objetivo apresentar uma análise do uso das ENM “girar do tronco” e do sinal “PRONTO” na Libras como estratégias de marcação da informação aspectual, buscando oferecer evidências de seu uso funcional na língua, para além de sua contribuição para demarcar o referente no discurso no momento da sinalização e na flexibilização das possíveis ordens das sentenças, quando há o uso de verbos simples (QUADROS, 2019).

Para tornar possível a realização e a discussão dessa pesquisa, que ora é proposta, tomamos como base de análise dados reais de uso da língua, produzidos por surdos falantes da Libras, os quais foram extraídos de vídeos produzidos com os informantes na sala de recursos audiovisuais da EaD/UFGD, em razão da pesquisa de doutorado da autora, conforme já mencionado.

Neste trabalho, foram analisados os vídeos já coletados inicialmente para a pesquisa de doutoramento, como projeto piloto de implantação, contando, primeiramente, com dois participantes, totalizando 10 vídeos, nos quais os sujeitos participantes da pesquisa produziram cinco tipos de textos, a saber: (a) narrativa pessoal; (b) narrativa recontada; (c) narrativa orientada (história em quadrinhos); (d) receita; e, por fim, (e) atividade de um dia, ou seja, descrição de itinerário de um dia. A presença de diferentes gêneros textuais se deve à proposta inicial da pesquisa, que busca verificar se a manifestação de aspecto é, de alguma forma, privilegiada por algum gênero específico.

Para cumprir os objetivos expostos acima, o trabalho se organiza da seguinte forma: primeiramente, tratamos brevemente da relação entre Libras e funcionalismo; na sequência falamos da marcação de aspecto na Libras; por fim, apresentamos uma breve análise sobre a expressão de aspecto na Libras a partir do uso de ENM (girar de tronco) e do sinal de “pronto”. As considerações finais e as referências bibliográficas encerram a nossa discussão sobre o assunto.

## **Da relação entre a Libras e Funcionalismo**

Ao ser utilizada para diferentes funções e finalidades, a língua mostra-se influenciada tanto por fatores internos (formais) quanto externos (referentes ao contexto de uso e à cena enunciativa), motivam uma análise à luz da abordagem funcionalista da linguagem, uma vez que essa abordagem privilegia a análise da língua em situação efetiva de uso (NEVES, 1997).

Falante e Ouvinte fazem uso da língua ao estabelecer comunicação (valendo-se da isto é interação social), ambos trazem suas experiências de mundo/do universo enciclopédico adquirido ao longo da vida sobre o mundo ao seu redor, e é por meio da linguagem que os falantes fazem parte dos eventos de fala, conseguindo organizar e expressar suas ideias (NEVES, 1997).

A partir do momento que um pesquisador toma como objeto de estudo a linguagem, considerando-a como interação social, toma-se como base de estudo a Gramática Funcional (GF), pois, segundo Neves (1997), essa gramática propõe a integração dos componentes linguísticos (pragmático, semântico e morfossintático). E essa proposta nos permite analisar e descrever uma língua como a Libras, que é uma língua visual espacial, pois para compreender sua organização interna e como os parâmetros que constituem seus componentes linguísticos se comportam numa interação entre falantes que dela fazem uso, é necessário compreender, ou seja, considerar a relação pragmática na organização sintático-semântica dos eventos de fala dos indivíduos surdos.

De acordo com Dik (1997 *apud* NEVES, 1997, p. 25), “[...] a gramática funcional constitui uma teoria de componentes integrados, uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual, entretanto, só pode ter um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro da interação verbal”. Assim, ao estudar a Libras, levamos em consideração que a preocupação funcionalista é estudar a língua considerando o contexto social, para compreender a língua e suas naturezas (NEVES, 1997, p. 40-41), ou seja, a adequação dos componentes gramaticais, considerando a pragmática na interação verbal, no qual não devem, conforme Neves (1997, p. 81), serem vistos como dimensões isoladas ou autônomas, “mas como estratégias/instrumentos usados pelo falante para evocar no ouvinte a interpretação que deseja”.

As ENM na Libras, como, por exemplo, o “girar do tronco”, dentro de um contexto de uso sinalizado, são usadas como estratégias do sinalizante para conseguir “ganhar” a interpretação/atenção do ouvinte, e também

para indicar finalização de eventos, que são apresentados em uma sequência, como, no caso de um receita de bolo, que envolve várias etapas: primeiro, você faz isso (girar de tronco), depois, você faz isso (girar de tronco), e assim por diante. O mesmo ocorre com as expressões faciais, como o levantar das sobrancelhas, o franzir da testa”, que são usadas para indicar questionamentos, dúvida, concordância, etc., o que mostra que a devida análise desses elementos e de outros sinais da Libras requerem uma análise baseada no uso.

Assim, para tratar da expressão de aspecto na língua, apresentamos, a seguir, uma breve explicação e um breve apanhado sobre a questão da aspectualidade em Libras, com base em estudos já realizados por alguns estudiosos da área, em especial por Finau (2004; 2008).

### **Sobre a aspectualidade em Libras**

Ao buscar compreender como acontece a marcação aspectual na Libras, é importante lembrarmos a definição de aspecto por parte de alguns linguistas da área de estudos da linguagem. Para Comrie (1976 *apud* PIRES, 2017), aspecto é definido como uma forma de visualizar como o tempo está organizado internamente nos eventos de fala, em termos de perspectivização, ou seja, se esses eventos são apresentados como acabados, não acabados, iniciados, em curso, etc.

Para Ilari (2014, p. 170), que possui pesquisas sobre a relação entre tempo e aspecto, o aspecto está ligado à categorias conceituais, por exemplo, quando um verbo caminha para um fim, ele é considerado “télico” (envolve o conhecimento de mundo do falante e ouvinte) (p. 171), no qual o tempo verbal pode ter diferente perspectiva sobre o discurso, dependendo do tempo verbal empregado. No exemplo “Eu pintei a casa”, tem-se um caso de aspecto perfectivo, de natureza télica (por indicar uma ação que envolve duração/etapas de conclusão, em que o início e fim não coincidem), diferentemente do que acontece em casos como “A bomba explodiu”, em que se tem a conclusão de algo, mas sem expressar qualquer

tipo de telicidade (já que o início e o fim da ação de explodir coincidem). Em linhas gerais, a análise e a classificação dos tipos de aspecto envolvem também, segundo Ilari (2014), a observação do tipo de afetamento do objeto do verbo.

No que se refere à distinção entre aspecto e acionaldidade, Ilari (2014) diz que o aspecto propriamente dito é expresso nas línguas por meio de dispositivos gramaticais, ou seja, trata-se de uma categoria que é expressa nas línguas por meio de prefixos, infixos e sufixos, ao passo que as noções aspectuais que se manifestam na língua por meio de outros dispositivos, como por exemplo, perífrases verbais, são, muitas vezes, classificadas como resultado da acionaldidade, isto é, do modo como a estrutura prediativa encontra-se organizada na oração.

Para Ilari (2014, p. 173-179), em português, o aspecto se divide em primeira e segunda etapa. A primeira etapa é composta por:

- a) **Perfectivo/imperfectivo:** em uma oração como “Ela ia para o interior, mas resolveu não ir”<sup>1</sup>, temos um caso de evento imperfectivo, pois ele não apresenta um fim, uma conclusão, mas sim um evento inconcluso, ao passo que em “Ela foi para o interior, mas ele resolveu não ir”<sup>2</sup>, temos um evento perfectivo, pois o evento apresenta um ponto final, uma ação conclusa.
- b) **Perfectivo acabado/indeterminado:** na oração “Eu já morei aqui”<sup>3</sup>, temos um evento perfectivo indeterminado, pois não é necessário a referencia ao MR (Momento de referência, ou seja, ao tempo da enunciação), enquanto em “Eu já tinha morado aqui”<sup>4</sup> encontramos um evento perfectivo acabado, uma vez que a ação mobiliza um MR.
- c) **Progressivo e não progressivo:** segundo o autor, eventos com aspectos progressivos e não progressivos, têm como efeito o ato de “close”; pois quando um falante diz algo de forma progressiva, ou seja, transmite ao seu ouvinte que tem algo a mais dentro do processo, mesmo sendo antes ou depois do evento a ser focado, e a oração seguinte ao foco, dá a impressão de continuidade da ação inicial, como

---

<sup>1</sup> Ver em Ilari (2014, p. 175).

<sup>2</sup> Ver em Ilari (2014, p. 175).

<sup>3</sup> Ver em Ilari (2014, p. 175).

<sup>4</sup> Ver em Ilari (2014, p. 175).

podemos verificar em: “a reforma do ensino **foi uma beleza**, ela **está modificando** radicalmente[...]”<sup>5</sup>, em que se verifica a ideia de algo que está em progressão.

A segunda etapa, por sua vez, divide-se em macro e microeventos. Estão situados no campo da duração e da repetição. Assim, o macroevento trata de um quadro temporal mais amplo, como por exemplo, em “João nos visitava três vezes durante o verão”<sup>6</sup>, enquanto o microevento se refere a cada evento do macroevento, ou seja, é um evento que varia em sua duração como em “O alarme toca por 30 segundos sempre que há uma invasão”<sup>7</sup>.

Ao buscar referências de estudo sobre a temática, encontramos os estudos realizados por Ferreira (2010), que, ao iniciar seus estudos sobre a LS, chegou à conclusão de que a LS estrutura o tempo com base no espaço, ou seja, a organização temporal se organiza a partir das noções de espacialidade, de posicionamento do corpo no espaço. Nesse contexto, a autora buscava compreender os usos dos sinais utilizados para demarcar tempo dentro de uma linha tempo-espaço.

Ao estudar a Libras, Finau (2004, p. 29-30) define a categoria de aspecto como a responsável pela interpretação de uma ação como concluída ou não, desde que seja observada a sua duração ou repetição. Para além dessa definição, a autora considera o aspecto pragmático essencial por envolver o conhecimento de mundo dos envolvidos no ato comunicativo falante e ouvinte, uma vez que esse conhecimento é o que permite aos envolvidos organizar o tempo dos eventos de fala.

Finau (2008, p. 261) enfatiza que para marcar a aspectualidade numa língua, é importante que os sujeitos que fazem uso da fala, ou para compreender a marcação do mesmo, atentem-se ao contexto em que o ato comunicativo ocorre, fazendo uma relação entre os eventos de modo a conseguirem fazer as devidas escolhas para marcar as relações de tempo

---

<sup>5</sup> Ver em Ilari (2014, p. 176).

<sup>6</sup> Ver em Ilari (2014, p. 177).

<sup>7</sup> Ver em Ilari (2014, p. 177).

e aspecto adequadas ao contexto de comunicação. Esse fator acontece em todas as línguas sejam elas orais ou de sinais.

Com relação aos estudos sobre aspecto e tempo na Libras, realizados por Finau (2004; 2008), nota-se que os parâmetros que compõem os aspectos linguísticos da Libras, são os responsáveis pela organização das categorias de tempo e aspectos nessa língua. Por exemplo, os sinais relacionados ao PASSADO e FUTURO não marcam, segundo Finau (2008, p. 262), somente o tempo, mas também o aspecto, especialmente quando se tem modificação da noção temporal em algum parâmetro nos sinais, na qual essas alterações denotam aspecto.

A autora também relata que alguns sinais, como por exemplo, os operadores ANTES e DEPOIS, podem apresentar valores aspectuais quando recebem flexões morfológicas (FINAU, 2008, p. 264). Outra mudança que permite, conforme Finau (2008, p.265), a referência temporal é a alteração na CM, movimento e expressão facial, bem como a frequência dos movimentos.

Outro exemplo se refere ao sinal SEMPRE, que, nos estudos de Finau (2008, p. 266-267), dependendo da forma como é realizado, flexiona-se para indicar a aspectualidade. Por exemplo, ao ser realizado com as duas mãos, mas no mesmo ponto de articulação, que é à frente do corpo no espaço neutro, sem intensificar a expressão facial, esse sinal pode indicar que a ação acontece sempre, sendo condizente com o aspecto iterativo. Quando realizado com movimento avançado para frente, a partir de um ponto no espaço, indica aspecto perfectivo (ação acabada, concluída), quando intensificado, com movimento mais adiante e com uso da expressão facial, expressando intervalo de tempo que inicia em um ponto no passado e se estende com ideia de futuro, pode ser considerado como operador de aspecto imperfectivo cursivo, ou seja, de ação inconclusa.

Frente aos estudos realizados por Finau (2004 e 2008), percebe-se que o emprego dos elementos presentes no grupo de advérbios e expressões adverbiais na Libras, além de conseguirem contemplar a categoria

temporal, também conseguem participar dos arranjos de marcação aspectual nas sentenças, por meio das flexões e de mudanças morfológicas.

Segundo Klein (1994),

[...] há quatro parâmetros possíveis para descrever o significado temporal de uma forma *tense*: (1) o dêítico, que toma como referência o momento da fala, situando o tempo presente como simultâneo, o futuro como posterior e o passado como anterior a esse momento; (2) o dêítico refinado, no qual se observa graduação temporal como passado distante, mais distante, mais remoto; (3) o dêítico e, ao mesmo tempo, relacional, que opera com o estabelecimento de relações entre o tempo de fala e o de evento (expresso pela lexicalidade do verbo) com o de referência sem perder de vista a temporalidade dêítica dada pelo momento de fala; (4) o não-dêítico e não-relacional, para o qual a constituição temporal inerente do verbo marca se o evento é expresso como completo ou incompleto, sem precisar, assim, relacionar temporalidade com o momento de fala (KLEIN, 1994 *apud* FANAU, 2008, p. 270-271).

Diante do exposto, podemos inferir que quando a flexão gramatical para tempo não ocorre na Libras, a sua composição temporal pode, segundo Finau (2008, p. 271), ser explicada por meio da composicionalidade do sistema de referência temporal e aspectual. Isso mostra que Libras parece se inserir no mesmo rol de muitas línguas orais que mantêm uma relação muito próxima entre tempo e aspecto, de modo que, algumas situações, o tempo é apreendido somente a partir do aspecto.

Ao realizar uma descrição do tempo e aspecto em Libras, Finau (2008) propõe que voltemos nosso olhar para

[...] (1) as características de referenciação dêítica realizada por operadores específicos e/ou expressões ou advérbios temporais, (2) a referenciação dêítica e relacional em composição com a temporalidade inerente dos verbos e seus complementos e (3) as possíveis modificações aspectuais dadas por flexões. Dessa maneira, é possível avaliar a organização dessa língua para expressar relações temporais e aspectuais como no caso de situações perfectivas (pontuais), imperfectivas (abertas) e iterativas (perfectivas e imperfectivas) (FINAU, 2008, p. 272).

Segundo a autora, ao analisarmos essas categorias tempo/aspecto na Libras, considerando sua proposta acima mencionada, conseguiremos descrever de forma precisa, como ocorre essa organização interna sistemática do tempo na língua em discussão. Por essa razão, neste artigo nossa discussão gira em torno do uso da expressão não manual “girar do tronco” e do sinal “PRONTO” como operadores de aspecto em Libras, considerando os valores semânticos e pragmáticos, ou seja, considerando o contexto real de uso desses operadores num diálogo sinalizado.

### **Das expressões não manuais e o sinal “PRONTO” em Libras**

Tomando como base os estudos sobre a língua de sinais australiana (AUSLAN), realizados por Johnston e Schembri (2007), em que os sinais são separados em três tipos: sinais manuais, sinais não manuais, e sinais híbridos (que mesclam os dois tipos), entendemos que a Libras também pode seguir esse parâmetro, no sentido de que os sinais manuais se referem aqueles realizados com as mãos, fazendo uso dos parâmetros CM, PA e M; sinais não manuais são aqueles realizados por meio das expressões faciais e corporais, ao passo que sinais híbridos são aqueles que são feitos usando as mãos e as expressões faciais e corporais conjuntamente na realização dos sinais.

Para Finau (2004), as ENM funcionam como modificadores, em que algumas das expressões utilizadas, como as expressões faciais, exercem a função de marcadores de aspecto durativo, uma vez que há a repetição dos sinais verbais, a amplitude e intensidade dos movimentos. A autora, em sua tese de doutorado, faz um apanhado com os sinais manuais mais recorrentes que juntamente com alguns sinais não manuais, como as expressões faciais, são operadores de aspecto em Libras, citando exemplos de outras LS como a Língua Gestual Portuguesa e a língua de sinais do Paquistão.

Frente a discussão iniciada mediante os estudos já realizados, os sinais não manuais, ou seja, as ENM, quando são usados sozinhos ou quando

são usados juntamente com sinais manuais são capazes de realizar a marcação aspecto/temporal em uma língua visual-espacial, exercendo função de operadores gramaticais, daí a relevância de se considerar o contexto de uso.

Como veremos na seção de análise, identificamos, em nossos dados, que a ENM “girar do tronco”, quando usada de forma abrupta em um dado contexto de comunicação pode representar o aspecto perfectivo (ação acabada), no entanto quando o sujeito sinalizante está com o corpo posicionado sem movimento para um dos lados representa, a nosso ver, aspecto imperfectivo, significando que o evento está acontecendo simultaneamente ao momento da fala; já quando há o movimento para esquerda ou direita do tronco, entendemos como encerramento de um evento de fala.

A palavra PRONTO na língua portuguesa, segundo o dicionário online<sup>8</sup>, pertence à categoria de adjetivo e advérbio, significando rápido, concluído como logo e breve. Na Libras, segundo o dicionário on-line de Libras<sup>9</sup>, o sinal realizado para PRONTO pertence à classe gramatical adjetivo, significando algo terminado, finalizado, concluído, como por exemplo, no seguinte enunciado “PROFESS@ PERGUNTAR<sub>3s</sub> S-I TRABALHO JÁ PRONTO O-U NÃO<sup>10</sup>” (O professor perguntou para ele se o trabalho já estava pronto ou não).

Com base nessa breve explicação sobre a ENM e o sinal “PRONTO”, apresentaremos, a seguir, uma breve análise dos dados, a fim de efetivar a discussão iniciada neste trabalho.

## **Análise e descrição**

Dos cinco tipos de textos que cada informante produziu, até o momento, para a pesquisa de doutorado, utilizamos, para os propósitos deste

---

<sup>8</sup> Disponível em <https://www.dicio.com.br/pronto/>. Acesso em 1 jul 2020.

<sup>9</sup> Disponível em [http://www.ines.gov.br/dicionario-de-libras/main\\_site/libras.htm](http://www.ines.gov.br/dicionario-de-libras/main_site/libras.htm). Acesso em 1 jul 2020.

<sup>10</sup> Disponível em [http://www.ines.gov.br/dicionario-de-libras/main\\_site/libras.htm](http://www.ines.gov.br/dicionario-de-libras/main_site/libras.htm). Acesso em 1 jul 2020.

trabalho, apenas a atividade de itinerário de um dia dos sujeitos participantes da pesquisa, pelo fato de esse tipo de texto/gênero textual apresentar, em razão da nossa observação e avaliação preliminar, maior ocorrência do sinal “PRONTO” e da ENM “girar do tronco” como estratégias para marcação de aspecto em Libras.

Para a discussão da proposta feita aqui inicialmente, fizemos recorte de apenas duas ocorrências de cada sujeito apresentadas nos vídeos. Os sinais realizados são transcritos em glosas na escrita da Língua Portuguesa, e os sinais não manuais, ENM, são descritas de forma (subscrita), pois os dados coletados por meio de vídeos inicialmente para teste estão em processo de aprovação do comitê de ética e pesquisa da UFGD e UNESP, o que nos impede, portanto, de utilizar neste momento imagens dos participantes para fins de exemplificação do fenômeno em análise.

Para que fique didático e mais fácil de ser compreendido, colocamos os recortes das sinalizações dos falantes e em seguida realizamos a análise e descrição dos atos de fala.

## Sinalizante 1

- 1) [...] COMO FAZER TODO-DIA EU DORMIR ACORDAR expressão PREGUIÇA girar tronco/ombro da direita para esquerda FAZER CAFÉ ANDAR FAZER CAFÉ olhar café PRONTO voltar corpo para frente SENTAR PÃO MANTEIGA COMER intensidade continuo E COLOCAR CAFÉ COPO TOMAR Rusa classificador COME-R intensidade continuo PRONTO [...]

(LP: Como faço todos os dias, acordo, com preguiça... vou fazer o café, quando está pronto, sento na cadeira, como pão com manteiga e coloco café no copo para tomar e termino de comer).

- 2) “[...] ATIVIDADE (corpo posição lado esquerdo) fazer ler (lendo) LIVRO COMO? DESLIGAR (girar do tronco/corpo para direita) ORGANIZAR CASA IMAGINAR COMO FAZER ATIVIDADE ( posição corpo para frente olhos para cima) VARRER PRONTO LIMPO PRONTO (...)

(LP:[...] leio as atividades do livro, penso em como fazer, desligo o computador e começo a organizar a casa, pensando em como fazer as atividades, e termino de varrer a casa[...])

No recorte 1, ao sinalizar “eu DORMIR ACORDAR”, percebe-se que os eventos posteriores acontecem antes do momento de fala (MF), ou seja, antes do momento de sinalização pelo participante, que, ao realizar o “girar do tronco” da direita para esquerda, inicia outro evento que é o de fazer café. Na sequência, o verbo ANDAR nesse sentido indica que esse evento está acontecendo em um momento no passado, podendo ser definido como um caso de aspecto imperfectivo cursivo, isto é, de algo que estava sendo realizado no tempo passado; após o uso da ENM “olhar café”, a sinalizante realiza o sinal de PRONTO, nesse momento, o sinal realizado e ao retomar o tronco para posição de frente (narrador), o que se tem é um caso de operador de aspecto perfectivo, pois a ação se encerra e inicia um terceiro evento, que é de sentar e comer o pão.

No evento sinalizado “SENTAR PÃO MANTEIGA COMER”, a ação mesmo acontecendo antes MF, acontece simultaneamente pelo movimento intensificado do verbo COMER, indicando que a ação ainda está acontecendo, e o encerramento do evento de comer pão e tomar café é concluída quando a sinalizante faz uso novamente do sinal PRONTO, o que indica que a ação de comer descrita anteriormente como imperfectivo, passando apenas a ser definida como terminada/concluída após a utilização do sinal de PRONTO.

No recorte 2, nos eventos descritos, as ações realizadas são uma continuidade do evento anterior (1), pois é um relato de atividades que a sinalizante realiza durante o período de um dia, portanto, considera-se que os eventos narrados ocorreram antes do MF. Nesse evento, a ENM “girar do tronco” para direita torna-se um operador de aspecto perfectivo, indicando que o ação de ler foi terminada, ou seja, o evento é tido como acabado. Da mesma forma, o contexto também pode exemplificar um caso de aspecto imperfectivo cursivo/simultâneo ao iniciar um outro evento ORGANIZAR CASA, no sentido em que a sinalizante realiza, ao mesmo tempo, a ação de pensar em como ela realizará uma atividade relacionada ao curso em que faz, retomando a posição do tronco para frente, cujo encerramento da atividade só se dá ao usar o sinal PRONTO duas vezes para

encerrar o evento de varrer, organizar a casa. É a estratégia usada para encerrar os eventos.

O sinal de PRONTO torna-se um operador que delimita o espaço-temporal, ao indicar se o evento é acabado ou contínuo, podendo ser imperfeito cursivo ou perfeito, como podemos observar nos eventos da sinalizante 1, ao realizar o sinal para ANDAR, temos um evento imperfeito cursivo, no entanto ao finalizar a ação usando o sinal PRONTO, o evento passa a ser categorizado como perfeito, exatamente por indicar uma ação acabada.

Vejam, a seguir, mais dois exemplos de um outro sinalizante:

## Sinalizante 2

- 1) [...] ACORDAR ORGANIZAR mov. cabeça e tronco É AULA CONTEÚDO PRONTO IR leve movimento do tronco da posição frente da direita para esquerda ALMOÇAR RESTAURANTE FORA leve movimento da cabeça afir. VOLTAR ORGANIZAR TUDO CERTO...  
(LP: Acordo, organizo o conteúdo da aula, ao terminar, almoço fora em um restaurante, volto para finalizar a organização[...])
- 2) [...] BANHO PRONTO IR 4 HORAS TARDE CARRO CHEGAR NOVA ANDRADINA NOITE AULA ENSINAR UEMS LIBRAS afir. Mov cabeça sim ACABAR/PRONTO +elevação sobancelha SAIR VOLTAR MADRUGADA CHEGAR CASA CERTO+elevação sobancelha  
(LP: Após o banho, às 16 horas vou de carro para Nova Andradina, chego à noite, ministro aulas, ensino Libras na UEMS, após o término da aula, volto para casa, chegando de madrugada [...])

Podemos observar que os eventos presentes no momento da sinalização aconteceram antes do momento de fala (MF) tanto no evento 1 quanto no evento 2, em que os sinais para ACORDAR fazem referência ao momento anterior ao momento de fala (indicando passado). O uso do sinal de PRONTO no evento 1 indica que a ação de organizar a aula teve um final, isto é, de que a ação foi concluída, o que nos leva a considerar o sinal PRONTO como marcador de aspecto perfeito.

No evento 2, que é uma sequência do evento 1, o sinal PRONTO refere-se à ação concluída de banhar, que após o banho as 4 horas da tarde, o falante viaja, vai até outra cidade, Nova Andradina, para ministrar aula. Esse evento também ocorre antes do momento de fala, e o sinal ACABAR utilizado pelo sujeito é o mesmo utilizado para PRONTO, no entanto, no evento 2, esse sinal é realizado juntamente com a expressão não manual “elevação da sobrancelha”, indicando uma ação finalizada, em que o falante retorna para casa após o término da aula. Para encerrar o evento daquele dia “narrado”, ele encerra com o SINAL CERTO com a utilização da expressão não manual, ou seja, do sinal não manual elevação da sobrancelha, indicando o término de uma ação. Nesse contexto, podemos dizer que o SINAL PARA CERTO, a depender da situação de uso, pode também ser considerado uma estratégia de marcação de aspecto perfectivo.

Frente a análise realizada, observamos que a ENM “girar do corpo” e o sinal “PRONTO” podem ser, segundo os dados analisados, considerados como operador de aspecto em Libras, podendo ser imperfectivo ou perfectivo, a depender do contexto pragmático.

As ENM, tais como o “girar de tronco”, marcam o encerramento de turno de fala, o que parece indicar que tais ENM são marcadores de aspecto em Libras. Quando são híbridas (são usadas com outros sinais), com sinais não manuais e sinais manuais, tais expressões podem também indicar início de outro evento, ou então, a depender do contexto de uso, indicar uma ação simultânea.

Já o sinal “PRONTO” juntamente com o girar do tronco enfatiza o aspecto imperfectivo iterativo, pois quando realizado com repetição em um mesmo evento com vários intervalos de tempo pode ser considerado iterativo imperfectivo e perfectivo, de ações que continuam ou acabam.

### **Considerações finais**

Apresentamos, neste trabalho, uma breve análise da ocorrência da categoria aspecto na Libras, tendo como base dados reais coletados a partir

de vídeos inicialmente gravados para o projeto de pesquisa de doutorado da autora. Nossa conclusão inicial foi de que a Libras assim como a língua Portuguesa realiza a marcação da categoria aspecto, como já apontado por Finau (2004).

Além disso, nossos dados mostram que a ENM “girar do tronco” e o sinal de “PRONTO”, são operadores usados em maior recorrência em eventos de fala que narram itinerário do entrevistado em um dia, podendo marcar o aspecto imperfectivo ou perfectivo, a depender do momento do evento no momento da fala, ou seja, do contexto de uso dos sinais.

Como passos seguintes, pretendemos finalizar o levantamento de dados e avançar na análise dos possíveis tipos de aspecto e de marcação de tempo na Libras, de modo a sermos capazes de apresentar uma sistematização mais completa dos tipos de aspecto e de tempo relativo, bem como das formas de expressão/codificação dessas categorias semânticas na língua. O objetivo é contribuir para a ampliação dos estudos de descrição linguística funcional da Libras.

## Referências

- DIK, S. **The Theory of Functional Grammar**. The Netherlands: Foris Publication, 1989.
- FERREIRA, L. **Por uma gramática de língua de sinais**. reimpr. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.
- FINAU, R. **Os sinais de tempo e aspecto em Libras**. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- FINAU, R. As marcas linguísticas para as categorias tempo e aspecto na Libras. *In*: QUADROS, R. M. Estudos Surdos III. Petrópolis: Arara Azul, 2008. p. 258-298.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar**. A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- ILARI, R.; BASSO, R. O verbo. *In*: ILARI, R. (org.). **Gramática do Português Falado no Brasil**. Palavras de classe aberta. São Paulo: Contexto, 2014. p. 170-194.

JOHNSTON, T.; SCHEMBRI, A. **Australian Sign Language**. An introduction to sign language linguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins fontes, 1997.

PIRES, G. S. A. Testes de acionalidade em Libras. VIII SAPPIL. Estudos da Linguagem. *In: Anais....* Niterói, 2017. Disponível em <http://www.anaisdosappil.uff.br/index.php/VIIISAPPIL-Ling/article/view/858/567%20Acesso%20em%2004/06/19>. Acesso em 4 jun 2019.

QUADROS, R. M. **Libras**. São Paulo: Parábola, 2019.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira**: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

## A identidade nos estudos sociolinguísticos

*Sérgio Casimiro*

*Human languages allow us to establish identities recognized by others, to maintain these identities over time or depart from them.*

*(Asif Agha, Language and Social Relations, p.14).*

### **Introdução**

Interesse para várias áreas do conhecimento como a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia, o tema “identidade” vem sendo foco também de pesquisas no interior das ciências da linguagem. Vários ramos da Linguística têm por interesse investigar as relações entre linguagem e construções identitárias, como acontece com a Análise de Discurso, a Linguística Aplicada, a Pragmática e a Sociolinguística.

Os estudos linguísticos, de forma interdisciplinar, dialogam ou sofrem influência desses diversos campos do conhecimento para investigar o papel da linguagem na construção da identidade dos falantes e a influência das identidades sociais em questões linguísticas como no processo de aquisição de segunda língua, interesse da Linguística Aplicada, por exemplo.

Para a Sociolinguística, área da Linguística que se ocupa das relações entre linguagem e sociedade, as pesquisas sobre identidade ganharam maior interesse, especialmente, nos estudos que Eckert (2005; 2012) denomina de “terceira onda”. Nesse conjunto de trabalhos, são essenciais as noções de estilo e de identidade, entendendo que os falantes de uma língua

se valem de variantes sociolinguísticas para produzir sentidos sociais e construir sua identidade.

Tendo em vista o interesse da ciência da linguagem com relação aos estudos de identidade, o objetivo deste trabalho é, inicialmente, discorrer sobre o conceito de identidade, em especial, nas ciências sociais, em razão de suas contribuições para os estudos linguísticos, e, posteriormente, fazer um panorama dos estudos sociolinguísticos, enfatizando a forma como, direta ou indiretamente, a identidade é tratada pelas diferentes pesquisas deste campo.

De modo a atingir os objetivos propostos, três perguntas são formuladas: i) o que pode ser entendido por identidade, em especial nos estudos sociológicos e antropológicos? ii) como a identidade é vista no interior dos estudos sociolinguísticos? iii) qual concepção de identidade pode trazer mais contribuições para se investigar a construção da identidade pelos falantes nos estudos sociolinguísticos atuais?

### **Sobre a noção de identidade**

Apesar das reflexões e considerações sobre identidade existirem nas sociedades humanas desde os povos primitivos, o conceito de identidade é relativamente recente e tem sua origem na filosofia, com o objetivo de descrever a propriedade que algo tem de ser idêntico a si e diferente dos demais. O próprio dicionário Aurélio (1999, p. 1071) define identidade como “qualidade de idêntico” ou ainda como “conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa”, aproximando-se dessa visão genérica de que identidade é ao mesmo tempo algo específico da subjetividade de um indivíduo e algo que o assemelha em relação aos demais. A noção de identidade, no entanto, é bastante complexa e pode mudar no interior da corrente teórica que a emprega e do momento histórico em que ela se insere. Vários conceitos que aparecem em Sociologia e Antropologia dialogam com os estudos sociolinguísticos.

Nos estudos culturais, Hall (2015, p. 10) reconhece três concepções de identidade diferentes, cada uma delas reflexo do pensamento de sua época: identidade para o sujeito do Iluminismo, para o sujeito sociológico e para o sujeito da pós-modernidade. Segundo o autor, o sujeito do Iluminismo, sob influência do pensamento de René Descartes, é aquele cuja concepção de pessoa humana é de um indivíduo totalmente centrado, unificado e racional, concebendo identidade, então, como algo unificado e essencial ao ser humano. No final do século XIX, emerge o sujeito sociológico, cuja noção de identidade está relacionada à estrutura social ao qual ele se insere, sendo este um reflexo do meio social. Como afirma Hall (2015), “a identidade costura o sujeito à estrutura [...] estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam” (HALL, 2015, p. 11). Por fim, a partir do século XXI, com o colapso das identidades tradicionais, ligadas ao local, se produz uma diversidade cada vez maior de estilos e identidades, surgindo então o denominado sujeito pós-moderno. Para este sujeito, a identidade é algo fragmentado e móvel, diferentemente das concepções anteriores que concebiam uma identidade fixa, essencial ou permanente. Para Hall (2015),

[...] [quanto] mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas — desalojadas — de tempos, lugares, histórias e tradições específicos parecem "flutuar livremente". Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de “supermercado cultural” (HALL, 2015, p. 43).

Outra concepção de identidade para os estudos sociológicos é dada por Bauman (2005). De forma análoga a Hall (2015), Bauman (2005) descreve a noção de identidade no que ele denomina de pós-modernidade, período caracterizado pela liquidez e pelo consumismo. Uma das

características da vida pós-moderna é não se apegar a nada, nem a ninguém, fazendo com que a identidade também se caracterize como algo transitório, não fixo. Para ele, a identidade é tida como algo fluído, volátil, instável.

Ainda nos estudos sociológicos, Giddens (2002) apresenta uma noção de identidade relacionada à modernidade e ao que ele prefere chamar de “Modernidade Tardia”, ao invés de pós-modernidade. De acordo com o autor, uma das características desse período é a reflexividade, o uso de conhecimento constantemente reformulado sobre a vida social. Desta forma, diferentemente da sociedade tradicional, a identidade social dos indivíduos não é mais limitada pela tradição, pelo parentesco ou pela localidade, ou seja, “o eu torna-se um projeto reflexivo, pelo qual o indivíduo é responsável” (GIDDENS, 2002, p.74). Assim, para ele, a auto-identidade presume uma consciência reflexiva, em que o indivíduo é consciente e tem uma rotina criada e sustentada por atividades reflexivas.

Outro ponto importante a respeito da noção de identidade em Giddens (2002) é que a condição moderna faz com que os indivíduos se deparem com uma infinidade de escolhas, dentre elas está o “estilo de vida”. Como aponta o autor,

[...] um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque forma material a uma narrativa particular de auto-identidade. (GIDDENS, 2002, p.79).

Dessa forma, os indivíduos fazem uma série de escolhas, reflexivamente, para caracterizarem seu próprio estilo. A construção reflexiva das identidades também pode, para ele, afetar o corpo, incluindo a aparência, a postura e a sensualidade. A reflexividade no corpo se manifesta como, por exemplo, nos modos de vestir, na gestualidade, nos modos de interagir socialmente e na maneira como o corpo é utilizado para dar prazer.

Ainda no interior da teoria social, a concepção de identidade que aparece em Bourdieu (2009, 2011) também é retomada por vários

sociolinguistas. Inicialmente, o filósofo francês faz a distinção entre Campo e *habitus*, conceitos fundamentais para se entender como se constitui a identidade social. Para Bourdieu (2009), *habitus* diz respeito às disposições ou práticas incorporadas nos sujeitos através das rotinas e regulações sociais. Como aponta Hanks (2008), “através do *habitus* o social fica impresso no individual, não apenas nos usos mentais, mas, sobretudo, nos usos corporais” (HANKS, 2008, p. 36). O *habitus*, por sua vez, não tem existência independente, inserindo-se no que Bourdieu denomina de Campo, definido como a forma de organização social em que há uma configuração de papéis sociais, de posição dos agentes e de estruturas às quais estas posições se ajustam. Existem, para o filósofo, vários tipos de Campos, como, por exemplo, o campo da educação, da academia, da religião, da antropologia, o campo social etc. É a partir da noção de *habitus* que se constituem as identidades, ou seja, mediante as vivências sociais é que se definem os aspectos individuais, é o externo que determina o interno. Pode-se notar que tanto Giddens (2005) como Bourdieu (2009) apresentam modelos de identidade que apontam para a relação entre indivíduo e sociedade, a relação entre o agente e o sistema social, determinismo social *versus* liberdade individual.

Outras concepções de identidade bastante importantes são aquelas que colocam a performatividade como fundamental. A noção de performance remete a trabalhos como os desenvolvidos por John Austin e John Searle. No que se refere à Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1962) a premissa básica é de que a linguagem é usada para realizar ações.

Partindo da proposta de Austin, Butler (2016) propõe uma nova maneira de se conceber identidades de gênero, que, segundo ela, trata-se de “uma teoria performativa dos atos de gênero que rompem com as categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade, ocasionando uma ressignificação subversiva e sua proliferação além da estrutura binária” (BUTLER, 2016, p.12). Inserida nos estudos *queer*<sup>1</sup>, Butler desenvolve uma teoria de gênero

---

<sup>1</sup>A Teoria Queer (cf. MISKOLCI, 2015) diz respeito aos estudos iniciados da década de 1980 dos EUA sobre questões de identidade de gênero e homossexual, ligados aos movimentos feministas e homossexual.

como performance, que não segue a lógica binária, centrada na oposição entre masculino e feminino como as únicas possibilidades de ser.

Butler (2016) ainda argumenta que a identidade de gênero é um efeito dos “atos de gênero”, ou seja, um efeito da performance. Para ela, antes desses atos não existe um “eu” anterior, que só se concretiza na ação. Mais uma vez, ela salienta a importância de se conceber gênero como performance:

[...] o gênero mostra ser *performativo* no interior do discurso herdado da metafísica da substância (...) o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra [...] não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* construída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados. (grifos da autora). (BUTLER, 2016, p. 56).

Inseridos nos estudos antropológicos, Bauman e Briggs (2006) são outros autores que também enfatizam a importância da performatividade para a compreensão da identidade. Diferentemente de Butler (2016), que se preocupa com a (des)construção de identidades, especialmente a de gênero, Bauman e Briggs (2006) centram seu estudo na maneira como produzimos significados numa determinada cultura. Para eles, a performance é uma atividade reflexiva e situada em um contexto sociocultural, político e econômico. De acordo com os autores, “os estudos de performance podem abrir um campo mais amplo de perspectivas sobre como a linguagem pode ser estruturada e quais papéis pode exercer na vida social” (BAUMAN; BRIGGS, 2006, p. 81). Nessa perspectiva, o texto assume papel importante, já que, segundo eles, é a unidade que materializa o discurso na performance.

Enfim, a noção de identidade é interesse de várias áreas das ciências humanas e é bastante complexa e diversificada. Tais reflexões sobre identidade feitas no interior da teoria social e da antropologia dialogam diretamente com vários preceitos da sociolinguística.

## **Identidade nos estudos em sociolinguística variacionista e interacional**

Apesar de serem várias as áreas que discutem a questão da identidade, são poucos os estudos que realmente trazem contribuições às pesquisas sociolinguísticas. Por exemplo, os processos psicológicos internos ao indivíduo, tal como aparece nos estudos de Freud, são difíceis de serem estudados sob uma lente variacionista. De acordo com Mendonza-Denton (2006), “os estudos sociolinguísticos se interessam por outras concepções de identidade desenvolvidas na antropologia, na psicologia social e na teoria social” (p. 475). Autores como Giddens, Bourdieu e Butler, por exemplo, são sempre evocados em vários trabalhos sociolinguísticos.

A respeito dos estudos da linguagem, Joseph (2012) aponta que a linguística moderna tem se movido lentamente na direção de tomar a identidade como função central da linguagem. Ele menciona uma série de estudos que contribuiu, de certa forma, para as reflexões sobre identidade e linguagem, como o trabalho de Jespersen e Sapir, que investigou como a linguagem regula o papel do indivíduo dentro da unidade social, o trabalho de Labov (1963) sobre o dialeto inglês na ilha de Martha’s Vineyard, em que ele analisa o efeito da identidade linguística provocada pela pronúncia dos moradores locais, o trabalho de Fish (1980) sobre o conceito de “comunidade interpretativa”, comunidade que partilha de um conjunto de normas, e o trabalho de Eckert sobre a noção de “comunidade de prática”, um agregado de pessoas que se une em torno de um engajamento mútuo em um mesmo esforço.

Ramo da linguística que se ocupa com a relação entre linguagem e sociedade, as pesquisas em sociolinguística (cf. CAMACHO, 2012) podem, inicialmente, ser subdivididas em dois subgrupos: a Sociolinguística Variacionista, ligada a William Labov, preocupada com o papel de fatores sociais na explicação da variação linguística, e a Sociolinguística Interacional, ligada a nomes como John Gumperz, voltada a situações de interação face a face dentro de certo ambiente social.

Uma das características dos estudos variacionistas de identidade é o que Mendonza-Denton (2006) chama de “essencialismo”, conceito aristotélico que se refere à tendência de analistas designarem um aspecto particular de uma pessoa ou um grupo como explicação de seu comportamento, sua essência (ser asiático, ser mulher, ser negro etc.). O essencialismo sociolinguístico, segundo ela, inclui a prática analítica de usar categorias para dividir sujeitos e seus comportamentos linguísticos.

Este modelo de estudo, iniciado com Labov na década de 1960, analisa a identidade linguística que está baseada na estratificação da população de acordo com categorias sociológicas ou demográficas (como região, idade, sexo, profissão, classe social, raça). Mendonza-Denton (2006) denomina esse tipo de estudo como “identidade baseada em categoria sociodemográfica” (*sociodemographic categorie-based identity*). Como mostra a autora, os primeiros trabalhos de Labov criaram um modelo para a pesquisa da variação em larga escala, em que o objetivo era descobrir estatisticamente correlações significativas entre variáveis dependentes (ocorrência de uma variante linguística) e variáveis independentes (categorias sociais).

O trabalho pioneiro, em que encontramos as primeiras explicações sobre a relação entre categorias sociais e construtos linguísticos, está em Labov (1966) sobre o uso de variantes “inovadoras” e “conservadoras” na cidade de Nova York. De acordo com Mendonza-Denton (2006), logo em seguida, uma onda de estudos se desenvolveu em outras cidades e em outros países de modo a descrever a fala em populações urbanas. O grande mérito desses trabalhos foi promover uma descrição em larga escala sem grandes investimentos financeiros e em curto tempo de pesquisa, algo que seria inviável, por exemplo, para pesquisas de caráter etnográfico.

Uma das principais críticas feitas com relação aos estudos de identidade sob essa perspectiva é justamente o fato de que grande parte dos trabalhos lida com identidades estáveis, baseadas em macrocategorias sociais. A esse respeito, Mendoza-Denton (2006, p. 478) salienta que os estudos quantitativos em larga escala falham em identificar atores sociais

competentes, que revelam usos criativos da língua para atingir seus próprios interesses. Pesquisas etnográficas são bem mais vantajosas, nesse sentido, já que olham para práticas situadas e para participantes orientados pela interação.

Um segundo tipo de pesquisa, de acordo com Mendonza-Denton (2006, p. 486), são aquelas que concebem que “identidades são construídas na prática”, para tanto a autora as denomina de *practice-based Identity*. Dentre os trabalhos de grande importância para a perspectiva de “identidades baseadas na prática” estão os estudos de pidgins e crioulos, em especial, o trabalho de Le Page e Tabouret-Keller (1985), intitulado *Acts of Identity: Creole-Based Approaches to Language and Ethnicity*. Neste trabalho, Le Page & Tabouret-Keller (1985) localizam a variação na agentividade dos indivíduos em relação a grandes grupos. Para eles, “os indivíduos criam para si mesmos os padrões de seu comportamento de modo a se parecerem com aqueles do grupo ou grupos que, a cada momento, eles querem ser identificados, ou parecerem diferentes daqueles que querem ser distinguidos<sup>2</sup>” (LE PAGE; TABOURET-KELLER, 1985).

Conceito central para este modelo é a noção de “atos de identidade”, entendidos como atos de fala que são “atos de projeção”, em que o falante projeta a si mesmo no lugar do outro, verbalizando como o outro o faz, tentando reforçar o modelo de mundo do outro. Parecida com este conceito de Le Page e Tabouret-Keller (1985), outra noção que vem ao encontro com a de identidade como prática, aparece na “Teoria da Acomodação”, desenvolvida por Giles (1973). A ideia central deste modelo é que os falantes, ao desejarem conquistar a aprovação social de seus interlocutores, mudam a sua fala, aproximando-se da fala de seus interlocutores, ou o contrário, na intenção de distanciarem-se deles, os falantes mudam sua fala, diferenciando-se de seus interlocutores, em direção a um grupo de referência externa.

---

<sup>2</sup> No original: “the individual creates for himself [sic] the patterns of his linguistic behavior so as to resemble those of the group or groups with which from time to time he wishes to be identified, or so as to be unlike those from whom he wishes to be distinguished” (Page; Tabouret-Keller, 1985, p.181).

Tanto o modelo de “atos de identidade”, quanto a “teoria da acomodação” apresentam relação com o modelo de “design da audiência” proposto por Bell (1984; 2001). Para Bell (1984), os falantes mudam seu estilo de fala baseados na composição de sua audiência, incluindo destinatários ou não destinatários, participantes e não participantes da conversa. A direção usual de mudança converge em direção à fala dos membros da audiência, sendo sempre uma mudança “responsiva” ou “acomodativa”. Ou seja, sob esta concepção de identidade como prática, a fala de um usuário de língua natural tende a se tornar parecida (ou não) com a de seus interlocutores, de modo a construir relações de identidade.

Numa outra perspectiva de estudos, a sociolinguística interacional, principalmente nos estudos de Gumperz (1968; 1982a; 1982b; 2013) e Goffman (2013; 2016), a identidade é abordada como um fenômeno discursivo, construído e negociado nas situações de interação. A identidade não é uma categoria estática que é dada previamente ao falante, mas sim um processo, em que falante e ouvinte se constroem e se negociam na dinâmica da fala. Goffman (2016) utiliza-se da metáfora do teatro para explicar que os indivíduos (ou atores sociais) se valem de diferentes figurinos para atender às expectativas de cada cena e cada público. Uma mesma pessoa pode desempenhar papéis diferentes em função de sua prática discursiva (por exemplo, uma mulher pode assumir o papel de mãe, de professora, de carioca etc.). Por sua vez, tais categorias identitárias são construções sócio-históricas evocadas pelos interactantes no momento da fala.

Sob esta vertente, a identidade é uma forma de ação social em que falante e ouvinte sinalizam entre si o papel social que desempenham num dado momento da interação. As noções de falante e ouvinte pressupõem que assumimos diferentes posições em relação àquilo que se fala e se diz. A forma como isso se dá, compreende conceitos como o de *enquadre* e de *footing*. Para Bateson (2013), o conceito de *enquadre* se refere a um conjunto de instruções para que o/a ouvinte possa entender uma dada mensagem. O *enquadre* oferece aos participantes elementos que,

combinados de certas formas, delimitam que tipo de comunicação ocorre ali e, conseqüentemente, como cada participante deve responder àquela situação específica. Sendo um desdobramento da noção de enquadre, Goffman (2013) propõe a noção de *footing*, que representa o alinhamento, a postura, a projeção do “eu” de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção. Goffman (2013) menciona a mudança de *footing* como sendo “uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros presentes, expressa na maneira como conduzimos a produção ou recepção de uma elocução” (p. 113). O *footing* compreende a expressão da identidade do falante num certo momento da interação.

No processo de negociação da identidade, também podem ser reconhecidas pistas que sinalizam os objetivos de cada interactante durante a fala. Gumperz (1982a; 2013) cunha o conceito de “convenções de contextualização” para explicar esse fenômeno. Trata-se de pistas de natureza sociolinguística que utilizamos para sinalizar os nossos propósitos comunicativos ou para inferir os propósitos conversacionais do interlocutor. Além dos aspectos verbais, Gumperz menciona ainda a ocorrência de pistas não verbais, como direcionamento de olhar, presença de gestos etc.

Dentro deste modelo, Tannen e Wallat (2013) cunham os conceitos de “enquadres interativos”, que se referem ao que “está acontecendo em uma interação, sem a qual nenhuma elocução (ou movimento de gesto) poderia ser interpretado” (p. 188), e de “esquemas de conhecimento em interação”, que se referem às “expectativas dos participantes acerca de pessoas, objetos, eventos e cenários no mundo” (p. 189). Trata-se de outras noções importantes para a construção da identidade sob o viés da sociolinguística interacional por dizer respeito ao esquema de conhecimentos que estão envolvidos na situação de interação.

Como se vê, a sociolinguística interacional concebe identidade de forma semelhante com o que Mendonza-Denton (2006) considera como identidade construída na prática. É uma perspectiva de pesquisa de caráter

etnográfico, que se preocupa em analisar a identidade construída pela fala de forma situada.

### **O estilo linguístico como construção da identidade**

Ao observar as diferentes metodologias e enfoques de pesquisa, Eckert (2005; 2012) subdivide o percurso da sociolinguística em três ondas. Na primeira onda, estão os estudos variacionistas iniciados por Labov, que estabeleceu correlações entre variáveis linguísticas e categorias sociais, como classe socioeconômica, gênero, idade, escolaridade, etc. Na segunda onda, estão os estudos etnográficos de comunidades definidas demograficamente. Por fim, a terceira onda, denominada por ela de “perspectiva estilística”, centra o foco na variação vista não como o reflexo do lugar social, mas como um recurso para a construção de significado social. Nela, inserem-se os estudos etnográficos de comunidades de prática e de estilo como construção de persona, como se verá adiante.

Para os estudos sociolinguísticos que Eckert (2005; 2012) classifica como “terceira onda”, alguns conceitos são fundamentais para se compreender como os usos linguísticos permitem a construção de identidades sociais, tais como as noções de estilo, de persona, de indicialidade (*indexicality*) e de enregistramento (*enregisterment*).

Sob essa perspectiva, estilo é entendido como um conjunto de significados sociais que são produzidos pelo uso de determinadas variantes linguísticas, noção essa completamente diferente da empregada por Labov, que entendia estilo como “atenção à própria fala”, podendo a língua apresentar um estilo mais “formal” ou “informal” conforme o grau de monitoramento dos falantes. Para Eckert (2008), as práticas estilísticas dizem respeito à interpretação e produção de estilos, em que “variáveis podem ser interpretadas e combinadas com outros elementos para construir uma entidade de significado mais complexo” (p. 457). Para Arnold e colaboradores, “[...] estilo é um agrupamento, um feixe (*cluster*) de recursos linguísticos e semióticos e a associação desses recursos com aspectos de

uma prática social identificável<sup>3</sup>” (ARNOLD *et al.*, 1993, p. 14). Para tais autores, a construção de um estilo é um processo de “bricolagem”, em que elementos originários das experiências e vivências sociais podem ser apropriados e combinados entre si, constituindo o estilo individual de alguém.

Outra definição de estilo para a “terceira onda” aparece em Irvine (2001). Para ela, “estilo, na fala, envolve os meios pelos quais os falantes, como agentes no espaço social (e sociolinguístico), negociam suas posições e seus objetivos dentro de um sistema de posições e possibilidades” (IRVINE, 2001, p. 23-24).<sup>4</sup> A mesma autora caracteriza estilo como um processo de distinção ou sistemas de distinções, em que um estilo contrasta com outros estilos possíveis, bem como o significado social que ele representa contrasta com outros significados sociais. Ela diz ainda que as relações entre os estilos são mediadas pela ideologia e os modos de fala se relacionam, conforme previsto pelos estudos sociolinguísticos, com as formações sociais. Nesse sentido, o estilo pode compartilhar o entendimento dos participantes sobre seu mundo social, estando estes entendimentos posicionados, dependendo em certa medida do lugar social do participante e de seu ponto de vista.

As noções de identidade e de estilo em “terceira onda” estão diretamente ligadas ao processo de elaboração e manejo de personas. Para Coupland (2007, p.111), o conceito de “persona” diz respeito à “construção social da identidade na interação”. Trata-se de uma estratégia de auto apresentação através de formas de estilização. Para ele, os falantes de uma língua têm disponível um repertório de formas linguísticas, que são selecionadas para produzir determinados significados sociais. Assim, um mesmo falante pode manipular diferentes personas a depender do contexto interacional, como se vê no trabalho de Podesva (2007), que mostra como um mesmo falante (um médico homossexual chamado Heath)

---

<sup>3</sup> No original: “We are defining style as a clustering of linguistic resources, and an association of that clustering with an identifiable aspect of social practice”. (ARNOLD *et al.*, 1993, p.14).

<sup>4</sup> No original: “(...) I take it that styles in speaking involves the ways speakers, as agentes in social (and sociolinguistics) space, negotiate their positions and goals within a sistem of distinctions and possibilities.” (IRVINE, 2001, p.23-24).

seleciona entonações específicas, criando personas diferentes para determinadas situações de interação: a persona de “médico cuidadoso” em seu consultório ou a persona de *gay diva* no churrasco com os amigos.

Outro conceito importante para a construção sociolinguística da identidade na “terceira onda” é o da indicialidade ou indexicalidade<sup>5</sup> (*indexicality*), empregado na Antropologia por Silverstein (1976) e usado por diversos sociolinguistas. Inicialmente, o conceito de indicialidade foi criado por Charles S. Pierce, relacionando-se ao fato de que determinados signos apontam para associações que não têm existência no mesmo reino, como, por exemplo, fumaça ser um índice (*index*) de fogo. Assim, nos estudos sociolinguísticos, a indicialidade envolve a criação de ligações semióticas entre formas linguísticas e significados sociais, sendo então fundamental para compreender o modo como a língua é usada para construir posições de identidade.

A partir deste modelo empregado por Silverstein (1976), o uso de determinadas variantes linguísticas pode apontar para determinados significados sociais dentro de uma dada cultura. Ochs (1992), em seu estudo sobre a indicialidade de gênero na fala de mães americanas e mães da Samoa Ocidental, amplia o conceito de indicialidade, argumentando que a conexão indicial entre uma forma linguística e uma identidade social particular não é direta, o que é denominado de “indicialidade indireta”. Formas linguísticas que indiciam identidade são mais basicamente associadas com posturas interacionais como contundência, incerteza etc., que por sua vez podem ser associados com categorias sociais particulares como gênero feminino.

Outra noção que é relevante para os estudos de terceira onda é o que Agha (2007, 2003) denomina de *enregisterment* (“enregistramento<sup>6</sup>”),

---

<sup>5</sup> Não há consenso sobre a tradução deste termo: alguns autores preferem indexicalidade como tradução mais literal, outros preferem indicialidade, termo já consagrado na tradução de *indexicality* empregada por Pierce. Nós também optamos pelo termo indicialidade.

<sup>6</sup> Não há uma tradução em língua portuguesa padronizada na literatura de estudos sociolinguísticos. A grande maioria dos autores prefere empregar o termo em inglês *enregisterment*, outros, como Bentes (2009), aportuguesaram o termo para “enregistramento” ou “registramento”.

que é o “processo pelo qual um repertório linguístico passa a ser diferenciável dentro de uma língua como um registro de formas reconhecidas socialmente” (AGHA, 2003, p. 231). Por sua vez, registro corresponde a um repertório linguístico associado a práticas sociais particulares e a pessoas que se engajam nessas práticas. Agha (2007, p. 145) define registro como modelos culturais de ação que ligam diversos signos comportamentais para estabelecer efeitos, incluindo imagens de persona, relações interpessoais e tipos de conduta.

É importante notar que o enregistramento é o modo como a indiciabilidade se estabiliza e se populariza entre um conjunto de falantes. Dessa forma, um registro emerge quando um número de relações indiciais começa a ser reconhecida e reproduzida por um grupo de falantes. Outra informação importante é que o registro apresenta valores e significados pragmáticos que estereotipam os usuários do registro, podendo esses falantes ter associações positivas ou negativas relacionadas ao uso do registro. Um dos mais famosos exemplos de *enregisterment* aparece no estudo de Johnstone (2006) sobre a fala de Pittsburgh, cujo dialeto apresenta características e identidade próprias, totalmente estereotipadas. No Brasil, o trabalho de Bentes (2009) trata do processo de enregistramento da fala dos “manos”, identidade popularmente conhecida da periferia das cidades paulistas. Enfim, os conceitos de *enregisterment* e de registro são de extrema importância no que diz respeito a uma série de processos culturais que envolvem a produção, a manutenção e a transformação de valores, o que inclui os usos da língua. Agha (2007; 2003) entende que os valores culturais não são estáticos, por isso podem se transformar no decorrer do tempo.

Como se vê, a identidade, o estilo e os significados sociais da variação são o foco principal da perspectiva da “terceira onda”. Sob esse viés, a identidade é entendida de forma diferente da primeira onda, que a vê como determinada por macrocategorias sociais, e da segunda onda, que a vê como reflexo de categorias locais, como mostra Eckert (2005). Nesse sentido, de acordo com Joseph (2012, p. 9), pesquisadores têm analisado cada

vez mais “como as escolhas de linguagem das pessoas, o modo de falar, não apenas reflete quem elas são, mas faz delas quem elas são – ou mais precisamente, permitem a elas fazerem a si mesmas”<sup>7</sup>. Segundo o mesmo autor, vários trabalhos, sob esse viés, concebem identidade como algo construído, em vez de essencial, e “performatizado” em vez de “possuído”, ou seja, trata-se de algo dinâmico, não estático. Para ele, “cada um de nós performatiza um repertório de identidades que são constantemente mudadas e que nós negociamos e renegociamos com as circunstâncias”<sup>8</sup> (JOSEPH, 2012, p. 14).

Nos estudos sociolinguísticos mais recentes, sob uma perspectiva linguística sociocultural (cf. BUCHOLTZ; HALL 2012; JOHNSOTNE, 2012; JOSEPH, 2012), a identidade deve ser entendida como construção social e ao mesmo tempo como performance. No que diz respeito à sua construção social, identidade é tida como incorporação de hábitos culturais, uma construção sócio-histórica da qual os atores sociais se apropriam. Nesse sentido, Billig (1995), citado por Joseph (2012, p. 15), afirma que “uma identidade é encontrada na incorporação de hábitos da vida social, incluindo a linguagem”<sup>9</sup>. Tais concepções vem ao encontro com o que será defendido mais adiante.

Ainda nos estudos em “terceira onda”, Coupland (2007) também se preocupa com estilo e estilização e suas relações com cultura e identidade. Dentre as diferentes perspectivas e disciplinas contemporâneas que tratam de identidade, para Coupland (2007), há a necessidade de se focar um método dinâmico para a identidade como um processo discursivo ativo. Para Bauman (1996), citado por Coupland (2006 p. 107), membros de grupos sociais realizam suas culturas, criando textos de vários tipos – processo de textualização – assim, para ele, cultura é na verdade discurso

---

<sup>7</sup> No original: “Researchers have been analysing how people choice of languages, and ways of speaking, do not simple reflect who they are, but make them who they are – or more precisely, allow them to make themselves.” (JOSEPH, 2012, p. 9).

<sup>8</sup> No original: “Each of us performs a repertoire of identities that are constantly shifting, and that we negotiate and re-negotiate according to the circumstances”. (JOSEPH, 2012, p. 14).

<sup>9</sup> No original: “In Billig’s view ‘an identity is to be found in the embodied habits of social life’ (1995:8), including language”. (JOSEPH, 2012, p. 14).

e nós reproduzimos a cultura através de performances discursivas. Baseado nisso, Coupland afirma que “a ação social discursiva é onde a cultura e a identidade social vivem e onde nós podemos vê-las tomar forma”<sup>10</sup> (COUPLAND, 2007, p. 108). Tem-se, então, uma perspectiva construtivista da identidade, em que as pessoas constroem identidades textualmente na interação social.

Também Bucholtz e Hall (2012) argumentam em favor de uma abordagem analítica da identidade como um fenômeno relacional e sociocultural que emerge e circula em contextos de interação ao invés de uma estrutura estável localizada primeiramente na psique do indivíduo ou fixada em categorias sociais. De modo a sistematizar a análise da identidade na interação social e pela linguagem, as autoras propõem cinco princípios para o estudo da identidade: i) o princípio da “emergência”, que vê a identidade como uma construção discursiva que emerge na interação; ii) o princípio da “posicionalidade”, em que, ao se contrapor às ciências sociais quantitativas que concebem identidade como uma simples coleção de várias categorias sociais, a identidade é vista como moldada de momento a momento na interação; iii) o princípio da “indicialidade”, cunhado por Silverstein (1976), já mencionado anteriormente; iv) o princípio da “relacionalidade”, em que as identidades sempre adquirem sentido social na relação com outras posições de identidade disponíveis e outros atores sociais; e v) o princípio da “parcialidade”, em que, segundo as autoras, a identidade é inerentemente relacional, ou seja, será sempre parcial, produzida por configurações contextualmente situadas e ideologicamente informadas do eu e do outro.

Para a “terceira onda”, estilo e identidade estão sempre interligados. No estudo dos sentidos sociais da variação, a identidade é vista como um fenômeno dinâmico e discursivo, já que ela se constrói na interação a partir das práticas discursivas dos falantes.

---

<sup>10</sup> No original: “discursive social action is where culture and social identities ‘live’ and where we can see them take shape” (COUPLAND, 2007, p. 108).

## Integração macro-micro na análise da construção da identidade

Como se vê, tanto nos estudos sociais quanto nos estudos sociolinguísticos existe um confronto entre uma perspectiva que entende identidade como um reflexo das estruturas sociais nas quais se inserem os indivíduos, e uma perspectiva que entende como fundamental o papel da agência dos indivíduos em suas performances de identidade. A partir da dicotomia essencialismo *versus* construtivismo, tem-se, de um lado, a identidade analisada pelo viés dos papéis sociais pré-definidos pela própria estrutura sócio-histórica, e, de outro, por meio de escolhas e ações reflexivas por parte dos indivíduos. Fato é que muitos estudos sociolinguísticos, atualmente, integram de uma certa forma estrutura social e agência, num modelo de análise que pode focar a lupa tanto em aspectos macro, quanto em aspectos micro.

A noção de que as identidades são fruto de subjetivações da estrutura social ou subjetivações de comportamentos sociais aparece em autores como Bourdieu (2009; 2011) e Hanks (2008). A partir do conceito de *habitus* de Bourdieu, Hanks (1996; 2008), mostra como as práticas dos atores sociais são determinadas por forças externas a ele ao mesmo tempo em que há uma agência por parte desses sujeitos.

Valendo-se dos conceitos de *emergência* e *incorporação*, cunhados por Hanks (2008), pode-se compreender como determinado falante enuncia a partir de um campo social específico que o demarca como pertencente a uma categoria social (professor, médico, latifundiário, rapper, “mano”, presidiário, etc.), assumindo um ponto de vista e construindo em sua fala *marcas de identidade* e de *distinção social*. Conforme Hanks (2008, p.175), a emergência “designa aspectos do discurso que surgem da produção e da recepção enquanto processo em curso”, ou seja, diz respeito ao contexto como uma situação momentânea. Já a incorporação (*embedding*) concerne “à conversão de posições abstratas como Falante, Destinatário, Objeto, e o espaço de vida dos enunciados, em posições às quais o poder, o conflito, o acesso restrito e outros traços dos campos sociais se vinculam” (HANKS,

2008, p. 209), ou seja, trata-se do contexto sócio-histórico. Ainda numa análise do contexto, Hanks menciona, dentro da noção de incorporação, os conceitos de *campo social* e de *ocupação*, em que o campo social designa “um espaço delimitado de posições e de tomadas de posições por meio das quais os valores circulam, no interior da qual os agentes possuem trajetórias ou carreiras e se engajam em vários *footings*” (HANKS, 2008, p. 187). Um dos modos da incorporação é o da *ocupação*. Dessa forma, segundo ele, “o campo social incorporante fornece um espaço de posições (incluindo posições de referente) e essas posições são ocupadas ou assumidas pelos diferentes elementos herdados do campo demonstrativo incorporado” (HANKS, 2008, p.190). A incorporação e a ocupação são reflexos dos aspectos macro, da estrutura social, já pré-definida, sobre os falantes.

As noções de *habitus* e Campo, cunhadas por Bourdieu (2009) e empregadas por Hanks (2008), contribuem para se entender melhor as relações entre língua, cultura e identidade. Ainda sobre o conceito de *habitus*, o pesquisador americano afirma.

Do ponto de vista linguístico, o *habitus* corresponde à formação social dos falantes, o que inclui a disposição para determinados tipos de uso linguístico, para avaliá-los segundo valores socialmente internalizados e para incorporar a expressão ao gesto, à postura e à produção da fala (HANKS, 2008, p. 42).

Também Morato e Bentes (2002) estabelecem proximidade entre os estudos de Bourdieu e a sociolinguística. Para elas, o sociólogo francês traz inúmeras contribuições para se melhor compreender as relações entre língua e sociedade, possibilitando ganhos teóricos e metodológicos numa abordagem interdisciplinar entre as teorias sociológicas e linguísticas. As autoras também apontam que, para o sociólogo, as estruturas sociais são parte integrante da subjetividade. Elas afirmam que, por meio do *habitus*, “as estruturas sociais impregnam as estruturas cognitivas” (Morato e Bentes, 2002, p. 34). Elas também enfatizam o fato de a língua ser ao mesmo tempo estruturante e estruturada, tal como propunha Bourdieu, possibilitando aos falantes seu uso criativo e inventivo, para além da “língua legítima”. De acordo com as autoras,

[...] é a força estruturante do campo linguístico (constitutiva de qualquer um dos campos sociais) que possibilita a contínua criação de “formas de falar” que escapam de um processo de configuração que siga uma única direção, ou seja, na direção do necessário reforço da ordem linguística reconhecida como legítima. (MORATO; BENTES, 2002, p. 43).

Nessa mesma linha de raciocínio, o trabalho de Bentes (2009), a respeito da “fala dos manos” na periferia de cidades paulistas, demonstra como uma identidade cultural brasileira, a dos “manos”, constrói-se pela fala enregistrada<sup>11</sup> deste grupo, que ocupa um campo social bem delimitado, e por vários outros recursos semióticos, como vestimenta e gestualidade típicas.

Por outro lado, num plano de análise micro, a agência também desempenha papel fundamental no processo de construção de estilos e identidades sociais. A agentividade por parte do falante envolve controle e consciência sobre suas práticas linguísticas, permitindo a ele fazer escolhas intencionais sobre quais estilos verbais e semióticos definem sua identidade. Um exemplo é o trabalho antropológico sobre o processo de mudança de voz em transexuais masculinas, desenvolvido por Zimman (2016), em que ele aponta como crucial o papel da agentividade dos falantes para produzirem voz mais masculinas, controlando conscientemente a produção de suas falas. Para ele, o processo de mudança de voz “é conduzido primeiramente por escolhas individuais agentivas sobre como controlar sua fala e seu comportamento de modo a se adequar às normas de seu ‘novo’ gênero”<sup>12</sup> (ZIMMAN, 2016, p. 4).

Como já havia sido mencionado, Bucholtz e Hall (2012) propõem uma análise conjunta do papel da estrutura social e da agência do falante na construção da identidade. Segundo elas,

---

<sup>11</sup> Optamos pela tradução do termo “enregisterment” (Agha, 2007) como enregistramento.

<sup>12</sup> No original: “Clearly, there are a number of both popular and academic discourses about trans people and their voices that facilitate the assumption that their transition process is driven primarily by individual, agentive choices about how to control their speech and behavior in order to conform to norms for their “new gender”.” (ZIMMAN, 2016, p.4).

[...] é apenas por meio da interação discursiva que estruturas sociais de larga escala vem a ser algo. Tanto estrutura quanto agência estão interligadas como componentes do micro e também como articulações macro de identidade (BUCHOLTZ; HALL, 2012, p. 26).

As duas autoras ainda defendem a combinação de elementos teóricos e metodológicos das duas abordagens: a microanálise da conversação, a macroanálise de processos ideológicos, a análise quantitativa e qualitativa de estruturas linguísticas e o foco etnográfico em práticas culturais locais e agrupamentos sociais.

Da mesma forma que as pesquisadoras americanas, Adams (2006) também advoga em favor de uma abordagem que integre de forma híbrida tanto o papel da estrutura social na identidade dos falantes, quanto a agência e as escolhas intencionais dos atores sociais na construção de suas identidades. Assim, combinando as noções de reflexividade de Giddens e de *habitus* de Bourdieu, Adams (2006) propõe que voluntarismo e determinismo sejam considerados conjuntamente. Para ele, a consciência reflexiva é capaz de abrir um leque de escolhas para uma identidade autônoma e relacional, de modo que as oportunidades disponíveis aos indivíduos podem transformar certos aspectos identitários incorporados.

### **Considerações finais**

Como se viu ao longo do texto, a noção de identidade pode variar em função da teoria que a conceitua e do momento histórico a que ela se relaciona, seja nos estudos sociais e antropológicos, seja nas diversas vertentes da sociolinguística. No interior das ciências sociais, ela pode ser compreendida de diversas formas: como múltipla (cf. HALL, 2015), como líquida e volátil (cf. BAUMAN, 2015), como reflexiva (cf. GIDDENS, 2002), como incorporação do *habitus* (cf. BOURDIEU, 2009), ou como performance (cf. BAUMAN; BRIGGS, 2006; BUTLER, 2016). Tais trabalhos influenciam

diretamente as pesquisas que se ocupam das relações entre língua e sociedade.

Na sociolinguística variacionista (cf. MENDONZA-DENTON, 2006), destacam-se a concepção de identidade como baseada em categorias sociodemográficas e a concepção de identidade como construída na prática. Sob a perspectiva estilística (cf. ECKERT, 2005; 2012), a identidade é consequência do uso de variantes como um recurso para a construção de significado social, estando diretamente ligada à construção de persona, de registro e de estilo. Na sociolinguística interacional (cf. GOFFMAN, 2016; 2013; GUMPERZ, 1968; 1982a; 1982b; 2013), identidade é abordada como um fenômeno discursivo, construído e negociado nas situações de interação.

Tendo por base os estudos mais recentes na área, podemos entender que um mesmo falante coleciona uma diversidade de personas, criadas por recursos linguísticos e semióticos, que são empregadas em situações específicas ou com objetivos específicos na interação. Certos elementos na fala são consequência do *habitus*, da subjetivação da estrutura social, outros são fruto de escolhas conscientes e do uso criativo dos falantes.

A análise sociolinguística da identidade, a partir dos estudos de “terceira onda”, tende a considerar não apenas aspectos macrosociológicos, que abrangem os campos sociais que os falantes ocupam, mas também aspectos micro, que envolvem agentividade, consciência e intencionalidade dos usuários de uma língua.

Enfim, encarar identidade apenas como efeito da estrutura social, como propõe uma perspectiva “essencialista”, não dá conta de explicar fenômenos mais situados de construção identitária. Por outro lado, dar muita importância para a agentividade dos indivíduos e deixar de lado as incorporações e subjetivações dos comportamentos sociais definidos pelo contexto sociocultural, ao qual eles se inserem, também é uma forma de reducionismo. Desse modo, compreende-se, aqui, que identidade deve ser entendida por meio de dois aspectos simultâneos: construção social e reflexividade.

## Referências

- ADAMS, M. Hybridizing Habitus and Reflexivity. Towards an Understanding of Contemporary Identity. **Sociology**, New Delhi, v. 40, n. 3, p. 511-528, June 2006.
- AGHA, A. **Language and Social Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- AGHA, A. The social life of cultural value. **Language & Communication**, v. 23, p. 231-273, 2003.
- ARNOLD, J. *et al.* **Variation and personal/group style**. Paper presented at NWAV 22. Ottawa: University of Ottawa, 1993
- AUSTIN, J. **How to do things with words**. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- BELL, A. Back in style: Reworking audience design. *In*: RICKFORD, J.; ECKERT, P. (ed.). **Style and variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 139-169.
- BELL, A. Language style as audience design. **Language in Society**, Cambridge, v. 13, n. 2, p.145-204, June 1984.
- BENTES, A. C. “**É nós na fita**”: A formação de registros e a elaboração de estilos no campo da cultura popular urbana paulista. Projeto de Pesquisa financiado pela FAPESP. Proc. 2009/083639-9, 2009.
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar: 2005.
- BAUMAN, R. BRIGGS, C. L. Poética e Performance como perspectivas críticas sobre linguagem e a vida social. Trad. de Vânia Z. Cardoso. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 8 n.1,2, p. 185-229, 2006.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009
- BOURDIEU, P. **Raison Pratiques**: sur la théorie de l’action. Paris: Éditions du Seuil, 1994

- BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Locating Identity in Language. *In*: LLAMAS, C. WATT, D. (ed.). **Language and Identity**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012. p. 18-28.
- BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Identity and Interaction: a sociocultural approach. **Discourse Studies**, London, v. 7, n. 4-5, p. 585-614, 2005.
- BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Language and Identity. *In*: DURANTI, A. **A Companion to Linguistic Anthropology**. Oxford: Basil Blackwell, 2003. p. 369-394.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CAMACHO, R. G. Sociolinguística. *In*: BENTES, A. C.; MUSSALIN, F. **Introdução à Linguística**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 51-83.
- COUPLAND, N. **Style: Language Variation and Identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- ECKERT, P. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of variation. **Annual Review of Anthropology**, Stanford, v. 41, p. 87-100, 2012.
- ECKERT, P. Variation and the indexical field. **Journal of Sociolinguistics**, Stanford, v. 12, n. 4, p. 453-476, 2008.
- ECKERT, P. **Variation, convention and social meaning**. Annual Meeting of the Linguistic Society of America. Oakland CA. Jan. 7, 2005.
- ECKERT, P. Style and social meaning. *In*: ECKERT, P. & RICKFORD, J. R. **Style and Sociolinguistic Variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 119-126.
- ECKERT, P. **Linguistic Variation as Social Practice: The Linguistic Construction of Identity in Belten High**. Oxford: Blackwell, 2000.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- GILES, H. Accent mobility: A model and some data. **Anthropological Linguistics**, v. 15, n. 2, p.87-105, feb 1973.

GOFFMAN, E. Footing. *In*: RIBEIRO, B. T., GARCEZ, P. M. **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2013. p. 107-148.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2016.

GUMPERZ, J. Convenções de contextualização. *In*: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2013. p. 149-182.

GUMPERZ, J. **Discourse Strategies**. Cambridge, Cambridge University Press, 1982a.

GUMPERZ, J. **Language and Social Identity**. Cambridge, Cambridge University Press, 1982b.

GUMPERZ, J. The Speech Community. *In*: DURANTI, A. (ed.) **Linguistic Anthropology: a reader**. Cambridge, Cambridge University Press, 1968. p. 66-73.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HALL, S. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.

HALL, J. K. Language and Identity. *In*: HALL, J. K. **Teaching and Researching Language and Culture**. London: Longman, 2012. p. 369-394.

HANKS, W. F. Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. *In*: BENTES, A.C.; REZENDE, R.C.; MACHADO, M.A. (org.). **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 33-63.

HANKS, W. F. **Language and Communicative Practices**. Colorado: Westview Press, 1996.

IRVINE, J. T. "Style" as distinctiveness: the culture and ideology of linguistic differentiation. *In*: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. **Style and Sociolinguistic Variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 21-43.

JOHNSTONE, B. Locating Language in Identity. *In*: LLAMAS, C. WATT, D. (ed.). **Language and Identity**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012. p. 29-26.

- JOHNSTONE, B. Mobility, Indexicality, and the Enregisterment of “Pittsburghese”. **Journal of English Linguistics**, v. 34, n. 2, p. 77-104, 2006.
- JOSEPH, J. E. Identity. *In*: LLAMAS, C. WATT, D. **Language and Identity**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012. p. 9-17.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008
- LIVIA, A. HALL, K. “É uma menina!”: a volta da performatividade à linguística. *In*: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (org.). **Linguagem, gênero e sexualidade**. São Paulo: Parábola: 2010. p. 109-127.
- LE PAGE, R., TABOURET-KELLER, A. **Acts of Identity**. Creole-based approaches to language and ethnicity. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- MENDONZA-DENTON, N. **Homegirls**: Language and Cultural Practice among Latina Youth Gangs. Malden: BlackWell Publishing, 2008
- MENDONZA-DENTON, N. Language and Identity. *In*: CHAMBERS, J. K. *et al.* (ed.). **The Handbook of Language Variation and Change**. Oxford: Blackwell, 2006. p. 475-499.
- MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- MORATO, E. M.; BENTES, A. C. Das intervenções de Bourdieu no campo da Linguística: reflexões sobre as noções de competência e língua legítima. **Horizontes**, v. 20, p. 31-48, 2002.
- OCHS, E. Indexing gender. *In*: DURANTI, A.; GOODWIN, C., **Rethinking context**: Language as an interactive phenomenon. New York: Cambridge University Press. 1992. p. 335-358.
- PODESVA, R. Salience and the social meaning of declarative contours: Three case studies of gay professionals. **Journal of English Linguistics**, v. 39, n. 3, p. 233-264, 2011.
- PODESVA, R. **Three sources of stylistic meaning**. Washington: Georgetown University. 2007a

- PODESVA, R. Phonation type as a stylistic variable: The use of falsetto in constructing a persona. **Journal of Sociolinguistics**, v. 11, n. 4, p. 478-504, 2007b.
- RICKFORD, J. Le Page's theoretical and applied legacy in sociolinguistics and creole studies. In: Hinrichs, L.; Farquharson, J. T. **Variation in the Caribbean: From creole continua to individual agency**. Amsterdam: John Benjamins, 2011. p. 251-271.
- SILVERSTEIN, M. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. **Language and Communication**, v. 23, p. 193-229, 2003.
- SILVERSTEIN, M. Shifters, linguistic categories and cultural description. In: BASSO, K.; SELBY, H. (ed.). **Meaning in Anthropology**. Albuquerque: University of New Mexico, 1976. p. 11-55.
- ZIMMAN, L. Sociolinguistic agency and the gendered voice: Metalinguistic negotiations of vocal masculinization among female-to-male transgender speakers. In: Babel, A. (ed.). **Awareness and control in sociolinguistic research**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 253-277.
- ZIMMAN, L.; HALL, K. Language, embodiment and the 'Third Sex'. In: LLAMAS, C. WATT, D. **Language and Identity**. Edinburg: Edinburg University Press, 2012. p. 166-178.

**A construção do *Ethos* da mulher em  
um processo criminal de autoaborto:  
uma abordagem discursiva**

*Gilmar Bueno Santos*

*Maysa de Pádua Teixeira Paulinelli*

Neste trabalho, propomos uma análise linguístico-discursiva de três momentos processuais do julgamento de uma mulher, acusada pela prática de crime de autoaborto. Tal processo foi movido pelo Ministério Público de Minas Gerais, em face de uma mulher que teria introduzido uma sonda em seu útero para interromper propositalmente uma gestação de cerca de dois meses. Por se tratar de uma conduta definida na legislação criminal como “crime contra a vida”, o processo a que nos referimos seguiu os trâmites do Tribunal do Júri.

Como *córpus* de análise, selecionamos três momentos processuais em que a ré (doravante R) teve as suas narrativas para os fatos registradas. O primeiro desses momentos ocorreu na fase de Inquérito Policial, quando ouvida pelo Delegado de Polícia, a ré confessou a prática do delito. O segundo momento a que nos referimos constituiu-se do Interrogatório da ré pelo Juiz de Direito, quando ela confessou novamente.

Por fim, no terceiro momento processual selecionado, em que a acusada foi ouvida na sessão de julgamento do Tribunal do Júri, diante do Corpo de Jurados, aborda quando ela reformulou sua versão para os fatos, afirmando inocência e alegando sequer saber se estava mesmo grávida quando tudo aconteceu. Em 2004, foi realizada a sessão de julgamento de

R, a qual resultou em sua absolvição por falta de provas, de acordo com votação da maioria dos jurados.

A opção de analisar discursivamente um auto criminal de apuração de autoaborto se justifica porque encontramos na tipificação dessa conduta um procedimento de ponderação de bens que, em certo sentido, se assemelha à hierarquização de valores proposta por Perelman (1999) em sua Teoria da Argumentação.

No aborto, dois bens jurídicos fundamentais estão em posição de conflito: o direito à vida, por parte do feto, e o direito à livre disposição do corpo, por parte da mãe. Por meio de buscas nos sítios eletrônicos do Tribunal de Minas Gerais, deparamo-nos com os autos de um processo instaurado para julgamento de um crime de autoaborto em uma comarca do interior.

Este processo havia tramitado conforme o rito do Tribunal do Júri e já estava encerrado com o julgamento do mérito, o que equivale a dizer que o caso havia passado por todas as fases previstas no Código de Processo Penal, desde a abertura do inquérito policial, a instauração do respectivo processo, a pronúncia da ré e seu julgamento pelo corpo de jurados.

Ao compulsar os autos, percebemos que se tratava de um caso curioso, edificado sobre as bases de um paradoxo que não se desfez nem mesmo ao final do processo, com o julgamento da acusada pelo corpo de jurados. Pareceu-nos, então, que seria produtivo submeter tal processo à análise, considerando que as diversas fases de tramitação correspondem, na linguística do discurso, a momentos enunciativos diferentes, o que possibilitaria uma visão global do dispositivo de enunciação em um processo penal.

Por meio das análises discursivas do *córpus* selecionado, observamos a constituição e a circulação de imagens e crenças sobre o papel da mulher e da maternidade nos dias atuais, sendo que tais imagens foram retomadas, construídas e desconstruídas em vários momentos do processo, seja pela instância de defesa, de acusação ou de julgamento.

Nesse contexto, o resultado final do julgamento confirma a hipótese de que, em um processo judicial, a verdade é construída nos próprios autos, discursivamente, através das manifestações languageiras dos sujeitos que dele participam.

### **Pressupostos teórico-metodológicos**

Para fundamentação teórico-metodológica das análises aqui realizadas, baseamo-nos em uma teoria da argumentação no discurso, fundada no modelo da Retórica (Aristóteles) e da Nova Retórica (Perelman e Olbrechts-Tyteca) e complementada por Ruth Amossy com recursos da Análise do Discurso.

No *córpus* selecionado para análise, sobrepõe a questão da dimensão institucional da linguagem no discurso jurídico, uma vez que as estratégias linguístico-discursivas empregadas pela ré em seus depoimentos são fortemente determinadas pelo quadro institucional do qual emergem.

Conforme afirma Amossy (2005b), cada gênero adota as modalidades de persuasão verbal que lhe são mais convenientes. Destarte, no discurso jurídico, a argumentação desenvolvida nos proferimentos se encontra em uma relação de estreita dependência com o domínio discursivo do qual ela emerge e com gênero no qual se insere:

Não tentamos influenciar um júri no curso de um processo como tentamos fazer eleger um candidato em uma campanha eleitoral, ou fazer partilhar nossas opiniões por um amigo em uma conversação familiar, ou suscitar a reflexão do leitor sobre um estado do mundo em um texto romanesco (AMOSSY, 2005b, p. 167).

Pode-se inferir, portanto, que as estratégias argumentativas relacionadas ao três meios de prova da retórica aristotélica, a saber o *logos*, o *ethos* e o *pathos*, são em boa parte modeladas pelo gênero de discurso. No que diz respeito ao *logos*, por exemplo, a autora entende que o grau de formalização do raciocínio, assim como a escolha e o agenciamento dos

argumentos, diverge manifestamente de um quadro a outro, mesmo se a tese defendida pelo locutor é similar.

Quanto ao *pathos*, a autora defende que o quadro genérico dita as modalidades de apelo às emoções, sua intensidade e até a sua legitimidade (em uma carta de amor, é comum um tom fortemente afetivo por parte do locutor, ao contrário de um artigo científico, tradicionalmente pouco afeito às emoções).

Em relação ao *ethos*, Amossy (2005b) postula que cada gênero compreende uma distribuição prévia dos papéis que modelam o dispositivo de enunciação, para o qual não se pode negar a importância do estatuto do locutor e do quadro institucional no qual ele profere sua palavra. A eficácia da palavra depende também da posição daquele que a detém e do grau de legitimação que ele desfruta no seu meio social. A legitimidade do locutor, sua posição social e institucional e sua reputação desempenham, na visão da autora, um papel bastante importante na troca argumentativa, embora não sejam tudo.

Refletindo sobre o processo de constituição do *ethos*, Amossy (2005a) declara que para a construção de uma imagem de si, não é necessário que o locutor explicita suas características, suas qualidades ou seu jeito de ser. Determinadas marcas encontradas no próprio discurso é que vão produzir, no interlocutor, uma representação da figura do locutor. O *ethos*, portanto, não é dito, mas é mostrado, por meio das escolhas feitas pelo orador.

No momento em que toma a palavra, seja ela escrita ou oral, o orador faz uma idéia de seu auditório e da maneira pela qual será percebido; apoia, então, seus argumentos sobre a *doxa* que toma emprestada de seu público, do mesmo modo que modela seu *ethos* pelas representações coletivas as quais assumem, aos olhos do auditório, um valor positivo e são suscetíveis de produzir neles a impressão apropriada às circunstâncias.

A função da *doxa* é muito valorizada pela Retórica, pois o discurso argumentativo se constrói sobre os objetos de acordo admitidos pelo auditório. *Doxa*, segundo Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 176),

“corresponde ao sentido comum, isto é, a um conjunto de representações socialmente predominantes, cuja verdade é incerta, tomadas, mais frequentemente, na sua formulação lingüística corrente”.

O conceito de estereótipo também é essencial no estabelecimento do *ethos*. A ideia prévia que se faz do locutor e a imagem de si que ele constrói em seu discurso não podem ser totalmente singulares. Para serem reconhecidas pelo auditório, é preciso que sejam assumidas em uma *doxa*, ou seja, que se indexem em representações partilhadas.

A estereotipagem consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente (esquema coletivo cristalizado), na qual a comunidade avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-constituído da categoria por ela difundida e no interior do qual ela o classifica.

Na perspectiva argumentativa, “o estereótipo permite designar os modos de raciocínio próprios a um grupo e os conteúdos globais do setor da *doxa* na qual ele se situa” (AMOSSY, 2005a, p. 126). O locutor só pode representar seus interlocutores se os relacionar a uma categoria social, étnica ou política, como por exemplo, a classe dos socialistas, dos comunistas, dos liberais, etc.

Assim, ele procurará atingi-los por meio de argumentos que acredita serem mais eficazes para a classe social, étnica ou política da qual os interlocutores procedem. Pode-se afirmar, desta feita, que a concepção que faz do auditório guia o esforço do orador para adaptar-se a ele.

Amossy (2005a) descreve da seguinte forma a construção da imagem de si, que confere ao discurso parte importante de sua autoridade.

O orador adapta sua apresentação de si aos esquemas coletivos que ele crê interiorizados e valorizados por seu público alvo. Ele não o faz somente pelo que diz de sua própria pessoa (frequentemente, não é de bom-tom falar de si), mas também pelas modalidades de sua enunciação. É então que ele incumbe o receptor de formar uma impressão do orador relacionando-o a uma categoria conhecida. O discurso lhe oferece todos os elementos de que tem necessidade para compor um retrato do locutor, mas ele os apresenta de forma indireta, dispersa, lacunar ou implícita (AMOSSY, 2005a, p. 126-127).

Na seção seguinte são apresentadas algumas análises linguístico-discursivas acerca dos dados selecionados para este trabalho.

## **Análises**

De acordo com Amossy (2006, p. 99), “[...] é sempre em um espaço de opiniões e crenças coletivas que [o orador] tenta resolver uma diferença ou consolidar um ponto de vista. O saber partilhado e as representações sociais constituem, portanto, o fundamento de toda argumentação”.

Nos autos do processo analisado, estão em contato diferentes vozes em torno de valores como vida humana, vida do feto em formação, direitos reprodutivos da mulher, livre disposição do corpo, tudo isso permeado pela crença compartilhada em um suposto instinto maternal que toda mulher traz em si.

Dessa forma, estão presentes, em maior ou menor grau, ainda que de maneira fluida e dispersa, vozes que podem ser atribuídas a grupos heterogêneos. Grupos que defendem a descriminalização ampla do aborto, inclusive com a obrigatoriedade de atendimento público; outros que defendem uma descriminalização com ressalvas, segundo um critério de prazos e indicações estipulados legalmente; grupos que admitem a figura do aborto apenas como último meio de salvar a vida da mãe e, finalmente, grupos que não o admitem em hipótese alguma.

A fim de compreendermos a dinâmica de interação dessas vozes, apresentamos, em seguida, trechos de depoimentos da ré coletados em três momentos processuais distintos, nos autos do processo que constitui nosso *córpus*. São eles: o primeiro termo de declarações, colhido pelo Delegado de Polícia na fase de Inquérito Policial; o segundo interrogatório, colhido pelo Juiz de Direito, na audiência de instrução e o terceiro interrogatório, realizado também pelo Juiz, na Sessão de Julgamento.

### **O depoimento na Delegacia de Polícia**

No primeiro depoimento, a ré diz o seguinte.

QUE, confirma ter praticado o aborto, esclarecendo que foi no mês de setembro de ano 1999; QUE, estava grávida de dois meses e que usou uma sonda para perfurar; QUE, comprou a sonda e sozinha praticou o aborto; QUE, não teve orientação de nenhuma outra pessoa; QUE, o motivo foi que já possuía um casal de filhos sendo um com quatro e outra com dois anos de idade e que não tem condições financeiras para cuidar de todos e ainda na época morava com sua prima; QUE, foi o único aborto que praticou; QUE, faz uso de bebida alcoólica, fuma cigarros, não faz uso de drogas, não faz uso de remédio controlado, nunca foi internada em casa de tratamento de doenças mentais, já teve envolvimento com brigas e já foi processada cumprindo pena até a presente data. (R)

Nesse primeiro excerto, a locutora R tem como alocutário direto o Delegado de Polícia. Vislumbramos aqui o seguinte quadro enunciativo.

**Quadro 1.** Condições enunciativas do depoimento de R na Delegacia de Polícia.

<b>Enunciação (EÃO)</b>	<b>Locutor:</b> Ré
	<b>Enunciado:</b> QUE, confirma ter praticado o aborto, esclarecendo que foi no mês de setembro de ano 1999; QUE, estava grávida de dois meses e que usou uma sonda para perfurar;
	<b>Alocutário:</b> Delegado de Polícia

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando prestou esse depoimento, R não estava acompanhada por um advogado de defesa. Falando em seu próprio nome, teve a primeira oportunidade concreta de desconstruir a imagem negativa de si que circulava no meio policial. Como se sabe, ainda que não pese sobre o investigado uma condenação formal, já na fase do Inquérito Policial, ele é socialmente julgado e condenado pelo público. No caso de R, a reprovação social de sua conduta é forte, já que boa parte da sociedade não admite que se atente contra o “instinto maternal” atribuído como conatural ao gênero mulher.

A fala da acusada sobre si mesma servirá de matéria-prima para que o Promotor de Justiça e o Defensor elaborem os seus proferimentos ao

longo do processo, tomando de empréstimo o que lhes for conveniente e refutando aquilo que possa comprometer a força persuasiva de sua argumentação.

Talvez por desconhecer os meandros da justiça, R confessa explicitamente a prática criminosa e apresenta detalhes do procedimento que teria adotado para provocar a morte do feto que gerava em seu ventre.

Respondendo às perguntas elaboradas pelo Delegado, R age de forma a dificultar posteriormente o trabalho da defesa. Ademais, reforça a imagem que este sub-repticiamente construiu acerca dela por meio de suas perguntas: de que era inconstante (“faz uso de bebida alcoólica, já se envolveu em brigas e já foi processada”) e descompromissada com o papel a ser teoricamente cumprido por uma mulher “de bem” na tradicional sociedade católica mineira: uma boa mãe, ainda que miserável e sacrificada.

Essa constatação vai ao encontro das observações que Pérez (2006) reúne ao analisar representações sociais de mulheres que praticaram autoaborto.

Em nossa cultura, o sofrimento e o sacrifício são vistos como condições necessárias à maternidade. Desta forma, a boa mãe seria a que sofre bastante na gravidez e mais ainda no parto, que sacrifica sua vida profissional e sexual pelo amor e doação aos filhos e que aceita passiva e alegremente cada um destes limites e dores como consequências naturais da maternidade (PÉREZ, 2006, p. 66).

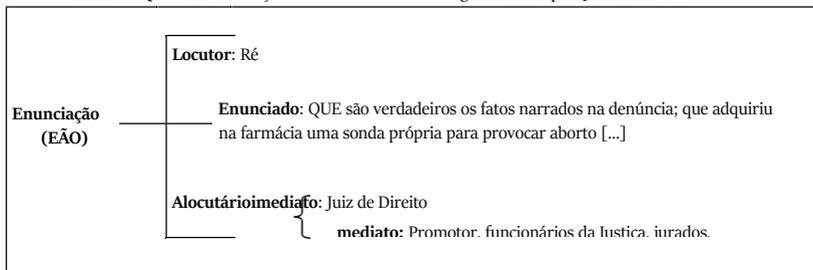
Percebemos que a ré enfrenta, de alguma maneira, esse consenso supostamente generalizado quanto à necessidade de tipificação do aborto, ou seja, ela não questiona a criminalização da conduta.

Ao contrário, elabora uma justificativa para o ato que a acusam de ter praticado. Sua justificativa, situada no campo das dificuldades econômicas de se criar mais um filho, é mais aceitável, do ponto de vista social, do que se tivesse afirmado cabalmente que não desejava a maternidade (ARDAILLON, 1994).

## O depoimento diante do Juiz de Direito

No segundo excerto, transcrito em seguida, a locutora tem o Juiz de Direito como alocutário imediato:

**Quadro 2.** Condições enunciativas do interrogatório de R pelo Juiz de Direito.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nesse momento, ela continua confessando a conduta criminosa, ao mesmo tempo em que novamente busca justificar seu ato por meio de suas condições precárias de vida. Parece-nos que há um cuidado um pouco maior com a construção de uma imagem positiva de si, que pode ter sido orientado pelo Advogado de Defesa que passou a atuar no processo.

Novamente, atribui seu ato a suas condições de vida e não questiona a criminalização do aborto.

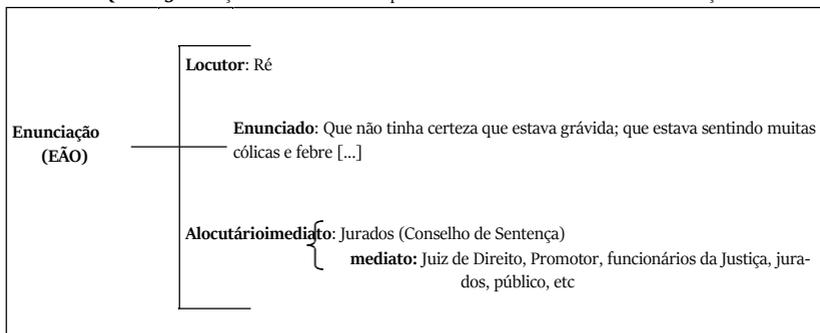
QUE são verdadeiros os fatos narrados na denúncia; que adquiriu na farmácia uma sonda própria para provocar aborto; que em sua casa introduziu essa sonda na vagina causando a morte do feto, que fez isso por volta de meio dia; que passados uns 15 dias a depoente começou a ter febre, inclusive foi para a cama; que aí procurou a Santa Casa; que ao chegar na Santa Casa verificou que infeccionou; que o médico pediu que enquanto a depoente não dissesse a verdade não iria olhá-la; que nisso a depoente ficou calada; que no outro dia a depoente contou o que tinha feito e foi diretamente para a sala de cirurgia para fazer a curetagem pois a infecção já havia aumentado e atingido o útero da depoente; que fez isso porque já tinha uma menina de 9 meses, estava morando com sua prima e estava muito difícil; que já foi presa e processada criminalmente; que não bebe, não fuma e não usa drogas; que nessa época já estava separada de seu marido; que não tem condição de pagar um advogado.

(R)

## O depoimento diante do Conselho de Sentença

No terceiro excerto, a locutora tem, no seu universo de alocutários, os jurados do Conselho de Sentença:

**Quadro 3.** Condições enunciativas do depoimento de R diante do Conselho de Sentença.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O conteúdo de seu depoimento é completamente diverso do que vinha declarando até então. De uma maneira geral, R nega a prática de aborto voluntário e levanta dúvidas acerca de seu estado de gravidez. Identificamos aqui um processo de recuperação de sua imagem atrelada à desconstrução da imagem do médico da Santa Casa, no momento em que ela afirma que este se negou a atendê-la e, por isso, levou-a a introduzir uma sonda no útero, como uma tentativa desesperada de se fazer ouvir.

Ao mesmo tempo, R reivindica para si a crença compartilhada no instinto maternal da mulher, explicitando que “não é verdade que não queria o filho” e que “sempre cuidou e manteve os seus outros dois filhos na sua companhia”.

Que não tinha certeza que estava grávida; que estava sentindo muitas cólicas e febre; que não chegou a ser examinada por nenhum médico; que o Dr. só ia atender se ela falasse a verdade; que tinha passado a sonda para ver se ele a atendia; que não é verdade que não queria o filho; que sempre cuidou e manteve os seus outros dois filhos na sua companhia. (R)

Percebe-se, assim, que houve uma alteração significativa na imagem construída por R desde os seus dois primeiros depoimentos (quando confessa o crime, se diz usuária de bebida alcoólica e justifica a prática voluntária de aborto por sua situação de pobreza), até o depoimento na fase final, quando se nota cautela e um grau maior de elaboração em sua fala.

Refletindo sobre o papel da estereotipia no processo de construção de imagens de si e do outro que circulam no discurso argumentativo (AMOSSY, 2006), supomos que, com essa mudança de depoimento, R tentou se afastar da categoria de mulheres que vinham praticando autoaborto na cidade, com a qual ela havia sido identificada nos depoimentos das testemunhas.

Com a nova versão apresentada para os fatos, sua categorização poderia ser alterada, harmonizando-se com a categoria das mães sacrificadas, que a despeito das condições precárias de vida, aceitam seus filhos e cuidam deles com todas as dificuldades. Com isso, a ré parece ter finalmente aderido ao acordo tácito travado entre acusação e defesa, compreendendo as regras do jogo retórico que haviam sido adotadas em seu julgamento (PERELMAN; OLBHETCHS-TYTECA, 2006).

Cumpre enfatizar que o depoimento prestado aqui, já na fase final do processo, não é mais direcionado apenas ao juiz de direito. Como nessa última etapa do Tribunal do Júri o veredicto final cabe aos jurados, sendo o juiz apenas o responsável pela direção do processo e pela fixação da pena a ser cumprida pelo condenado, os discursos da acusação e da defesa são dirigidos, ao mesmo tempo, a vários alocutários, o que exige um cuidado especial na formulação dos argumentos. Esse auditório composto pelo corpo de jurados configura-se, assim, como um espaço heterogêneo, no qual estão inscritos diferentes atores sociais.

A lei processual penal prescreve apenas que os juízes leigos sejam cidadãos de notória idoneidade moral, maiores de 18 anos, brasileiros e residentes na comarca, não exigindo, portanto, que tenham conhecimentos jurídicos. No caso em análise, o Conselho de Sentença foi composto por

um engenheiro civil, um professor, uma estudante, um técnico em agrimensura, dois comerciantes e um cirurgião dentista.

Assim, diferentes formações culturais, étnicas, sociais, econômicas, etc., poderão estar representadas em um Conselho de Sentença e caberá ao orador tecer sua argumentação na medida das crenças e dos saberes partilhados por esse auditório tão multifacetado. Como já se afirmou, apoiar a argumentação em elementos dóxicos genericamente aceitos pelo auditório é um passo importante para garantir sua adesão às teses apresentadas (AMOSSY, 2005a).

Nos limites do discurso judicial processual penal do Tribunal do Júri e, mais especificamente, no *córpus* analisado, tanto o Promotor de Justiça quanto o Advogado de Defesa buscaram seus argumentos no celeiro de uma pretensa cientificidade, trazendo à tona teses baseadas na interpretação da norma jurídica, apelando sobretudo para elementos da legislação processual relacionados à comprovação da materialidade do delito.

### **Algumas considerações**

Quando selecionamos esse processo para compor o *córpus* do trabalho, supomos estar diante de um caso concreto de interação judiciária no qual predominaria uma construção discursiva voltada para a dimensão patêmica da trilogia aristotélica, já que o crime de aborto associa-se a uma *doxa* que remonta a elementos relacionados ao *pathos*, como vida do feto, integridade da mãe, liberdade sexual, direitos reprodutivos, o papel dos gêneros homem e mulher na sociedade, valores morais e religiosos, etc.

Por se tratar da apuração de um crime de autoaborto praticado por uma mulher pobre, negra, sem instrução, emprego ou estrutura familiar, completamente à margem da sociedade, imaginamos que o Defensor mobilizaria todos os recursos discursivos para direcionar as emoções ( piedade, equidade, justiça social, etc.) do julgador e do Corpo de Jurados rumo ao veredicto final de absolvição de R.

Acreditávamos que o Promotor de Justiça apelaria também para o *pathos* das instâncias julgadoras, sobretudo dos membros do Conselho de Sentença, baseando seus proferimentos na crença compartilhada socialmente sobre a origem divina da vida humana, da abominação social ao aborto induzido, da crença no instinto maternal, da expectativa em torno do potencial da criança que “poderia ter sido e não foi”.

Contudo, ao analisar as peças processuais produzidas ao longo dos autos, não foi esse o quadro que encontramos. Parece-nos que, nesse caso particular de interação judiciária no Tribunal do Júri aqui analisada, sobressaiu a dimensão lógico-retórica do discurso argumentativo, já que as instâncias de acusação, defesa e julgamento se ativeram ao gerenciamento de recursos técnicos em seus projetos discursivos, fundamentados na discussão sobre a materialidade delitiva (corpo de delito ausente/insuficiente/nulidade).

O Defensor isentou-se também de tocar em questões referentes à desigualdade social, ao tratamento dado pela Justiça, pelo Estado e pela sociedade a homens e mulheres que fazem parte das minorias sociais, que têm menor poder aquisitivo, menor grau de instrução, menor capital simbólico, como é a situação da ré.

No que diz respeito ao Promotor de Justiça, a opção pela elaboração de peças processuais mais “técnicas” permitiu a ele que se mantivesse distante dos aspectos polêmicos, éticos e morais, de se processar uma mulher pela suposta prática de aborto.

Essas observações nos fazem crer que houve uma abordagem tradicional e, talvez, superficial, do caso. Em outros termos, diríamos que o debate se manteve no nível do direito positivo, ou seja, a dinâmica argumentativa se encerrou nos limites do dever ser, afastando-se do nível axiológico. Nesse sentido, parece interessante transcrever a seguinte observação de Brum.

Não resta a menor dúvida de que na dimensão axiológica da sentença está sua parte mais difícil, porque os valores incrustados na significação de base da norma legal podem estar em conflito com os valores predominantes na

realidade social. A exigência de que a decisão, além de legal, deve ser justa, coloca o julgador muitas vezes diante do dilema de optar entre a legalidade e a equidade e, ao mesmo tempo, deixar a impressão de que não houve tal opção valorativa. Compatibilizar o incompatível é uma das tarefas que se pede ao órgão decisório, coisa que somente é viável no terreno retórico (BRUM, 1980, p. 82-83).

Fagundes (1994), ao dissertar sobre o Tribunal do Júri, afirma que, no lugar da Promotoria, o objetivo principal do discurso é o de defender um ponto de vista sem colocar sob suspeição o sistema jurídico. Para o Advogado de Defesa, cabe o papel de levantar suspeitas acerca do funcionamento local do sistema de investigação (policial e jurídica) e a aplicabilidade da norma genérica à circunstância. Assim, apenas aparentemente o discurso da defesa é contrário à lei: na verdade, ele submete-se a um processo baseado na lei. Por sua vez, a sociedade julga reproduzindo a ideologia de, a cada caso particular, aplicar o sistema genérico, que em si é tido como “perfeito e completo” (FAGUNDES, 1994). Nas palavras da autora, “trata-se de criticar localmente, aceitando e manter o Sistema jurídico, condição necessária para a produção do discurso e da discussão.” (FAGUNDES, 1994, p. 128-129).

Destarte, observamos que os sujeitos que participaram desse embate judicial parecem ter travado entre si um acordo prévio no qual tacitamente aceitaram a lei posta como legítima: mais que o atributo da legalidade, teria sido reconhecido à tipificação do aborto o caráter de justo. Assim, não havia motivos para contestarem a letra da lei, não havia espaço para argumentos baseados na livre disposição do corpo pela mulher ou na sua liberdade reprodutiva. Restava apenas o questionamento sobre a comprovação, ou não, da prática delitiva. E foi nesse sentido que o feito caminhou, pois desde a instauração do procedimento penal, o Advogado batalhou pelo reconhecimento da insuficiência das provas, enquanto o Promotor afirmava ser suficiente o laudo médico supostamente produzido sem observância das formalidades legais.

Os poucos momentos em que a discussão se encaminhou para o lado mais pathêmico e menos racional foram protagonizados pela ré, nos primeiros depoimentos que ela prestou junto à autoridade policial (na Delegacia) e ao Juiz, na primeira fase do Processo. Quando a decisão saiu das mãos dos sujeitos especialistas e se tornou prerrogativa de um tribunal popular, contrariando todas as expectativas no sentido da condenação, a ré foi absolvida, apesar das confissões que fez no curso do processo.

Se pensarmos que não havia nos autos uma prova efetiva de que R estivesse mesmo grávida; que, ainda que ela estivesse gerando um filho, não havia prova de que o feto era viável e que, por fim, não foi realizado Exame de Corpo de Delito, como justificar que um processo fundamentado em provas tão frágeis, como a mera confissão da ré, tenha ido tão longe? Seria um efeito gerado da imagem negativa de si construída discursivamente por R?

Nos limites deste trabalho, torna-se impraticável tentar formular respostas para as questões aventadas. Na verdade, nossa pretensão era mesmo a de lançar novos elementos para incitar a discussão sobre essa antiga e polêmica temática. Mas, de qualquer forma, parece-nos oportuno concluir com a afirmação de que o resultado final (de quatro votos a favor da absolvição e três contrários) ilustra a observação de que, em um processo judicial, a verdade é construída nos próprios autos, discursivamente, através da fala dos sujeitos que nele atuam, pois são eles que apresentam formalmente os fatos, discutem as provas, solicitam a realização de diligências. Enfim, esses sujeitos constroem e reconstroem uma verdade processual que parece de acordo com as finalidades almejadas, e não com a verdade factual.

Nessa perspectiva, a construção do *ethos* da mulher em um processo criminal de autoaborto envolve estratégias linguístico-argumentativas direcionadas à restituição da plena humanidade negada ao sujeito falante mulher, pois o ato de falar tem suas implicações que, de certo modo, reverberam discursos que se desafiam, vozes esquecidas entremeio a uma

determinada voz hegemônica, masculina, heteronormativa, machista, sexista, branca e elitizada acerca do que é ser mulher.

Outrossim, as mudanças nas narrativas da ré desvelam a importância de se desestabilizar verdades, de superar aspectos como ubiquidade e unicidade sempre impostos às mulheres, rompendo-se, desta feita, com o imaginário social, o qual deslegitima e desautoriza as insurgências contra os papéis sociais dominantes.

As diversas narrativas da ré evocam rupturas e práticas discursivas que exponenciam representações sociais, históricas, políticas, culturais e institucionais acerca de processos de (des)construção de imagens acerca do que é ser mulher, bem como promovem repertórios de ações de resistência e reivindicação de direitos, de lutas pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, pelo fim da violência de gênero e da imposição de padrões que interditam a capacidade de autodeterminação das mulheres.

## Referências

- AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2005a.
- AMOSSY, R. Rhétorique et analyse du discours. Pour une approche socio-discursive des textes. In : ADAM, J.-M. ; HEIDMANN, U. (ed.). **Sciences du texte et analyse de discours**. Enjeux d'une interdisciplinarité. Lausanne : Études de Lettres, 2005. p. 163-177.
- AMOSSY, R. **L'argumentation dans le discours**. Paris : Armand Colin, 2006.
- ARDAILLON, D. O aborto no judiciário: uma lei que justiça a vítima. In: BRUSCHINI, C.; SORJ, B. (org.). **Novos olhares**: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero, Fundação Carlos Chagas, 1994. p. 213-249.
- BRASIL. **Código de Processo Civil**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5869.htm). Acesso em 26 set 2019.
- BRUM, N. B. **Requisitos retóricos da sentença penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

FAGUNDES, V. O. **A espada de Dâmocles da Justiça**: o discurso no júri. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação**: a Nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PERELMAN, C. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PÉREZ, B. A. G. **Aborto provocado**: representações sociais de mulheres. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

## **A entrevista oral como evento de letramento**

*Virginia Maria Nuss*

Os estudos atuais do letramento têm ressignificado alguns conceitos, não pelo fato de eles terem mudado, mas pelo fato de serem constantemente mal interpretados, como a associação restrita realizada por muitos entre letramento, aquisição da escrita e alfabetização. Os estudos do letramento possuem um campo mais amplo e objetivam investigar, explicar e demonstrar, entre outras coisas, como ocorrem os diferentes saberes socioculturais que ocorrem por meio das diferentes possibilidades de concretização da linguagem.

Com isso, pretende-se analisar textos do gênero “entrevista oral” como práticas de letramento, uma vez que refletem saberes e domínios sociais e culturais por meio da língua.

Tal pesquisa se justifica pela explicitação da entrevista oral como um evento situado de uso linguístico que envolve reflexão e abrange aspectos socioculturais, constituindo-se em uma prática letrada. Ainda, pelo fato de que o uso linguístico oral nesse contexto é marcado por motivações da modalidade escrita, assim como a escrita também se subordina, muitas vezes, às influências da fala, sendo que essa influência mútua possibilita reconhecer práticas comunicativas enquanto eventos de letramento.

Os estudos do letramento há muito têm considerado um aspecto central dos eventos de letramento, qual seja, sua relação com a língua/linguagem, problematizando a noção de “culturalmente letrado”. Como diferentes autores já têm apresentado, se a oralidade pode

influenciar de alguma forma a escrita, também traços atribuídos à escrita podem influenciar e constituir a oralidade. Se há textos escritos que vão desde um polo formal a um informal, do mesmo modo há textos orais que vão desde um polo informal a um formal, neste caso, assemelhando-se à escrita. Assim, uma vez que já há o reconhecimento desta realização linguística entre fala e escrita, pretende-se realizar, neste artigo, uma análise que tenha como princípio analítico o letramento, a partir da análise do uso linguístico em entrevistas orais, considerada, a princípio, e delinear uma análise teórica que situe o gênero entrevista oral como prática de letramento.

### **Os estudos do letramento**

A abordagem acerca dos estudos do letramento que se pretende neste trabalho não visa a explanação de seus modelos – ideológico ou autônomo, partindo do princípio que tais conceitos já se encontram bastante disseminados. A intenção aqui é uma breve abordagem que coloque em evidência o que são e como têm sido abordados os Estudos de Letramento na atualidade, sob a denominação na área reconhecida como Novos Estudos do Letramento, conforme a perspectiva de Street (1986; 1987a; 1987b; 1993; 2014).

Assim, cabe esclarecer que *eventos de letramento*, *práticas de letramento* e *letramento*, são conceitos diferenciados que constituem, ou por meio dos quais se reconhece, o letramento como prática social.

Conforme Street (2014), o *letramento* envolve os saberes do sujeito. Não apenas sua capacidade de ler e escrever, mas também seus conhecimentos culturais de leitura e escrita. Assim, duas pessoas com o mesmo nível de alfabetização, podem ser ou não “letradas” em diferentes áreas do saber, uma vez que, considerando que ambas possuem a mesma competência de alfabetização em leitura e escrita, mas uma convive com tribos indígenas e a outra se dedique ao cuidado de crianças especiais, ambas serão “letradas”, embora em diferentes práticas, as quais não se

limitam apenas aos saberes linguísticos. Ao observar o contexto em que uma pessoa é formada em pedagogia e outra em engenharia, não podemos dizer que uma é mais “letrada” do que a outra, mas ambas são “letradas” dentro de seus respectivos contextos. O mesmo raciocínio se aplica a pessoas não alfabetizadas, pois elas, embora não possuam domínio da tecnologia da escrita, sabem se comunicar e possuem saberes específicos em práticas de seus contextos sociais e culturais. Com isso, tem-se o letramento como um conjunto de saberes não apenas cognitivos, mas sociais e culturais que envolvem os modos culturais de usar a escrita em práticas situadas, o que resulta em não haver pessoas “iletradas” ou “mais letradas/menos letradas”, mas pessoas com diferentes letramentos. Ainda, há de se considerar a concepção de letramento como “prática comunicativa”, conforme Street (1993, p. 13 *apud* MARCUSCHI, 2001, p. 38).

Os *eventos de letramento* são atividades nas quais o letramento possui um papel específico e utiliza a língua escrita em práticas situadas, como exemplo, a realização da leitura de uma história diariamente para uma criança antes de dormir, um passeio ao shopping, ao parque, etc. (STREET, 2014).

*Práticas de letramento*, por sua vez, são os padrões culturais de uso da escrita em práticas situadas, e esses padrões orientam a participação em eventos de letramento. Como exemplo, têm-se as atividades de cunho escolar, que tem como objetivo o ensino de conteúdos específicos – e aqui poderíamos pensar na visão dicotômica de modelo autônomo ou ideológico (STREET, 2014).

Assim, os novos estudos do letramento, ou letramento sociais, visam situar, em contexto mais amplo do que modelos de ensino da escrita ou atividades sociais que envolvem o uso da linguagem escrita, compreendendo que as práticas sociais e a oralidade também se fazem presentes nas práticas de letramento, objetivando desconstruir o conceito da “grande

divisão”<sup>1</sup> e dos “mitos do letramento”<sup>2</sup> para inserir o conceito de “Língua Real” às práticas letradas, dentro dessa perspectiva. Cabe esclarecer que, neste trabalho, tem-se uma visão particular de “língua real” – isto é, a leitura e a escrita são inseridas aqui em práticas sociais e linguísticas reais que lhes conferem significado (STREET, 2014). Pretende-se com isso ressaltar que as práticas de letramento não são apenas ocorrências institucionalizadas que ensinam a língua pela língua, mas os usos linguísticos – não apenas escritos, mas também os orais – situados socialmente, sendo, dessa forma, não apenas uma prática de uso por meio de termos “hipotetizados”, mas que tem como princípio o uso linguístico e os diferentes saberes, socialmente situados, como intrínsecos às práticas de letramento.

Não se pretende aqui criar o conceito equivocado de que saber ler e escrever perde seu valor nos letramentos sociais, mas reafirmar que, não obstante a isso, há duas modalidades de língua, conforme o conceito de letramento. Assim, a concepção de letramento social aqui apresentado

representa parte da tendência atual rumo a uma consideração mais ampla do letramento como práticas sociais, focalizando a natureza social da leitura e da escrita e o caráter múltiplo das práticas letradas, valendo-se de perspectivas transculturais (STREET, 2014, p. 13).

Dependendo da cultura, uma entrevista pode ser mais, ou menos, oral ou mais, ou menos, “letrada”. Desse modo, pensando nos estudos do letramento a que se refere esta pesquisa, e, ainda, nos conceitos de práticas de letramento e nos eventos de letramento como práticas sociais, destaca-se que

---

<sup>1</sup> Grande divisão se refere ao conceito apresentado por Ong (1982) – entre outras obras, nas quais o autor defende uma divisão entre a escrita e a oralidade, consequentemente, entre sociedades como primitivas, e as com escrita, como sociedades desenvolvidas.

<sup>2</sup> Street (2014) denomina “mitos do letramento” conceitos equivocados que surgiram a partir, sobretudo, da ideia da “grande divisão”, tais como a noção de que o discurso escrito é mais “coeso” e “coerente”, enquanto o oral é fragmentado, etc. Para melhor compreensão vide Street (2014, p. 171-187)

Já não se pode observar satisfatoriamente as semelhanças e as diferenças entre a oralidade e a escrita, sem se considerar a distribuição de seus usos na vida diária. Assim, fica difícil se não impossível, o tratamento das relações entre fala e escrita centrando-se exclusivamente no código. Mais do que uma simples mudança de perspectiva, isto representa a construção de um novo objeto de análise e uma nova concepção de língua e de texto, agora vistos como práticas sociais (MARCUSCHI, 1997, p. 119-120).

## Vínculos e marcas da oralidade e da escrita

Para refletir acerca das marcas de oralidade e escrita, destaca-se a importância que tanto a escrita quanto a oralidade adquirem na interação social e cultural. Marcuschi (2007) apresenta que a “oralidade seria uma prática social que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais que vão desde o uso mais informal ao mais formal, nos diferentes contextos de uso” (MARCUSCHI, 1997, p. 120).

Compreende-se não haver a necessidade de discorrer sobre as diferentes possibilidades de usos da língua, apenas recorremos ao conceito do *continuum* fala/escrita de Marcuschi (1997, 2007) que compreende que a “[...] fala e escrita são dois modos de funcionamento da língua, e não dois sistemas linguísticos [...]” (MARCUSCHI; 2007, p. 8) para uma breve observação das relações entre a oralidade e o letramento. Ressaltando, então, que o evento de letramento se trata de um modo – o modo cultural de uso da língua, que atua em um único sistema linguístico, não cabendo, desta forma, visões de oralidade e escrita como estanques.

Cabe, destarte, a observação de que “os sentidos e as respectivas formas de organização dos textos se dão no uso da língua como atividade situada. Isto se dá na mesma medida, tanto no caso da fala, quanto da escrita” (MARCUSCHI, 1997, p. 139).

Todavia, embora a teoria do *continuum* fala/escrita seja hoje bastante difundida e aceita, não é possível descartar algumas observações teóricas sobre este assunto. Muito já foi discutido em diferentes áreas de conhecimento como a Filosofia, a Antropologia, a Linguística etc. sobre a fala e a escrita. Historicamente, reconhece-se o marco que a escrita realizou –

“iniciando o período histórico”, o que lhe atribui grande *status*, todavia, não se pode negar a primazia da oralidade enquanto forma de comunicação.

Deter-nos-emos no fato de ser a oralidade que se efetiva paralelamente à prática da escrita uma prática de letramento e de serem letrados todos os membros normais de tal sociedade, porquanto inevitavelmente se estabelece um ciclo de influências mútuas entre a oralidade e a escrita como práticas sociais das sociedades atuais (BOTELHO, 2010, p. 3086-3087).

Partindo desta concepção dos diferentes estudos que convergem para o mesmo ponto, a escrita, como a conhecemos hoje, seria posterior à fala; e ancorando-se nos estudos da área de filologia, sobretudo Botelho (2010), chama-se a atenção para a distinção entre oralidade primária e secundária.

Com isso, pretende-se evidenciar que as práticas orais, juntamente com as práticas escritas, constituem práticas de letramento. Igualmente, pretende-se explanar sobre as influências que um e outro modo de funcionamento linguístico exercem entre si. Daí a necessidade da abordagem dos conceitos de oralidade primária e secundária, uma vez que, assim como diversos estudos têm comprovado, a fala pode realizar certa influência na escrita, do mesmo modo, há estudos que demonstram que a oralidade pode e tem sido influenciada por critérios da língua escrita.

Na oralidade primária, os falantes não eram afetados pela escrita ou pela impressão, que ainda não existiam; na oralidade secundária – típica das sociedades contemporâneas –, a efetivação da oralidade se dá paralelamente à efetivação da escrita e da impressão. Logo, outro tipo de oralidade é desenvolvido nas sociedades modernas, que são, em geral, escolarizadas, industrializadas e marcadas pelo conhecimento científico-tecnológico e pelos meios de comunicação de massa (BOTELHO, 2010, p. 3088).

Assim, haveria uma oralidade não influenciada, “livre”, existente antes da pós-modernidade. Outrossim, atualmente, a escrita influencia a oralidade e vice-versa. Claro que, nos dias atuais, quase inexistem sociedades formadas apenas por culturas de oralidade primária, mas isso não

isenta o fato de que a escrita e a oralidade se influenciam mutuamente na contemporaneidade (BOTELHO, 2010).

O fato de o falante aculturado [...] apresentar uma fala de bom nível, que se assemelha à escrita, por apresentar como característica principal a obediência às normas gramaticais e, conseqüentemente, a correção gramatical, não quer dizer que inexoravelmente tenha perdido a sua espontaneidade do falar. Logo, não ocorre exatamente uma fala-padrão, mas uma fala que se assemelha à escrita naturalmente; e como a escrita se caracteriza por apresentar-se de acordo com as normas de uso padrão, a fala que a simula introjeta naturalmente tais normas e aparenta ser padrão como a escrita.

O que não se pode negar é que após o contato contínuo com a escrita o indivíduo falante passa a apresentar uma fala diferente, característica de um falante letrado, em cujas produções textuais as influências que as modalidades exercem uma sobre a outra podem ser sentidas (BOTELHO, 2010, p. 3093).

Desse modo, é possível dizer que, por meio de influência mútua entre oralidade e escrita, corrobora-se a teoria de Marcuschi (1997, 2007), de que oralidade e escrita não são categorias linguísticas estanques, mas cooperam conjuntamente dentro de um sistema linguístico, e, inclusive social e culturalmente.

O que ocorre é que língua escrita e língua falada não são vistas de forma isolada uma da outra, sendo que, na realidade a Língua Falada (LF) e a Língua Escrita (LE) não têm separadas uma da outra as partes que as compõem. O que realmente se observa em numa análise mais cuidadosa e profunda é que: “existem textos escritos que se situam, no contínuo, mais próximo ao polo da fala conversacional [...], ao passo que existem textos falados que mais se aproximam do polo da escrita formal [...], existindo, ainda, tipos mistos, além de muitos outros intermediários” (KOCH, 2006, p. 44). Tanto na LE quanto na LF, há uma interação sustentada na comunicação, que resulta em textos, sendo ainda que, cabe aqui “entender texto como o produto da interação, que pode ser do tipo “face-a-face”, como na LF, ou do tipo “interação com um interlocutor invisível”, como na LE. De qualquer forma, em nosso uso diário da língua estaremos produzindo textos (CASTILHO; 2002, p. 55).

Marcuschi (2005, p. 18 - 24), em seu ensaio sobre fala e escrita, apresenta algumas questões centrais, tais como:

- a) As relações entre oralidade e escrita se dão num contínuo ou gradação perpassada pelos gêneros textuais, e não na observação dicotômica de características polares;
- b) as diferenças entre oralidade e escrita podem ser mais bem observadas nas atividades de formulação textual manifestadas em cada uma das duas modalidades, e não em parâmetros fixados como regras rígidas;
- c) as estratégias interativas com todas as atividades de contextualização, negociação e informatividade não aparecem com as mesmas marcas na fala e na escrita;
- d) tanto a fala como a escrita variam de maneira relativamente considerável;
- e) as diferenças mais notáveis entre fala e escrita estão no ponto de vista da formulação textual;
- f) tanto a fala como a escrita seguem o mesmo sistema linguístico;
- g) fala e escrita distinguem-se quanto ao meio utilizado;
- h) fala e escrita fazem um uso diferenciado das condições contextuais na produção textual;
- i) o tempo de produção e recepção, na fala, é concomitante, e, na escrita, é defasado;

Conforme Marcuschi (2007), o que acontece não é a presença ou a falta de planejamento em uma ou em outra modalidade, mas sim níveis de planejamento diferentes, e ainda: “Tanto a fala como a escrita se dão num contínuo de variações, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de dois contínuos sobrepostos”. (MARCUSCHI, 2007, p. 63). Daí incorre ainda o fato de que, conforme o contexto social, há determinada necessidade de escolha de uma ou outra modalidade, que vai incidir em algum ponto do *contínuum*. Por isso a afirmação de que temos textos escritos que se aproximam da “linguagem oral” e textos falados que se aproximam da “linguagem escrita”, na verdade, o que ocorre, é que, de acordo com a prática comunicativa situada, o comportamento linguístico tenderá a se adequar, sendo mais ou menos formal, independentemente de ser escrito ou falado, a menos que a situação imediata exija uma ou outra modalidade. Atualmente, temos textos escritos que são informais e textos orais que são extremamente formais.

Considerando os diversos ambientes de produção textual por meio da LF, devemos também considerar seu caráter formal ou informal, que muitas vezes é definido pelo contexto em que tal produção se realiza. Neste trabalho pretende-se explicitar análises textuais de produção do gênero entrevista, demonstrando influências oriundas da escrita acadêmica que os informantes possuem.

Tomando o gênero entrevista como um evento comunicativo e não uma forma linguística, podemos considerar a entrevista como uma constelação de eventos possíveis que se realizam como gêneros (ou subgêneros) diversos.

[...]

Embora entrevista tenha, em certo sentido, uma estrutura geral, comum a todos os tipos de evento em que se realiza, também manifesta estilos e propósitos diversos (HOFFNAGEL, 2010, p. 197).

No entanto, todas as entrevistas são estruturadas a partir de um modelo de perguntas e respostas sempre orientadas para algo, seu objetivo pode ser mais formal ou menos, circular em diferentes suportes e áreas, mas sempre existirá uma finalidade, independente da objetividade ou da subjetividade que será transposta por meio da linguagem.

Importante destacar sobre a entrevista é que, ainda que o pesquisador intencione criar um diálogo simétrico, em situação de entrevista, a assimetria tende a permanecer, mesmo que tenuamente. Ou seja, por mais que se pretenda um ambiente descontraído e informal, haverá, mesmo que implícito, uma formalidade estabelecida entre os falantes. Com isso, para Bourdieu (2008), é de grande importância que se observe alguns aspectos relativos à entrevista.

Tentar saber o que se faz quando se inicia uma relação de entrevista é em primeiro lugar tentar conhecer os efeitos que se podem produzir sem o saber por esta espécie de *intrusão* sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca [...]. É efetivamente sob a condição de medir a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade da pesquisa tal como é percebida pelo pesquisado, e a finalidade que o pesquisador tem em mente que este pode tentar reduzir as distorções que dela resultam, ou, pelo menos, de compreender o

que pode ser dito e o que não pode, as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras. (BOURDIEU, 2008, p.695).

De acordo com o autor, o pesquisador/entrevistador deve zelar para não influenciar ou realizar quaisquer outros possíveis constrangimentos ao entrevistado, a fim de não comprometer os dados coletados, inclusive mantendo o fluxo conversacional de modo a permitir ao entrevistado que se sinta a vontade para se expressar linguisticamente e culturalmente, o que resultará em uma entrevista de qualidade, por assim dizer, com um conteúdo valioso para análise cultural e conceitual.

Tem-se então que a entrevista se constitui de modo muito mais amplo que simplesmente uma interação ancorada na troca de turnos, ou ainda, no modelo perguntas – respostas, elas podem adquirir diferentes facetas, cada uma em conformidade com o propósito que a orienta.

### **Aspectos metodológicos**

A metodologia consiste na análise de entrevistas realizadas e transcritas pelo Grupo Funcionalista do Norte do Paraná (Funcpar) com alunos de ensino superior. As entrevistas apresentam questionamentos feitos a estes alunos pelo entrevistador sobre como se sentiam em relação à escrita de artigos acadêmicos, à linguagem que utilizaram etc. O foco de análise está no conteúdo textual produzido oralmente por estes alunos e também o conteúdo conceitual apresentado.

Assim, como foco de análise, pretende-se demonstrar que, do mesmo modo como há marcas de oralidade na escrita, há marcas da escrita na oralidade, em outras palavras, há elementos que nos permitem verificar como a oralidade é, por vezes, permeada por elementos linguísticos que são mais comuns na forma verbal escrita, especialmente hoje, nos novos gêneros midiáticos. Para isso, respalda-se a análise nos conceitos de oralidade primária e secundária e de *contínuum* fala/escrita, assim como por meio da realização de um contraste entre formas mais comuns de

utilização da língua em sua forma escrita e em sua forma oral. Isto, tendo em vista os apontamentos de estudiosos do Projeto NURC, entre outros, os quais têm apresentado estas diferenças ao longo de anos de estudos, apresentando quais características se têm atribuído ou que se tem reconhecido como mais prototípicos da língua em uso.

Desse modo, pretende-se observar como as estratégias de construção textual oral de um falante em situação de entrevista, de cunho informal, mas implicitamente com aspectos de formalidade, podem deixar transparecer marcas da estrutura da língua escrita mais elaborada que este falante utiliza, inclusive, provavelmente, por participarem de ambiente acadêmico.

### **A entrevista como evento de letramento**

As entrevistas desta pesquisa são de natureza científica e não jornalística ou midiática. É importante destacar que os entrevistados são acadêmicos que, por pressuposto, possuem domínio da escrita acadêmica, considerada uma linguagem formal. Desse modo, a fala empregada pelos informantes nas entrevistas tende a apresentar marcas de formalidades que, se observadas no *conituum* fala/escrita, a aproximaria da modalidade escrita. Assim, pensando nas influências que uma modalidade da língua pode exercer sobre a outra, o que coloca os construtos linguísticos em determinados pontos na escala deste “*continuum*”, e observando os conceitos de evento e prática de letramento; foram separados, por amostragem, alguns trechos das entrevistas, visto que não seria possível apresentar todas as entrevistas na íntegra.

Pensando apenas nos eventos de letramento como situações culturais que envolvem práticas de letramento ou modos culturais de interação com o texto escrito, seria conveniente destacar que estas entrevistas surgiram a partir de questionamentos acerca de um texto escrito para um público acadêmico, que já possui uma linguagem mais subordinada às regras padrões de usos linguísticos.

1.

...essa pesquisa aí:: ela re/ resultou de uma:: discipli:na...

... foi uma disciplina do doutora::do que eu fiz...

Esse é o trecho que inicia uma das entrevistas, que já se inicia por meio de um elemento coesivo – “essa” – de anáfora retomando o artigo escrito, e no próprio interior da oração, o pronome “ela” retomando o termo pesquisa. Destaca-se ainda a topicalização, em que a primeira porção textual termina com o termo disciplina, mesmo termo que inicia a porção seguinte, elaborando a fala por meio da construção tópica, retomando a informação já dada para apresentar uma informação nova. Acerca da topicalização, o que se percebeu, apesar de não ser esta uma característica exclusiva da língua escrita, a predominância da ordem SVO (sujeito, verbo, objeto) nas construções linguísticas, privilegiada pela gramática padrão da língua em sua modalidade escrita.

Várias retomadas pronominais foram observadas, inclusive com ocorrência de ênclise, como em 2.b e 2.c respectivamente – ressaltando que, nos casos de ênclise, na oralidade menos formal, o que ocorre com frequência é a utilização do pronome de caso reto: “tornar ele mais claro”; “ajudar ele a refletir”, sendo que estas ocorrências no *córpus* se adequam à norma escrita.

2.

a) ...e:: pra tudo isso eu precisava de autorização né...

...aí eu peguei a autorização deles...

b) ...de forma:: a tornar:: o conteúdo que a gente quer transmitir...

...torná-lo mais claro,

c) ...eu poderia até:: se eu tivesse um::...uma permanência maior com eles ali...ajudá-los a refletir sobre essas questões.

No caso de 2.a, o pronome “deles” retoma as pessoas citadas na porção anterior do texto (professores e funcionários do lar X).

Outra característica que se pretende salientar é a correção realizada em prol de se efetivar uma concordância nominal, tanto de gênero quanto de número, facilmente perceptível nos excertos a seguir.

- 3.
- a) o/a o:: trabalho da Infância no sôtão...
  - b) ...de/ do que tá sendo feito com a criança abandonada no Brasil...
  - c) ...e aí por uma .. por um interesse meu...
  - d) ...êh:: apresentar:: a:: ... as dificuldades educacionais de cada criança...
  - e) ...evidentemente que no dia-a-dia das/da colonização...
  - f) ...e embora eu tenha essas assinatu::ras tudo na mã/ tudo em mãos...
  - g) ...mas foi exatamente a/.. o teocentris::mo...
  - h) ...evidentemente que no dia-a-dia das/da colonização...
  - i) ...e depois na/no século vinte de orientais né...
  - j) ...uma grande parte da produção...êh que eu elaboro êh:: é voltada pra esse/essa temática ...

Os casos de readequação linguística foram os mais recorrentes, sendo que, principalmente os casos de concordância de número, costumam passar despercebidos por falantes “menos atentos” ao uso da língua, ou em práticas ou gêneros cotidianos. Isso aponta para como o falante está constantemente monitorando sua produção textual, de modo a torná-la adequada aos padrões linguísticos do gênero ao qual está exposto em determinado momento, ou seja, este falante está situando sua comunicação, e colocando em uso seu “letramento acadêmico”.

Outro recurso linguístico bastante utilizado na produção textual formal é o uso do discurso direto como forma de progressão informacional. Na primeira entrevista, houve bastantes casos dessa utilização linguística.

- 4.
- a) ...aí eu falei “ah:: que rai::vá” ...
  - b) ...e ele falou “olha é meio complicado isso aí agora” ...
  - c) ...e ela...falava assim...não rispidamente mas de uma forma:: dura..né, assim de uma forma firme...tipo assim “vai pro parquinho” né...  
...(por qualquer coisinha) “que eu tô conversando” ...

Interessante destacar ainda, que, apesar da utilização de verbos delocutivos, considerados neutros e com função conativa, a informante expressa os sentimentos pretendidos de forma organizada em sua fala, nos casos de 4a e 4b. Já em 4c, ocorre uma modalização, em que o falante se posiciona acerca da forma como a pessoa acerca de quem o falante se refere elabora o discurso que proferiu, indicando essa fala fora do discurso direto, nas partes em destaques (entre aspas). O que se pretende salientar com a observação dessas inserções de discursos (diretos ou indiretos) e a utilização de modalizações, é que a pessoa entrevistada, mesmo oralmente, recorre a recursos linguísticos comuns de uma produção textual (escrita) considerada mais elaborada.

Como se pode perceber até o momento, o que ocorre entre o processo de produção escrita e oral, é que a escrita pode se apresentar mais “higienizada”, mas apresenta pontos em comum com a oralidade, e vice-versa. Ao utilizar o termo “higienizada” para a escrita, pretende-se explicitar que, nesse processo, não se deixa transparecer tão claramente, como muitas vezes ocorre na oralidade, as indecisões e as reformulações sintáticas e até mesmo semânticas do falante, pois, na escrita, há um tempo possível para certo planejamento, fato que não ocorre em situação de fala espontânea.

É possível também pensar a produção textual não apenas em termos tão pontuais, mas podemos analisar em porções maiores. Observe o trecho a seguir, que é uma resposta na íntegra para uma das perguntas feitas aos entrevistados, qual seja: se quando eles escreviam um texto/artigo acadêmico, ele se preocupava com a clareza/objetividade do conteúdo, e com a forma/estrutura.

5.

...pra mim as duas coisas estão:: ligadas de forma:: indissolúvel...né...

...eu não conseguiria transmitir um bom conteúdo...

...se eu não tiver a preocupação com a forma...

...com a apresentação...né...

...quer dizer...

...dentro dos limites da gente:: né...

...ninguém aqui é um grande escritor...

...mas procurar escrever de uma forma dire::ta...  
...de uma forma mais clara ... o possível né...  
...usar o conceito certo...  
...a construção das fra::ses né...  
...de forma:: a tornar:: o conteúdo que a gente quer transmitir...  
...torná-lo mais claro...  
...mais fácil de ser entendido...né...  
...não ser prolixo...  
...a gente faz um esforço...no sentido de não ser prolixo...  
...se a gente consegue o objetivo ou não...  
...aí é o leitor que vai dizer...

Destaca-se, sobretudo, a clareza de conteúdo, a objetividade e a recursividade temática aqui presentes.

Castilho (2002) faz uma analogia sobre a capacidade linguística das pessoas e um “programa computacional”. A intenção é basicamente demonstrar que a produção discursiva/textual implica na interação de sistemas cognitivos que realizam uma mediação entre o léxico que o indivíduo possui, e a semântica e a gramática da Língua. Essa interação se realiza por meio de processos simultâneos de ativação (que seria o processo central em que se seleciona as palavras, as organiza, etc.), reativação (consiste nas retomadas anafóricas, paráfrases, repetições, etc.), e desativação (que seria uma ruptura nos processos anteriores, iniciando um parêntese, pausas, hesitações, etc.). É importante recorrer a estes conceitos para explicar o trecho transcrito no exemplo 5, pois é por meio deste processo de construção que temos o texto e suas porções tematicamente centradas.

O que ocorre no exemplo 5 é um texto tematicamente centrado, sem desvio temático, com uma utilização léxica elaborada, concordância bem apresentada, e sem desvios tópicos. Interessante ainda o fato de que, no início da resposta, a pessoa entrevistada assume a autoria da resposta, e em seguida passa a utilizar o termo *a gente*, criando com isso certo afastamento que lhe possibilita falar com maior comodidade sobre o assunto, uma vez que não se coloca como único responsável pelo enunciado.

Temos, portanto, neste exemplo, uma resposta interpretativa, que poderia ser retextualizada sem alterações relevantes, inclusive com um tópicico frasal por divisão, conforme a conhecida proposta de técnicas de redação de escrita (Garcia, 1973), na obra “Comunicação em prosa moderna”. E ainda, esta resposta apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão. Para exemplificação destas afirmações, observe a proposta do quadro 01, em que as partes sublinhadas são os elementos que foram inseridos no processo de retextualização do texto.

**Quadro 1.** Excerto do córpus que foi retextualizado.

Fonte: elabora pela autora.

**(Pergunta:** Ao escrever um artigo, você se preocupa com a clareza/objetividade do conteúdo, e com a forma/estrutura deste artigo?)

**(Resposta:)**

Para mim, as duas coisas estão ligadas de forma indissolúvel. Eu não conseguiria transmitir um bom conteúdo se não tiver a preocupação com a forma, com a apresentação.

Isso dentro dos limites da gente, porque ninguém aqui é um grande escritor. Mas temos que procurar escrever de uma forma direta, de uma forma mais clara possível. Usar o conceito certo e as construções das frases, tudo de forma a tornar mais claro o conteúdo que a gente quer transmitir, torná-lo mais fácil de ser entendido, e não sermos prolixo.

A gente se esforça, mas se a gente consegue o objetivo ou não, aí é o leitor que vai dizer.

Retornando a questão da “entrevista” como evento de letramento e revisitando o conceito de que a prática envolve os usos culturais de participação com textos escritos, parece ter sido possível esclarecer que essas entrevistas são meios situados de utilização da linguagem, que se constituem em eventos de letramento, uma vez que tais eventos são atividades nas quais o letramento possui um papel específico e se utiliza da linguagem em suas diferentes formas de manifestação, a qual, assumindo uma posição de uso social neste evento, se constitui, também, em uma prática de letramento.

Conclui-se, portanto que a formalidade é optativa, a linguagem se adequa ao evento, assim, os entrevistados se policiaram e visaram uma construção textual por meio de utilização formal da linguagem, identificável por meio das marcas gramaticais da normativas da língua portuguesa escrita. A entrevista oral como prática de letramento se constitui pelo uso efetivo da língua, que, embora esteja em sua modalidade oral, fez o falante

refletir sobre o material linguístico que tem à disposição, sobre os significados e sentidos que pretende produzir, sobre as formas possíveis para poder se expressar, sobre seu interlocutor, etc.

Assim, parece que, entre a produção textual escrita ou falada e suas formas de utilização em práticas e eventos de letramento, a entrevista se situa em um ambiente misto, no qual convergem eventos e práticas de letramentos e linguagem oral e escrita. Em outras palavras, situações de entrevistas como estas se constituem em eventos de letramento, uma vez que retomam questões inerentes à escrita em situação de fala - considerando também outros fatores, como espaço, interlocutor, etc. - ou seja, utiliza traços da escrita na fala. Pensando nas questões centrais que Marcuschi (2005) apresenta acerca da fala e da escrita, poderia acrescentar ainda um item, qual seja: j) fala e escrita constituem eventos de letramento.

### **Considerações finais**

Não se pretende afirmar que tais movimentos linguísticos são realizados pela exclusiva ação da modalidade escrita sobre a falada, mas apenas demonstrar como o sujeito pode se adaptar e realizar um uso linguístico situado social e culturalmente como forma de manifestação; e ainda, como uma entrevista pode se configurar como um evento de letramento tanto quanto outras atividades que envolvam o uso da língua, independente de estar ela na modalidade escrita ou oral.

A pesquisa pôde demonstrar como o falante se monitora no momento da fala, e como a construção textual escrita e oral são equipolentes em alguns pontos. A utilização de recursos linguísticos mais recorrentes em textos escritos dentro de padrões mais elaborados de linguagem, como o discurso direto, as constantes correções que o entrevistado realiza e a manutenção tópica, alguns dos critérios observados aqui, deixam visíveis a entrevista como uma prática de linguagem comunicativa com traços de escrita na oralidade em uma das suas diferentes possibilidades. Ainda, a

resposta do exemplo cinco, que se constitui em texto “completo”, salienta a ideia da entrevista como um evento de letramento.

Outras observações poderiam ainda ter sido realizadas, mas acredita-se que as apresentadas cumprem o objetivo da proposta. Para trabalho posteriores seria possível ainda observar as impressões dos entrevistados sobre o que é a escrita acadêmica, sobre o “ter que escrever nas normas”, sob uma perspectiva mais voltada para a experiência vivida que é retratada nas entrevistas, e não apenas sobre aspectos linguístico-textuais. Outros fatores textuais também podem ser abordados, os quais não foram considerados aqui, como encapsulamento de informações, resumo de conteúdo, parentetização, etc.

## Referências

- BOTELHO, J. M. **Oralidade e a escrita, e o letramento em sociedades de oralidade secundária**. XIV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2010, Rio de Janeiro-RJ. Cadernos do CNLF (CiFEFil). Rio de Janeiro-RJ: CiFEFil, 2010. v. 3. p. 675-689.
- BOURDIEU, P. **Compreender**. A Miséria do Mundo. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008. p. 693-713.
- CASTILHO, A. T. **Nova Gramática do português brasileiro**. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2010.
- CASTILHO, A. T.; NEVES, M. H. M. (org.). Gramática do português culto falado no Brasil. V. 2. Classes de palavras e processo de construção. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 2. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1973.
- MARCUSCHI, L. A. **Fala e escrita**. 1. ed., 1. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NEVES, M. H. M. **A gramática passada a limpo**: conceitos, análises e parâmetros. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

NEVES, M. H. M. (org.). **Gramática do português falado**. V. 7. Novos estudos. 2 ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora Unicamp; 1999.

SIGNORINI, I. (org.). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do Letramento**. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

SILVIA, L. B. Letramento e oralidade: uma abordagem etnográfica dessas práticas sociais em Teresina-PI. **Anais do SIELP**. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.

STREET, B. V. **Letramento Sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

## **Lula em manchetes de capas da revista *Veja*: um estudo cognitivo**

*Lorena Oliveira dos Santos*

### **Introdução**

Diariamente, atribuímos significado à realidade que está a nossa volta, a partir de um processo de compreensão que aciona mecanismos cognitivos. Esse processo é chamado de conceptualização e está associado às nossas experiências construídas em uma cultura, temporal e espacialmente, sendo expressadas mediante as diversas linguagens (ALMEIDA, 2016). Por exemplo, quando tentamos compreender uma manchete de jornal ou de revista, ativamos mecanismos cognitivos como esquemas imagéticos e metáforas, os quais serão discutidos posteriormente. Diante disso, neste trabalho, temos como objeto de estudo a conceptualização de LULA e objetivamos investigar como o ex-presidente foi conceptualizado em manchetes de capas da Revista *Veja*, publicadas no ano de 2018.

Para a realização deste estudo, fundamentando-nos em pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Cognitiva. Assim, baseamo-nos, especificamente, na Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, a qual trata dos mecanismos cognitivos citados (esquema imagético e metáfora), utilizando postulados de Lakoff e Johnson (2003), Lakoff (1987) e Grady (1997). Partindo dessas perspectivas, buscamos responder aos seguintes questionamentos: 1) como Lula é conceptualizado em manchetes de capas da Revista *Veja*; 2) quais metáforas são acionadas na conceptualização de

Lula; e, por fim, 3) quais esquemas imagéticos estruturam as metáforas ativadas.

Neste estudo, portanto, primeiramente, tratamos da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, seguida da abordagem sobre os conceitos de metáfora conceptual e esquemas imagéticos. Após essa fundamentação teórica, discutimos os pressupostos metodológicos do trabalho, para, então, realizarmos o estudo das manchetes de duas capas da Revista *Veja* e chegarmos a algumas considerações finais.

### **Pressupostos Teóricos**

Para Lakoff e Johnson (2003 [1980]), a linguagem tem uma função categorizadora e é realizada a partir da nossa interação com o meio, o que caracteriza um fenômeno chamado pelos referidos autores como *Experientialismo*. Através desse fenômeno, a cognição e, conseqüentemente, a linguagem são definidas considerando a nossa experiência corporal, individual e coletiva. As experiências são compreendidas por meio de conceitos que já temos e fazem parte do nosso conhecimento enciclopédico.

Assim, esses conceitos atuam como modelos interpretativos, os quais são denominados MCI's.

Modelos Cognitivos são corporificados, direta ou indiretamente, mediante ligações sistemáticas a conceitos corporificados. Um conceito é corporificado quando seu conteúdo e suas características são motivados pela experiência corporal ou social. Isso não significa necessariamente que o conceito é previsível a partir da experiência, mas que faz sentido que ele tenha o seu conteúdo (ou outras características), dada a natureza da experiência correspondente. A corporificação, portanto, fornece uma ligação *não arbitrária* entre a cognição e a experiência. (LAKOFF, 1987, p.154, grifo do autor, tradução nossa)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Nas palavras do autor: "Cognitive models are embodied, either directly or indirectly by way of systematic links to embodied concepts. A concept is embodied when its content or other properties are motivated by bodily or social experience. This does not necessarily mean that the concept is predictable from the experience, but rather that it makes sense that it has the content (or other properties) that it has, given the nature of the corresponding experience. Embodiment thus provides a *nonarbitrary* link between cognition and experience" (LAKOFF, 1987, p.154).

Nesse sentido, os MCI's são compreendidos como modelos cognitivos, porque são idealizados individualmente, ao mesmo tempo que são compartilhados por indivíduos de uma mesma comunidade, tornando-se, assim, *modelos culturais*. Em relação ao caráter idealizado, a explicação se dá pela possibilidade de não serem ajustados de forma precisa ao mundo natural, constituindo-se, então, em criações da mente humana, podendo, até, ser conflitantes entre si. Além disso, a Teoria dos Modelos Cognitivos foi baseada no conceito de *frames* postulado por Fillmore (1982), na Gramática Cognitiva descrita por Langacker (1987), na Teoria dos Espaços Mentais apresentada por Fauconnier (1984) e na Teoria da Metáfora e da Metonímia Conceptual defendida por Lakoff e Johnson (1980).

A teoria dos MCI's, desse modo, tem como base três princípios: (i) estrutura proposicional, que consiste na mesma estrutura designada para *frames*, conforme Fillmore (1982); (ii) esquemas imagéticos, que são a base para a estrutura conceptual dos modelos cognitivos idealizados; e, por último, o princípio (iii) metafórico e metonímico, no qual os modelos cognitivos idealizados são estruturados por meio de uma projeção da metáfora ou da metonímia. No entanto, neste trabalho, tratamos apenas da metáfora e dos esquemas imagéticos.

A seguir, abordaremos, sucintamente, os conceitos de metáfora conceptual e de esquemas imagéticos.

## **Metáfora Conceptual**

Lakoff e Johnson (1980) consideram que a essência desse processo cognitivo é “compreender e experienciar uma coisa em termos de outra” (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 47), podendo identificar, em cada metáfora, um domínio-fonte, que se caracteriza por ser o domínio de experiência que nos baseamos para compreender o alvo, sendo, normalmente, de natureza concreta; e um domínio-alvo, que se caracteriza por ser aquilo que queremos compreender, sendo, geralmente, de natureza abstrata. Desse modo, o mapeamento metafórico ocorre da seguinte forma: X É Y, ou seja, ALVO

É FONTE. Sobre a projeção metafórica entre esses domínios, é válido apresentar, ainda, a hipótese da invariabilidade (LAKOFF; TURNER, 1989), que consiste no princípio de que a projeção do domínio-fonte para o domínio-alvo conserva os aspectos estruturais dos esquemas imagéticos, zelando, desse modo, pela consolidação empírica até dos domínios mais abstratos. No entanto, conforme Almeida et al (2013), essa hipótese é vaga, uma vez que não sabemos quais elementos dos esquemas de imagem são transferidas na projeção metafórica sem mudanças do domínio-fonte para o domínio-alvo.

Para ilustrar o processo metafórico, pensemos em algumas expressões linguísticas ditas diariamente, como: “Você está *perdendo o seu tempo*” ou “Isso *vale o seu tempo*?”. Nelas, podemos perceber a metáfora TEMPO É DINHEIRO<sup>2</sup>, na qual compreendemos o conceito *tempo* (domínio-alvo), de caráter abstrato, a partir da nossa experiência com o *dinheiro* (domínio-fonte), que tem um caráter mais concreto. No entanto, a partir dessas expressões, é importante que apreendamos não somente o conceito de *tempo* em termos de *dinheiro*, mas que, também, apreendamos o processo cognitivo e metafórico do nosso sistema conceptual que se manifesta na linguagem e nas nossas ações. Outrossim, não quer dizer que *tempo* seja uma subespécie de *dinheiro*, já que tempo e dinheiro são procedimentos totalmente diferentes; porém quer dizer que o tempo é, parcialmente, organizado e compreendido em termos do domínio experiencial dinheiro. Por esse aspecto parcial da interação entre domínios, consideramos que a forma da metáfora conceptual deva ser lida como ALVO É PARCIALMENTE FONTE. Tal abordagem é fundamentada pelo conceito apresentado por Barcelona (2003).

[A] metáfora é um mecanismo cognitivo no qual um domínio experiencial é parcialmente ‘mapeado’, ou seja projetado, em um domínio experiencial

---

<sup>2</sup> O exemplo da metáfora conceptual TEMPO É DINHEIRO (TIME IS MONEY) foi citado por Lakoff e Johnson (1980). No entanto, Lakoff e Johnson (2003 [1980]) ampliam essa metáfora para TEMPO É PRODUTO VALIOSO (TIME IS A VALUABLE COMMODITY) ou, ainda, TEMPO É RECURSO LIMITADO (TIME IS A LIMITED RESOURCE).

diferente, de tal forma que o segundo domínio seja parcialmente entendido em termos de outro”. (BARCELONA, 2003, p.3, tradução nossa)<sup>3</sup>.

As metáforas conceptuais não são arbitrárias, mas, sim, motivadas. A sua principal motivação pode estar na base experiencial ou na compreensão que temos de algo semelhante entre domínios (GRADY, 1999). No tocante à primeira motivação, uma das justificativas para muitas metáforas conceptuais serem comuns a vários idiomas é a base experiencial presente na projeção entre domínios. Desse modo, os domínios coocorrem, sistematicamente, nas interações que estabelecemos com o que nos rodeia. Por exemplo, imaginemos a sentença “Meu amigo me deu um *abraço caloroso*”. A partir dela, podemos identificar a metáfora AFEIÇÃO É CALOR, na qual o domínio-fonte, calor, manifestado pelo item léxico “caloroso”, estrutura o domínio-alvo, afeto, identificado pela palavra “abraço”. Isso, provavelmente, ocorre devido ao fato de associarmos calor a afeto a partir das nossas experiências mais básicas, como, por exemplo, o afeto criado quando experienciamos o calor ao estarmos envolvidos nos braços da mãe. Já no que diz respeito à segunda motivação, a percepção estabelecida por meio de semelhança entre domínios é construída por entidades distintas, mas que, de acordo com os nossos modelos culturais, têm algum aspecto em comum. Além disso, as metáforas conceptuais já indicam que há características conversando entre elas. Por exemplo, ratos e pessoas pouco compartilham semelhanças, contudo a desconsideração que os ratos têm em nossa sociedade, sendo associados a lugares sujo, permite-nos dizer que a imoralidade é compreendida em termos de sujeira. Assim, temos a metáfora conceptual IMORAL É SUJO<sup>4</sup>. Em adição a isso, outros fatores, conforme Soriano (2012), podem influenciar a motivação de uma metáfora, como a existência de metáforas prévias que constituem uma estrutura conceptual, podendo gerar novas metáforas.

---

<sup>3</sup> “Metaphor is the cognitive mechanism whereby one experiential domain is partially ‘mapped’, i.e. projected, onto a different experiential domain, so that the second domain is partially understood in terms of the first one”. (BARCELONA, 2003, p.3)

<sup>4</sup> O exemplo da metáfora conceptual IMORAL É SUJO foi citado por Soriano (2012).

Na próxima subseção, apresentaremos como se configuram os esquemas imagéticos.

### **Esquemas imagéticos**

Os esquemas imagéticos têm origem na nossa atividade sensório-motora e na nossa percepção nos eventos cotidianos, sendo estruturas cognitivas pré-linguísticas, dinâmicas e universais, visto que são ancorados na nossa experiência corporal. Nesse sentido, é preciso que haja um modelo e uma ordenação em nossas ações, percepções e concepções, para que tenhamos experiências significativas e conectadas, sobre as quais nos seja possível compreender e raciocinar (JOHNSON, 1991 [1987]). Assim, “*um esquema é um padrão recorrente, uma forma e uma regularidade nessas ou dessas atividades de ordenação que estão em andamento.*” (JOHNSON, 1991 [1987], p. 85, grifo do autor, tradução nossa)<sup>5</sup>. Por exemplo, o esquema CAMINHO/TRAJETÓRIA<sup>6</sup> é concebido, a partir de nossas experiências de entidades que se movem ou que precisam se mover, ao longo de um percurso. Esse caminho tem um ponto de início e outro de fim. Desse modo, quando dizemos “João chegou à sua meta”, essa expressão linguística é estruturada pelo esquema CAMINHO, pois João é uma entidade em movimento que chegou ao fim, isto é, à meta de sua trajetória. Em adição a esse exemplo, esquemas como CONTÊINER e TRAJETÓRIAS/CAMINHO, ainda, podem ser ativados pelas palavras *sobre, em, de e para*.

Após essa breve explanação sobre os pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva utilizados, nas próximas seções, apresentaremos a metodologia e o estudo realizado.

---

<sup>5</sup> Na tradução espanhola: “Un esquema es un patrón recurrente, una forma y una regularidad en o de esas actividades de ordenamiento en curso.” (JOHNSON, 1991, p.85)

<sup>6</sup> Exemplo inspirado nos postulados de Peña Cervel (2012).

## Metodologia

Partindo da concepção de que a compreensão do pesquisador é construída mediante uma experiência, na qual ele é atuante como outros indivíduos, optamos por realizar um estudo baseado em uma abordagem qualitativa de natureza descritiva e explicativa, pois, conforme Maturana (2001), o que nos acontece é o que queremos explicar. Além disso, a explicação é uma espécie de reformulação da experiência aceita por um observador. Se o leitor deste estudo não aceitar as explicações dadas, elas deixam de ser explicações. Desse modo, o caráter explicativo deste trabalho não é independente do investigador e nem do leitor.

Assim, para a constituição do *cópus*, realizamos o estudo das manchetes<sup>7</sup> que compõem capas da Revista *Veja* publicadas em 2018, antes da prisão de Lula, a saber: a edição 2566, publicada em 24 de janeiro de 2018, e a edição 2567, publicada em 31 de janeiro de 2018. É importante ressaltar que optamos pela Revista *Veja* pela sua ampla circulação social e pelo seu propósito de veicular informações sobre fatos imediatos que estão em constante mudança. Somado a isso, escolhemos estudar o gênero textual<sup>8</sup> capa de revista pelo seu aspecto cognitivo, histórico e social, o que promove a utilização dos mecanismos de conceptualização, produtivamente.

Quanto à apresentação das manchetes e dos processos cognitivos, neste trabalho, expomos as edições e suas respectivas manchetes em quadros. As metáforas conceptuais também foram explicitadas em quadros e, assim como os esquemas imagéticos, foram apresentadas em letra maiúscula. Nos quadros que dizem respeito às metáforas, foram abordados, ainda, o domínio-fonte e o domínio-alvo, juntamente com as expressões linguísticas e/ou inferências que nos motivaram a acionar determinada metáfora.

---

<sup>7</sup> Para compor a manchete, consideramos o título principal, de maior destaque e, ainda, o subtítulo, a notícia localizada abaixo da manchete.

<sup>8</sup> Segundo Marcuschi (2010), os gêneros textuais estão inseridos em contextos situacionais, os quais envolvem aspectos cognitivos, sociais, culturais, históricos e todos os outros que podem auxiliar na nossa interpretação.

A seguir, apresentaremos o estudo da conceptualização de Lula em manchetes da Revista *Veja*.

## Estudo

As capas estudadas foram publicadas no período em que, segundo a Revista *Veja*, Lula entrou com recurso contra a sentença do juiz Sérgio Moro, quem condenou o ex-presidente a nove anos e seis meses de regime fechado. Essa sentença foi decorrente da operação Lava-Jato, a qual investigou políticos e empresários envolvidos em corrupção. Vejamos, a seguir, a descrição e a explicação da capa publicada em 24 de janeiro de 2018.

Quadro 1. Revista *Veja*, edição 2566

Edição e publicação	Manchete
Edição 2566, publicada em 24 de janeiro de 2018	<p><b>Título:</b> Lula a um passo do abismo</p> <p><b>Subtítulo:</b> Quem são e o que pensam os três juizes que vão decidir o futuro do ex-presidente – que poderá perder o direito de ser candidato ao Palácio do Planalto.</p>

Fonte: Elaborado pela própria autora

Nessa manchete, a partir do título e do subtítulo, podemos compreender que, segundo a Revista *Veja*, o ex-presidente, provavelmente, não obterá sucesso em ser um candidato do Palácio do Planalto. O título “Lula a um passo do abismo” expressa um estado do ex-presidente: ele está em ruínas, prestes a cair e não ter sucesso em seu objetivo. Diante disso, inicialmente, estudemos o título:

(1) *Lula a um passo do abismo*

Mediante a expressão linguística “a um passo”, inferimos que Lula se movimenta para uma localização, o abismo. Esse abismo revela um estado do ex-presidente, pois ele está em uma situação desastrosa. Considerando essa compreensão, identificamos as seguintes metáforas<sup>9</sup>.

<sup>9</sup>As metáforas apresentadas foram baseadas no estudo de Grady (1997).

**Quadro 2.** Metáforas conceituais, edição 2566.

Metáfora Conceptual	Domínios
<p>ATIVIDADE DE UMA ENTIDADE É MOVIMENTO FÍSICO</p>	<p>Domínio-fonte: MOVIMENTO FÍSICO Motivado pela expressão: “a um passo”</p> <p>Domínio-alvo: ATIVIDADE DE UMA ENTIDADE ANIMADA Motivado pela expressão: “Lula a um passo”</p>
<p>ESTADOS (TEMPORÁRIOS) SÃO LOCALIZAÇÕES</p>	<p>Domínio-fonte: LOCALIZAÇÕES Motivado pela inferência: Lula está em uma situação dramática, de desastre e falta de sucesso.</p> <p>Domínio-alvo: ESTADOS Motivado pela expressão: “abismo”</p>
<p>MUDANÇA É MOVIMENTO</p>	<p>Domínio-fonte: MOVIMENTO Motivado pela inferência: Lula pode mudar de uma situação estável para uma situação dramática</p> <p>Domínio-alvo: MUDANÇA Motivado pela expressão: “a um passo”</p>
<p>QUANTIDADE É LOCALIZAÇÃO</p>	<p>Domínio-fonte: LOCALIZAÇÃO Motivado pela expressão: “a um passo”</p> <p>Domínio-alvo: QUANTIDADE Motivado pela expressão: “abismo”</p>

Fonte: Elaborado pela própria autora

Essas metáforas revelam que o movimento é baseado na nossa percepção física. Experiências relacionadas à quantidade e ao deslocamento de um local são projetadas para compreendermos a mudança de um estado (temporário) para outro. Tal deslocamento está associado, ainda, a ações primárias que necessitam de uma força para promovê-lo. Por isso, as metáforas identificadas são estruturadas pelo esquema imagético de FORÇA<sup>10</sup>, classificado como COMPULSÃO. Nesse esquema, um agente ou

<sup>10</sup> O esquema de FORÇA classificado como COMPULSÃO foi baseado na categorização feitas por Johnson (1991[1987]).

entidade é empurrado para uma determinada direção por forças externas. No caso de Lula, há uma força externa que o movimentada para um abismo.

É válido ressaltarmos, ainda, que os esquemas de FORÇA como domínio-fonte nos ajudam a moldar e estruturar domínios-alvo abstratos. Para Johnson (1991 [1987]), é preciso explorar como experiências corporais de força dão origem a esquemas imagéticos que podem ser modificados, ampliados e elaborados em domínios que não estão estritamente ligados ao corpo, tais como interações sociais, argumentos racionais e deliberação. Conforme o autor, nós experimentamos forças por meio da interação, uma vez que elas nos afetam ou algo em nosso campo perceptivo; movimentamo-nos através do espaço em uma certa direção; uma coisa sujeita a uma força tende a seguir um caminho específico de movimento; forças têm origens e, sob a influência de agentes, podem ser direcionadas para certos alvos; forças têm graus de intensidade; e as forças podem ser sentidas de acordo com uma certa estrutura ou seqüência de causalidade.

Agora, analisemos o subtítulo:

(2) Quem são e o que pensam os três juízes que vão decidir o futuro do *ex-presidente* – *que poderá perder o direito de ser candidato ao Palácio do Planalto*

Na expressão destacada, de acordo com a *Veja*, Lula poderá perder a oportunidade de candidatar-se. Isso estabelece uma correlação entre a posse material e a chance de alcançar objetivos. Diante disso, encontramos a seguinte metáfora conceptual:

Quadro 3. Metáforas conceptuais, edição 2566.

Metáfora Conceptual	Domínios
OPORTUNIDADE É POSSE MATERIAL	<p>Domínio-fonte: POSSE MATERIAL Motivado pela expressão: "perder"</p> <p>Domínio-alvo: OPORTUNIDADE Motivado pela expressão: "o direito de ser candidato ao Palácio do Planalto"</p>

Fonte: Elaborado pela própria autora

Essa metáfora é materializada na expressão linguística *ex-presidente – que poderá perder o direito de ser candidato ao Palácio do Planalto*. Na nossa experiência com o meio, consideramos que ao não possuímos recursos, não conseguimos oportunidades. Logo, conhecimentos mais concretos são projetados para compreendermos atividades mais abstratas, como oportunidades. Por isso, o ato de possuir algo coloca em evidência o esquema imagético CONTATO estruturando a metáfora conceptual OPORTUNIDADE É POSSE MATERIAL. Esse esquema imagético, ainda, está associado ao esquema PERTO-LONGE, pois a ação de possuir depende de uma distância entre entidades.

No próximo quadro, apresentaremos a descrição e a explicação da capa publicada em 31 de janeiro de 2018.

Quadro 4. Revista *Veja*, edição 2567.

Edição e publicação	Manchete
Edição 2567, publicada em 31 de janeiro de 2018	<p><b>Título:</b> O que falta para Lula ser preso</p> <p><b>Subtítulo:</b> Com a condenação unânime e a pena aumentada para doze anos, o ex-presidente fica com poucas saídas na Justiça – e, no cenário mais extremo, pode estar na cadeia em quarenta dias.</p>

Fonte: Elaborado pela própria autora

Nessa manchete, compreendemos que, conforme a Revista *Veja*, Lula foi condenado e pode ser preso em quarenta dias. Nesse sentido, caso Lula seja um prisioneiro, ele estará em uma cadeia, um lugar fechado e com limites bem definidos, sendo, portanto, um recipiente que guardará ou recolherá um conteúdo, Lula. Analisemos, primeiramente, o título.

(3) O que falta para Lula ser preso

A partir dessa sentença, inferimos, como já dissemos, que Lula pode ser preso, o que nos leva às metáforas.

**Quadro 5.** Metáforas conceituais, edição 2567.

<b>Metáfora Conceptual</b>	<b>Domínios</b>
LIMITES DE UM ESPAÇO SÃO CONTÊINERS	<p>Domínio-fonte: CONTÊINERS Motivado pela inferência: Lula pode ir para a prisão, que é um lugar onde guarda ou recolhe algo</p> <p>Domínio-alvo: LIMITES DE UM ESPAÇO Motivado pela inferência: Lula pode ir para a prisão, que é um espaço com limites, como paredes e grades.</p>
ENTIDADE ANIMADA É CONTEÚDO	<p>Domínio-fonte: CONTEÚDO Motivado pela expressão: “ser preso”</p> <p>Motivado pela inferência: Lula pode ficar dentro de uma prisão, onde é um receptáculo para guardar ou recolher algo.</p> <p>Domínio-alvo: ENTIDADE ANIMADA Motivado pela expressão: “Lula”</p>

Fonte: Elaborado pela própria autora

Essas metáforas são estruturadas pelo esquema imagético CONTEÚDO-CONTÊINER, o qual está ligado ao esquema REGIÃO LIMITADA. Esses esquemas dizem respeito ao fato de os limites de um contêiner restringirem, por exemplo, entidades internas (Lula) de alcançar o que está fora da região limitada. Agora, analisemos o subtítulo:

(4) Com a condenação unânime e a pena aumentada para doze anos, o ex-presidente fica com poucas saídas na Justiça – e, no cenário mais extremo, pode estar na cadeia em quarenta dias.

Mediante esse subtítulo, o período de uma pena de doze anos, em regime fechado, é compreendido como um recipiente com limites estabelecidos. Além disso, a quantidade de dias delimita a distância da cadeia. Nesse sentido, distância é compreendido em termos de quantidade. Verifiquemos as metáforas encontradas.

**Quadro 6.** Metáforas conceituais, edição 2567.

Metáfora Conceptual	Domínios
PERÍODOS TEMPORAIS SÃO CONTÊINERS	<p>Domínio-fonte: CONTÊINERS                      Motivado pela inferência: a pena está relacionada a passar um período em uma prisão (aspecto revelado no título “o que falta para Lula ser preso)</p> <p>Motivado pela expressão: “o ex-presidente fica com poucas saídas na Justiça”</p> <p>Domínio-alvo: PERÍODOS TEMPORAIS                      Motivado pela expressão: “pena aumentada para doze anos”</p>
QUANTIDADE É LOCALIZAÇÃO	<p>Domínio-fonte: LOCALIZAÇÃO                      Motivado pela expressão: “quarenta dias”</p> <p>Domínio-alvo: QUANTIDADE                      Motivado pela expressão: “estar na cadeia”</p>
ENTIDADE ANIMADA É CONTEÚDO	<p>Domínio-fonte: CONTEÚDO                      Motivado pela expressão: “estar na cadeia”</p> <p>Domínio-alvo: ENTIDADE ANIMADA Motivado pela expressão: “ex-presidente”</p>

Fonte: Elaborado pela própria autora

Os esquemas imagéticos que estruturam as metáforas, PERÍODOS TEMPORAIS SÃO CONTÊINERS e ENTIDADE ANIMADA É CONTEÚDO, são REGIÃO LIMITADA e CONTEÚDO-CONTÊINER, conforme foram discutidos anteriormente. Já a metáfora QUANTIDADE É LOCALIZAÇÃO é estruturada pelo esquema PERTO-LONGE, o qual está vinculado ao esquema PERCURSO. As metáforas conceituais QUANTIDADE É LOCALIZAÇÃO e ENTIDADE ANIMADA É CONTEÚDO se repetem no estudo da capa anterior. No entanto, elas são atualizadas por meio de expressões linguísticas diferentes, demonstrando que, ao exteriorizarmos a nossa experiência por meio da linguagem, podemos adequá-la a contextos diversos, visto que alguns aspectos são compartilhados entre o domínio-alvo e o domínio-fonte e outros não. Esses aspectos compartilhados dependem, justamente, de situações de interação que os ativem.

Após essa descrição e explicação de manchetes de duas capas da Revista *Veja*, publicadas em 2018, antes da prisão de Lula, na próxima seção, apresentaremos as considerações finais deste estudo.

## Considerações Finais

Diante desse estudo, verificamos que Lula foi conceptualizado como uma entidade que se movimenta e passa de uma situação estável para outra que pode ser desastrosa ou, ainda, como um conteúdo. Essa conceptualização foi feita mediante o acionamento das seguintes metáforas: ATIVIDADE DE UMA ENTIDADE É MOVIMENTO FÍSICO, ESTADOS (TEMPORÁRIOS) SÃO LOCALIZAÇÕES, MUDANÇA É MOVIMENTO, OPORTUNIDADE É POSSE MATERIAL, LIMITES DE UM ESPAÇO SÃO CONTÊINERS, PERÍODOS TEMPORAIS SÃO CONTÊINERS, QUANTIDADE É LOCALIZAÇÃO e ENTIDADE ANIMADA É CONTEÚDO. Essas metáforas foram estruturadas pelos seguintes esquemas imagéticos: FORÇA, CONTEÚDO-CONTÊINER, CONTATO, PERTO-LONGE, REGIÃO LIMITADA e PERCURSO.

A partir dessas expressões linguísticas e inferências, percebemos a exteriorização de nossas experiências em manchetes de uma revista. Esse gênero textual circula diariamente na nossa sociedade, constituindo um aspecto cultural, no qual somos produtos e produtores. As conceptualizações de Lula foram possíveis porque acionamos processos cognitivos, como as metáforas. Esses processos não são ativados de maneira hierárquica, mas, sim, em redes e simultaneamente.

## Referências

ACERVO VEJA. Disponível em <https://acervo.veja.abril.com.br/#/archive/1989/11>. Acesso em 30 set 2019.

ALMEIDA, A. A. D. Brasil, 2015: como a presidenta, seu partido, seus eleitores e seu governo podem ser conceptualizados em rede social. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 20, n. 40, p. 99-118, 2º sem 2016.

- ALMEIDA, M. C; SOUSA, B.; ORFÃO, P.; TEIXEIRA, S. **Jogar futebol com as palavras: imagens metafóricas** no jornal A Bola. Edições Colibri, 2013.
- BARCELONA, A. (ed.) **Metaphor and Metonymy at the Crossroads: A Cognitive Perspective**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003.
- FAUCONNIER, G. **Espaces Mentaux**. Paris : Les Editions De Minuit, 1984.
- FILLMORE, C. Frame semantics. *In*: LINGUISTIC SOCIETY OF KOREA (ed.). **Linguistics in the morning calm**. Seoul: Hanshin Publishing, 1982. p. 11-137.
- GRADY, J. A typology of motivation for conceptual metaphor: correlation vs. resemblance. *In*: GIBBS, R.; STEEN, G. (ed.). **Metaphor in cognitive linguistics**. Amsterdam: Benjamins, 1999. p. 79-100.
- GRADY, J. E. **Foundations of meaning: primary metaphors and primary scenes**. PhD Dissertation, University of California, Berkeley, 1997.
- JOHNSON, M. **El corpo en la mente**. Chicago: The University of Chicago Press. 1991 [1987].
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 2003 [1980].
- LAKOFF, G.; TURNER, M. **More than Cool Reason: A Field Guide to Poetic Metaphor**, Chicago, The University of Chicago Press, 1989.
- LANGACKER, R. W. **Foundations of Cognitive Grammar**. V. 1. Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford Press, 1987.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 19-38.
- MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Trad. de Cristina Magro; Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- SORIANO, C. La metáfora conceptual. *In*: IBARETXE-ANTUÑANO, I.; VALENZUELA, J. (cord.). **Linguística cognitiva**. Barcelona: Anthropos, 2012. p. 97-122.

**Projeções metafóricas e  
metonímicas na antroponímia brasileira:  
flutuações entre nomes comuns e  
nomes próprios em uma abordagem cognitivista**

*Natival Almeida Simões Neto*

*Juliana Soledade*

**Palavras iniciais**

Nas abordagens da morfologia lexical, vista em autores como Kehdi (2007) e Soares Rodrigues (2013), chama-se de *derivação imprópria* ou *conversão* o processo em que um item lexical originalmente identificado como pertencente a uma dada categoria morfossintática, sem passar por qualquer alteração formal, é reanalisado em outra categoria. Exemplos desse fenômeno podem ser vistos nas palavras *jantar* (verbo > substantivo comum), *idoso* (adjetivo > substantivo) e *Pinheiro* (substantivo comum > substantivo próprio).

Simões Neto e Santos Rodrigues (2017), em texto sobre os processos genolexicais detectados em antropônimos neológicos brasileiros, verificaram a derivação imprópria como um mecanismo produtivo na constituição do léxico antroponímico do Brasil. No exemplário do trabalho dos referidos autores, são mencionados os seguintes nomes (prenomes ou sobrenomes): *Leão, Lobo, Flor, Preta, Coelho, Pinto, Carneiro, Falcão, Figueira, Carvalho, Pereira, Oliveira, Pinheiro, Brisa, Sol, Morena, Tiê e Imaculada*.

Neste trabalho, será abordada uma forma de conversão/derivação imprópria, raramente enfocada nos manuais de morfologia. São os casos em que nomes próprios se convertem em nomes comuns, como *messalina*, *anfitrião*, *baderna*, *gari*, *sósia*, *gandula*, *tiete*, *camões*.

Esse fenômeno será analisado com base em teorias da Linguística Cognitiva, como a Teoria da Metáfora e Metonímia Conceptuais (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]) e a Teoria dos Protótipos (LAKOFF, 1987). Os dados a serem observados são oriundos de pesquisa bibliográfica e levantamento no Dicionário Houaiss Eletrônico de Língua Portuguesa (DHELP).

Feitas essas considerações iniciais, o trabalho se dividirá da seguinte maneira: na primeira seção, são discutidos aspectos relacionados ao lugar do significado nas investigações da Onomástica; nessa mesma seção, são apresentados os pressupostos básicos da Linguística Cognitiva e os direcionamentos para os estudos dos nomes próprios; a seção seguinte reflete sobre as relações entre léxico comum e léxico onomástico, em uma perspectiva neurocientífica; depois, são apresentadas as análises; essa seção é sucedida pelas considerações finais.

## O lugar do significado nos estudos onomásticos<sup>1</sup>

Na já clássica obra *Semântica: uma introdução à ciência do significado*, Ullmann (1964), leitor de Mill (1846), elenca cinco critérios que podem ser usados para diferenciar nomes próprios (apelativos) e nomes comuns. São eles: (i) unicidade; (ii) identificação; (iii) designação contra conotação; (iv) som distintivo; (v) critérios gramaticais. Desses cinco, o autor considera útil apenas o segundo critério, o de identificação:

A diferença essencial entre substantivos comuns e os nomes próprios reside na sua função: os primeiros são unidades significativas, os segundos simples marcas de identificação. Esse critério pode ser completado pelo factor importante, mas não muito rigoroso, da distinção fonética. Os restantes critérios ou são de alcance limitado ou estão já implícitos na função identificadoras dos nomes (ULLMANN, 1964, p. 160).

---

<sup>1</sup> O percurso apresentado nesta seção é também feito em Simões Neto e Soledade (2018).

Esse excerto evidencia a influência dos ensinamentos de Mill (1846) sobre a postura teórico-analítica de Ullmann (1964). A seguir, veja-se o que Mill (1846) ensina a respeito dessa diferença.

Nomes próprios não são conotativos; eles denotam o indivíduo que nomeiam; mas eles não indicam ou implicam quaisquer atributos relativos a esses indivíduos. Quando nomeamos uma criança como o nome de Maria, ou um cachorro com o nome de César, esses nomes são simplesmente marcas utilizadas para possibilitar que esses indivíduos possam ser sujeitos do discurso. Pode-se afirmar, de fato, que podemos ter tido motivos para lhes atribuir tais nomes e não outros quaisquer, e isso é verdade; contudo o nome, uma vez atribuído a um indivíduo, torna-se independente das razões que motivaram a nomeação. Um homem pode ter sido nomeado de João porque este era o nome de seu pai e uma cidade pode ter sido nomeada Dartmouth, porque está situada na foz do rio Dart. (MILL, 1846, p. 21 [Tradução livre])<sup>2</sup>

Ainda em concordância com os ensinamentos de Mill (1846), Ullmann (1964) propõe que os nomes próprios se caracterizem por uma opacidade semântica, elevando a sua função designativa/identificativa/apelativa, em detrimento de uma possível função conotativa/significativa. Nas palavras de Ullmann (1964):

Embora seja bastante fácil distinguir os nomes próprios dos substantivos comuns, a fronteira entre as duas categorias não é de modo algum decisiva. Muitos nomes próprios derivados de substantivos comuns ainda mostram claramente marcas da sua origem: nomes de lugar como *Blackpool* [pântano negro] e *Newcastle* [castelo novo], apelidos como *Smith* [ferreiro] e *Carpenter* [carpinteiro], nomes de pessoas como *Pearl* [pérola] e *Heather* [urze]. Outros, embora menos transparentes, têm, pelo menos algum elemento analisável, como é o caso de diversos nomes de lugar, que terminam em *-caster*, *-cester* e *-chester*, todos derivados, como é do conhecimento geral, do latim *castra*

---

<sup>2</sup> “Proper names are not connotative; they denote the individuals who are called by them; but they do not indicate or imply any attributes as belonging to those individuals. When we name a child by the name Mary, or a dog by the name Caesar, these names are simply marks used to enable those individuals to be made subject of discourse. It may be said, indeed, that we must have had some reason for giving them those names rather than any others: and this is true; but the name, once given, becomes independent of the reason. A man may have been named John because that was the name of his father; a town may have been named Dartmouth, because it is situated at the mouth of the Dart.” (MILL, 1846, p.21)”

<<acampamento>>. Muitos outros nomes tornam-se inteiramente opacos, embora o etimologista possa reconstruir, ou, pelo menos, conjecturar o seu processo de formação; assim, o nome *Bordeaux*, latim *Burdigala*, foi dividido em dois elementos pré-indoeuropeus: o ibérico *\*burdo* <<mulo>> (cf. o espanhol *burro* <<burro>> e o francês *bourrique* <<burra>>) e o lígurio *\*cala*, *\*gala*, <<rocha>> (ULLMANN, 1964, p. 160-161, grifos do autor).

Sobre o fenômeno de opacização semântica, Carvalhinhos e Antunes (2007) sugerem que ele tende a ocorrer mais frequentemente entre os antropônimos, e é acompanhado de outros processos, como fossilização e cristalização dos nomes. Na visão das autoras:

A opacidade ocorre por dois motivos principais: o primeiro, mais óbvio, é por desconhecimento da língua em questão, o que leva à não decodificação ou não complementação do percurso decodificação daquele nome. No segundo motivo, o tempo e a sobreposição de camadas lingüísticas concorrem para a opacidade do nome: no caso da Europa, por exemplo, existem registros de topônimos pré-romanos, ou classificados pelos especialistas como pré-romanos. Características morfemáticas, muitas vezes, são elementos preciosos de recuperação lingüística [...]. Poder-se-ia dizer, portanto, que sob a casca oca do significante restam vestígios (semas) que, devidamente tratados, podem completar o percurso de decodificação (CARVALHINHOS; ANTUNES, 2007, p. 4).

Ainda no que toca à questão da opacidade semântica detectada, sobretudo, em antropônimos, é preciso que sejam feitas duas ponderações. A primeira vem no sentido de que essa opacidade se volta exclusivamente a *prenomes* e *sobrenomes*, que integram os *ortônimos*, nos termos de Amaral (2011). Quando se analisam os *alônimos* (AMARAL, 2011), que abrangem categorias, como apelidos, nomes de guerra, nomes artísticos, essa opacidade pode não ser total.

A segunda ponderação a ser feita é que essa compreensão de opacidade semântica diz respeito a uma compreensão específica de significado, a formalista, que toma o significado como um conteúdo sobre o qual é possível fazer um conjunto de generalizações de caráter lingüístico. No rol das abordagens formalistas do significado, está a perspectiva estrutural, que é categórica no entendimento de que a *cadeira*, independente de

especificidade, apresenta um traço comum [para sentar]. No caso, dos nomes próprios essa concepção implica um esvaziamento semântico e uma desconsideração dos sentidos que se impõem acerca dos referentes.

A importância de se fazer essas ponderações se dá pelo fato de que, em outros modelos, como a Linguística Cognitiva (LC), o significado é uma construção mental que reflete aspectos da conceptualização e categorização. Em se tratando de conceptualização, destacam-se a metáfora e a metonímia. De forma simplificada, a metáfora diz respeito ao mecanismo de compreensão em que os falantes usam um determinado aspecto da sua experiência para compreender outro. Na metonímia, a experiência é focalizada dentro do seu próprio domínio, assim, parte dela é usada para compreender o todo. Veja-se que, na LC, a metáfora e a metonímia saem de um lugar marginalizado e passam a ser central na elaboração dos significados (LAKOFF E JOHNSON, 2002 [1980]).

No que toca à categorização, a LC, em detrimento das chamadas categorias discretas, dotadas de características necessárias e suficientes, aposta em modelos organizados em termos de protótipos e periferias (LAKOFF, 1987). Assim, categorias podem exibir elementos mais salientes ou mais prototípicos que outros. A determinação de um protótipo de uma categoria pode envolver variados aspectos, como: (a) reunião dos traços que definem a categoria (aqueles que reúnem mais traços são os mais prototípicos); (b) a frequência (os elementos mais frequentes são mais prototípicos); (c) a relação com outros membros da categoria (aquele que mais interage com outros elementos é o protótipo).

Quando essas noções são aplicadas aos estudos dos antropônimos, destacam-se duas posturas teórico-analíticas. A primeira é de Teixeira (2007), que discute as motivações metonímicas e metafóricas em alcunhas do Norte de Portugal. Sobre os casos de metonímias, Teixeira (2007) reconhece duas fontes de atribuição de *alcunhas*: a física e a comportamental. Sobre isso, o autor explica:

Evidenciam-se dois tipos de particularidades para a atribuição da alcunha de base metonímica: físicas e comportamentais. Aquelas terão que ser, por

norma, permanentes, já que referem uma particularidade cognitivamente saliente e constante: a alcunha “Barbas” só faz sentido se o alcunhado as usa habitualmente e não se apenas por uma vez deixou a barba crescer. O mesmo para “Coxo”, “Narizinho”, “Manco”, “Malota”, “Preto”, “Fininho” e outras de índole física. Diferem as metonímias de base comportamental: também podem assentar em particularidades tidas como permanentes (“Mudo”, “Cabeça-devento”, “Gago”, “Pide”, “Poeta” e todas as profissionais), mas em muitos casos alicerçam-se em acontecimentos pontuais que funcionam como marcas de referência identificativa [...] (TEIXEIRA, 2007, p. 211-212).

Sobre as bases metafóricas, Teixeira (2007) observa que a sua frequência é bastante reduzida, talvez pelo fato de a metaforização ser um mecanismo cognitivo mais complexo que a metonimização. Encontram-se entre os exemplos metafóricos: *Baleia* (motivo: pessoa gorda), *Rato* (motivo: pessoa muito ativa), *Burro* (motivo: estúpido, teimoso), *Porca* (motivo: pessoa pouco asseada), *Pisco* (motivo: pessoa pequena), *Batata* (motivo: nariz grande), *Tomate* (motivo: pessoa corada em excesso), *Cenoura* (motivo: cabelo ruivo), *Carvalha* (motivo: pessoa alta) e *Estaca* (motivo: pessoa alta e magra).

A metonímia e a metáfora podem ser também percebidas nos fenômenos de *antonomásia* e *eponímia*, ilustrados por Henriques (2012). Quanto à *antonomásia*, o autor define como uma “figura de linguagem”<sup>3</sup>.

que consiste em empregar um substantivo comum ou uma expressão substantiva como substituto de um nome próprio, seja nome de pessoa (ANTROPÔNIMO) ou de lugar (TOPÔNIMO). A motivação para que se crie uma alcunha é sempre metafórica ou metonímica, mas as razões para isso nem sempre são conhecidas (HENRIQUES, 2012, p. 106).

Como exemplos do fenômeno de *antonomásia*, Henriques (2012) apresenta:

Rio de Janeiro é a “Cidade Maravilhosa”, e São Paulo e a “Terra da Garoa”. O Japão é o “País do Sol Nascente”, e a praia de Copacabana e a “Princesinha do

---

<sup>3</sup> Henriques (2012) não se orienta por uma perspectiva teórica cognitivista, em que o termo ‘figura de linguagem’ não teria razão de existir. Na abordagem cognitivista que se adota neste trabalho, os fenômenos de antonomásia e eponímia podem ter bases metafóricas ou metonímicas.

Mar”. Mas qual é o apelido do estádio cujo nome oficial é Estádio Paulo Machado de Carvalho? Ele fica no bairro do Pacaembu, em São Paulo. Daí, por metonímia, o seu apelido. O nome do estádio é uma homenagem ao “Marechal da Vitória”, chefe da delegação brasileira campeã do mundo de futebol em 1958 e 1962. É um caso muito peculiar, pois tanto como antropônimo como topônimo, Paulo Machado de Carvalho tem antonomásia. Não será estranho imaginar que um dia alguém possa dizer que vai ver um jogo no “Estádio Marechal da Vitória” (HENRIQUES, 2012, p. 107).

A respeito da *eponímia*, Henriques (2012) conceitua como um

[...] fenômeno resultante de uma metonímia que se baseia numa relação de contiguidade entre antropônimos e significações que não tem uma palavra própria para exprimi-las ou para as quais se propõe uma nova denominação. Essa passagem a substantivo comum não caracteriza mudança de classe, mas de *subcategoria* (substantivo próprio > substantivo comum).

Há EPÔNIMOS sincrônicos, os que têm vínculos referenciais ainda muito nítidos com o antropônimo que lhes deu origem (*amélia, barbie, belzebu, camões, cupido, drácula, heman\**, *quixote, sansão, tarzã...*), e há EPÔNIMOS diacrônicos, os que só podem ser assim identificados mediante uma informação histórica que contextualize sua criação a partir de um antropônimo (*baderna, carrasco, colt, gandula, gari, gilete, judas...*) (HENRIQUES, 2012, p. 109-110).

Também no âmbito da LC, está a abordagem construcional da antroponímia, como defendida por Santos Rodrigues (2016) e Simões Neto e Soledade (2018), que configura um segundo desdobramento do novo entendimento do significado, como proposto pela LC. Os autores citados investem em uma leitura morfológico-construcional dos nomes de pessoas, orientados pelos pressupostos de Booij (2010). Nesses estudos construcionistas da antroponímia, são apresentados esquemas, como:

- (a) [X-aldo/X-naldo/X-valdo]<sub>NP</sub> ↔ [nome de pessoa do sexo masculino]<sub>NP</sub> (SANTOS RODRIGUES, 2016, p. 39)
- (b) [X-mara(es)]<sub>NP</sub> ↔ [nome de pessoa do gênero feminino]<sub>NP</sub> (SANTOS RODRIGUES, 2016, p. 53)
- (c) [ED(i/e)-X]<sub>NP</sub> ↔ [nome de pessoa]<sub>NP</sub> (SANTOS RODRIGUES, 2016, p. 44)

(d) [[X-son]<sub>NP</sub> ↔ [nome de pessoa do gênero masculino associado a formativo antroponímico X]]<sub>NP</sub> (SIMÕES NETO E SOLEDADE, 2018, p. 1314)

Quanto aos esquemas de Santos Rodrigues (2016), a formulação esquemática em (a) permite agrupar e compreender nomes como *Adroaldo*, *Aguinaldo*, *Arnaldo*, *Arquibaldo*, *Beraldo*, *Bernaldo*, *Clodoaldo*, *Euvaldo*, *Evaldo*, *Geraldo*, *Givaldo*, *Heraldo*, *Oswaldo*, *Reginaldo*, *Reinaldo*, *Teobaldo*, *Ubaldo*, *Vilivaldo*, *Vinebaldo* e *Vivaldo*, como referentes a indivíduos do sexo masculino. O esquema em (b) instancia *Damares*, *Edmara*, *Gilmara*, *Josimara*, *Lucimara* e *Nilmara*, todos referentes a pessoas do sexo feminino.

No esquema (c), não se faz especificação de sexo, pois o formativo *Ed-*, sobretudo, por se tratar de um formativo que ocupa a margem esquerda dos prenomes, integra tanto nomes masculinos quanto femininos. Exemplos são: *Edclea*, *Edeilice*, *Ediana*, *Edijane*, *Edileide*, *Edilene*, *Edilla*, *Edineia*, *Edirlainne*, *Edjane*, *Edmara*, *Edmildes* e *Edvania*, *Edemario*, *Edenildo*, *Edenilton*, *Ederaldo*, *Ederval*, *Edinaldo*, *Edmagnó* e *Edwardes*. Apesar de Santos Rodrigues (2016) não especificar o sexo nesse último esquema, coloca na contraparte semântica a informação de que ele instancia nomes de pessoas. Isso o difere, por exemplo, de esquemas *X-briga*, *X-lândia* e *X-ópolis*, que instanciam nomes de lugares.

Por fim, o esquema em (d), de Simões Neto e Soledade (2018), permite a leitura tanto de nomes de origem inglesa, como *Alisson*, *Robson*, *Edson*, *Wilson*, *Nelson*, *Jackson*, *Hudson*, *Ericsson*, quanto os brasileiroismos *Frenisson*, *Gledson*, *Gilson*, *Jandesson*, *Deivson*, *Martson*, *Deiverson*, *Kleverson*, *Esteferson* e *Jamerson*. Os usos dos nomes *X-son* no Brasil se voltam quase que exclusivamente a pessoas do sexo masculino, informação expressada no esquema.

Note-se que, na abordagem construcional, não se discutem motivações metafóricas ou metonímicas, mas sim significados de ordem base e categorial. Tanto os nomes quanto os gêneros (masculino ou feminino) organizam as pessoas em sociedades, e essa categorização não deve ser desprezada em uma abordagem dos antropônimos pautada pelos

ensinamentos da LC, pois, de alguma maneira, expressam algum significado na experiência dos falantes.

Esse breve apanhado sobre as relações entre nomes próprios sugere que a opacidade semântica dos nomes próprios, salientada por Mill (1864), repetida por Ullmann (1964), e em parte ratificada por Carvalhinhos e Antunes (2007), deve ser modalizada, pois há categorias de nomes próprios que podem apresentar significativa motivação, indo além de uma denotação.

No âmbito das abordagens antroponímicas orientadas pela Linguística Cognitiva, o significado não é construído inteiramente no interior do sistema linguístico. Ele se baseia na experiência, nas formas de se entender e organizar o mundo em que se está envolvido, a partir de uma perspectiva mediada pela história e pela cultura. Dessa forma, não há razões para rotulações de nomes próprios como assemantizados. Parece razoável pensar os nomes de pessoas em uma escala de gradiência, como proposta por Bybee (2016 [2010]). Assim, haveria um *continuum* semântico, com elementos de significado clarividente, casos das alcunhas estudadas por Teixeira (2007), e elementos mais opacizados com significado de nível categorial, como os dos exemplos de Santos Rodrigues (2016) e Simões Neto e Soledade (2018).

### **Léxico comum X Léxico onomástico: o que sugerem os estudos neurolinguísticos?**

A tradição onomástica pautou uma diferença entre léxico comum e léxico onomástico, baseado na configuração semântica dos itens lexicais. Enquanto, no léxico comum, o significado é uma contraparte obrigatória do signo, no léxico onomástico, o significado é apenas referencial. Nomes próprios são considerados parte do sistema de linguagens naturais. “É bastante aceita entre linguistas e antropólogos (Hockett, 1958; Brown, 1991) a tese de que os nomes próprios são uma categoria linguística universal” (Van Langendonk, 2007, p. 3).

Evidências através de pesquisas feitas de neurocientistas, neurolinguistas e neuropsicólogos têm demonstrado que o estudo do funcionamento dos nomes próprios, pode elucidar muito acerca dos processos de acesso ao léxico, e como eles se diferem no caso do léxico comum e do próprio.

Semenza e Zettin (1988) relatam o caso de um paciente de 62 anos, afásico, em face de um dano cerebral, que revelou a incapacidade de acessar vários tipos de nomes próprios, exceto o seu próprio. Embora a acessibilidade a nomes comuns permanecesse totalmente intacta, a sua performance em nomes próprios foi de 0/20, através da confrontação com fotos de pessoas famosas. No entanto, ele foi capaz de fornecer uma quantidade razoável de informações acerca dessas personalidades, oferecendo, em todos os casos, detalhes corretos sobre a vida das pessoas (por exemplo, *poeta muito famoso, considerado o pai da nossa literatura*) (Semenza; Zettin, 1988, p. 715). No teste em que lhe foi pedido para nomear a partir da definição (por exemplo, *Quem foi o primeiro ministro socialista do país?*) o desempenho do paciente foi novamente extremamente pobre para nomes de pessoas e nomes de lugares, mas sem falhas para substantivos comuns.

Contudo, através da similitude entre o nome próprio e o comum esse paciente conseguiu em desempenho melhor, por exemplo, *Qual é o nome do compositor de Aida e Traviata? Seu nome nos lembra uma cor.* Ele foi capaz de acessar o nome *Verdi* (*Verdi* significa *Verde* em italiano). No entanto, em 4 dos 8 casos, ele também precisou de alguma auxílio fonético, como a indicação da primeira letra do nome, uma estratégia que não ajudou em todos os outros testes com nomes próprios (Semenza; Zettin, 1988, p. 717).

Esse estudo não dá fundamentos para a tese de que nomes próprios possuem um significado categórico (por exemplo: pessoa do sexo masculino, acidente geográfico, cidade, país etc.). Por outro lado, os dados proporcionam a alegação de que nomes próprios podem exibir algumas

associações semânticas em relação ao referente (por exemplo: *poetisa muito famosa*) ou associações com a forma fonética (por exemplo: *Verdi*).

Um estudo empreendido por Bayer (1991), acerca de um paciente que sofre de dislexia<sup>4</sup> profunda, revelou que, no caso de nomes próprios, o que acontece, em princípio, é que o paciente se torna incapaz de enunciá-los em voz alta, e isso vale para os prenomes, sobrenomes, nomes de cidades, enfim, todos os nomes que integram o campo onomástico. E diferentemente do que ocorre com nomes comuns não há acessibilidade semântica via paralexias. O paciente se vê incapacitado de transformar o que é lido em uma saída pronunciável. Porém, no caso de um antropônimo, por exemplo, um prenome, o paciente é capaz de reconhecer que se trata de um primeiro nome e qual é o gênero do portador nome. Por sua vez, sobrenomes geram uma maior capacidade de leitura através de paralexias, uma vez que muitos deles são homônimos de nomes comuns (*Pereira, Oliveira, Lobo, Costa, Coelho, Carneiro* etc.).

Esse estudo levou Bayer (1991, p. 59) a concluir que, quanto aos nomes próprios, o sistema semântico parece estar vazio. No entanto, o disléxico profundo foi capaz de especificar características genéricas como *pessoa, masculino, feminino, cidade* ou *país*. Com base nesse argumento, Bayer (1991, p. 64) enfatiza que a análise teórica dos nomes próprios deve reconhecer que existe algo como um sentido categórico lexical mínimo.

Esse estudo ainda revelou que o paciente ainda pode fazer certas associações entre nomes de pessoas ou de lugares conhecidos e experiências individuais ou coletivas, por exemplo, ao ler nomes próprios como *Austrália, Veneza, Madona*, respostas como *cangurus, já estivemos lá nas férias, gosto de música*, são respectivamente alguns exemplos de associações encontradas. Van Langendonk (2002, p. 113) chama essas respostas de significado associativo ligado ao referente.

---

<sup>4</sup> O termo *dislexia* refere-se à dificuldade de leitura sem que o paciente apresente qualquer outra limitação ou alteração das capacidades cognitivas. Por sua vez, a *dislexia profunda* ou *fonológica* caracteriza-se pela ocorrência dos chamados erros semânticos, por exemplo, a pessoa lê *carro* em lugar de *roda*. Isso significa que o paciente pode ler textos escritos através de uma rota exclusivamente semântica e não por meio de uma transmissão de grafemas ao fonema.

Um estudo desenvolvido por Miceli *et al* (1998), em um paciente com lesão do lobo temporal esquerdo, revelou que, dois anos após trauma, a única queixa era acerca de uma grande dificuldade em acessar nomes de pessoas. Nos experimentos, foram utilizados nomes de personalidades históricas e celebridades contemporâneas. O paciente teve um desempenho significativamente ruim e outros testes revelaram que isso se deveu à perda de conhecimento sobre as pessoas (o significado associativo ligado ao referente).

A partir dessas evidências, pode-se dizer que elas corroboram o caráter referencial dos nomes próprios. Um substantivo próprio denota uma entidade única no nível da convenção linguística estabelecida para torná-lo psicossocialmente saliente dentro de uma dada categoria de nível. Os estudos ressaltam, ainda, a evidência de que a marca de gênero é relevante, *pessoa do sexo masculino* ou *feminino*.

Os estudos também indicam a existência de um significado associativo em nomes próprios, tanto do tipo fonético (*Verdi/Verde*), quanto do tipo referencial (*Vietnã/guerra*). Segundo Van Langendonk (2007, p. 115), as diferenças entre associações do tipo referencial e as do tipo de nível básico (*homem, mulher, cidade, país*) podem ser explicadas a partir dos tipos de memórias estabelecidas por Tulving (1972 *apud* Van Langendonk, 2007): 1) a memória semântica, na qual se assentam as informações acerca dos nomes comuns e também os significados categóricos de nível básico, sendo essa de caráter atemporal e convencional, portanto compartilhada por outros falantes; e 2) a memória episódica, relacionada às experiências pessoais dos indivíduos, tendo, portanto, limites temporais em relação ao estoque de memórias de eventos. Sendo autobiográfica, a memória episódica, é, portanto, diferente de indivíduo para indivíduo. Pode-se então dizer que essa associação referencial está relacionada ao uso da língua e ao contexto pragmático em que se dá a inserção dos nomes próprios. Assim, há uma concordância com Van Langendonk (2007, p. 116), quando esse diz que as associações que alguém pode fazer com um determinado nome

próprio pertencem ao uso da língua, uma vez que diferem de uma situação de fala para outro, sendo armazenadas na memória episódica.

Em suma, as evidências neolinguísticas apontam para uma fundamental discrepância acerca do acesso a nomes comuns e nomes próprios na memória humana, o que sugere fortemente que o significado categórico, que seria um tipo de significado compartilhado por ambos os tipos de substantivos não pode ser o significado que defina e baste para categorizar nomes próprios e comuns. Há que se considerar, contudo, que ambos podem acessar a memória semântica, ainda que, no caso dos nomes próprios, esse acesso traga apenas um tipo de informação de nível básico que não supre as necessidades comunicativas e operacionais desse tipo de substantivo no seu uso.

Os nomes próprios são de fatos etiquetas cujos rótulos implicam em informações de natureza categorial: *nome próprio, nome de pessoa, gênero feminino ou masculino*. Os substantivos comuns também são etiquetados mais ou menos nesses termos: *nome comum, nome de coisa, gênero feminino ou masculino*. A diferença reside no fato de que os sentidos mais amplos dos substantivos comuns possuem a rede de associações a descrições armazenada na memória dita semântica, descrições que são convencionalizadas e compartilhadas por um amplo grupo de indivíduos, já os nomes próprios têm sua teia de descrições armazenada na memória episódica, fazendo com que a extensão das possíveis associações a um nome seja praticamente ilimitada, pois se relaciona às experiências e vivências de um dado indivíduo com o referente.

Infere-se, então, que a diferença essencial entre nomes próprios e os nomes comuns é que um substantivo comum é um formulário que indica uma classe de mais de um elemento, enquanto um nome próprio indica uma classe de um elemento. Porém, do ponto de vista discursivo/pragmático, nenhuma distinção pode ser feita entre características semânticas/categorias e conhecimento de mundo. No caso de nomes próprios, essa visão leva inevitavelmente à tese da máxima significância: o significado dos nomes próprios parece ser (quase) infinito.

Esta é a tese defendida por Hansack (2004, *apud* VAN LANGENDONK, 2007) em uma abordagem cognitivista.

Retomando a proposta de análise dos nomes próprios na perspectiva de uma categoria que envolve elementos mais ou menos prototípicos, podemos dizer que ela se aplica integralmente quando estamos tratando de associações a definições convencionaisizadas e armazenadas na memória semântica, mas quanto abordamos a questão do significado associativo relacionado ao referente, a análise, em termos de sentidos mais ou menos prototípicos, passa a ser no nível do indivíduo.

### Um olhar cognitivista sobre os nomes próprios que se converteram em nomes comuns

Nesta seção, serão analisados 15 epônimos, todos dicionarizados no DHELP, de Houaiss e Villar (2009). No Quadro 1, estão dispostos os dados serem analisados, com as etimologias dadas por Houaiss e Villar (2009) e os sentidos considerados para a análise.

Quadro 1. Epônimos dicionarizados no DHELP

NOME	ETIMOLOGIA	SENTIDO
amélia	Do antropônimo <i>Amélia</i> , do samba <i>Ai! que saudades da Amélia</i> , de autoria de Ataulfo Alves e Mário Lago (1942)	Mulher amorosa, passiva e serviçal
anfitrião	Do francês <i>amphitryon</i> . No francês, conforme o <i>Dictionnaire de l'Académie française</i> , a etimologia de <i>amphitryon</i> é dada como uma antonomásia do personagem <i>Amphitryon</i> , da comédia Molière (1668). O nome foi inspirado em um protagonista da mitologia grega ( <i>Amphitryon</i> ).	1 Aquele que oferece e paga as despesas de um jantar, festa, banquete etc. 2 O dono da casa, que recebe os convidados para qualquer evento
baderna	Segundo Antônio Soares, do antropônimo Marieta <i>Baderna</i> , dançarina italiana que esteve no Rio de Janeiro em 1851, provocando "certo <i>frisson</i> ".	Situação em que reina a desordem; confusão, bagunça
belchior	Do antropônimo <i>Belchior</i> , nome do comerciante que abriu no Rio de Janeiro a primeira casa de compra e venda de roupas e objetos usados.	1 negociante de roupas e objetos usados 2 proprietário de sebo ('livraria'); alfarrabista
camões	Do antropônimo Luís Vaz de <i>Camões</i> (c1525-1580, poeta português), que era cego de um olho.	1 Homem ou animal (especialmente cavalo) que só enxerga com um olho. 2 Indivíduo vesgo, caolho

carrasco	Do antropônimo Belchior Nunes <i>Carrasco</i> , algoz que teria vivido em Lisboa, antes do sXV.	1 aquele que executa a pena de morte. 2 Indivíduo cruel. 3 Indivíduo disciplinador e enérgico
crísto	Do grego <i>khristós, ê,ôn</i> 'ungido, o Cristo (com maiúsc.)', pelo latim <i>Christus, i</i> 'Cristo, o filho de Deus'	Pessoa que se torna vítima de injustiças, maus-tratos, logros, ciladas
gari	Do antropônimo Aleixo <i>Gary</i> , incorporador da empresa a cujo cargo esteve o serviço público de limpeza das ruas, no Rio de Janeiro.	Pessoa que varre as ruas, ger. contratada por órgão municipal encarregado da limpeza pública; varredor de rua
judas	Do antropônimo <i>Judas</i> Iscariotes, discípulo traidor de Jesus Cristo, tornado substantivo comum.	Indivíduo que trai a confiança de outrem; traidor.
maria	provavelmente do antropônimo <i>Maria</i> , tornado substantivo comum.	Denominação de pessoa comum indeterminada (p.ex., em <i>maria vai com as outras, maria meu bem</i> )
mecenas	Do antropônimo latino <i>Maecenas, átis</i> 'Caio Cílicio <i>Mecenas</i> (60 a.C.-8 d.C., estadista romano), protetor dos artistas, especialmente dos escritores Vergílio e de Horácio', tornado substantivo comum.	Indivíduo rico que protege artistas, homens de letras ou de ciências, proporcionando recursos financeiros, ou que patrocina, de modo geral, um campo do saber ou das artes
messalina	Do antropônimo Valéria <i>Messalina</i> (22-48 d.C.), imperatriz romana, mulher de Cláudio I, que se entregou à devassidão, tendo sido executada por ordem do imperador, depois de ter casado publicamente com C. Sílio, com a intenção de fazê-lo tomar o lugar de Cláudio	1 mulher de costumes dissolutos; libertina. 2 <i>meretriz</i> .
sósia	Do antropônimo latino <i>Sosia, ae</i> , personagem da comédia <i>Amphitrião</i> , de Plauto (235 a.C.-184 a.C., comediógrafo romano), de quem o deus Mercúrio copiou as feições temporariamente, tornado substantivo comum.	Indivíduo muito parecido com outro, podendo mesmo ser confundido com este; menecma.
tiete	Atribuído ao hipocorístico <i>Tiete</i> (admiradora do cantor brasileiro Ney Matogrosso), que se generalizou como sinônimo de <i>fã</i> , a partir do final da década de 1970.	Admirador ou admiradora fanática de alguém, esp. um artista, ou de algo
zé	Do hipocorístico do antropônimo <i>José</i> , muito comum no Brasil	1 indivíduo comum, do povo. 2 indivíduo sem importância, que não tem peso social e é destituído de qualquer poder econômico; João-ninguém. 3 o conjunto dos pobres, dos indivíduos pertencentes à camada inferior de uma sociedade; plebe, ralé. 4 indivíduo pouco inteligente, ignorante, tolo, de pouco valor; pateta, pacóvio, toleirão

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de verbetes do DHELP (HOUAISS E VILLAR, 2009).

Clássico do cancionero popular brasileiro, a música *Ai que saudades da Amélia*, de Mário Lago e Ataulfo Alves, teve como inspiração uma empregada doméstica, da década de 1940, cujo nome era *Amélia*. O sucesso

da música fez com que, durante muitos anos, permanecesse a categorização metonímica de *amélia* como uma ‘mulher de verdade’, um tipo de mulher ideal para se casar, porque, além de amorosa, lavava, passava e cozinhava, portanto, a mulher sendo tomada pelo seu trabalho no lar. Com o advento dos movimentos feministas e as várias transformações da sociedade brasileiras, as mulheres passaram a rejeitar essa categorização metonímica e o termo *amélia* assumiu um sentido pejorativo no meio feminista, passando a metaforizar a submissão e subjugação da mulher em relação ao homem.

A história da palavra *anfitrião* pode ser entendida com base na fábula *Alcmena*, de Higino, reproduzida em Amarante (2015). *Anfitrião* foi um personagem da mitologia grega, marido de Alcmena. Enquanto Anfitrião estava em guerra na cidade de Ecália, Zeus, com vontade de manter relações sexuais com Alcmena, tomou a forma de Anfitrião, enganando a sua esposa, sem que essa percebesse. Dessa noite, nasceu Hércules, um semi-deus. Ao chegar a casa, Anfitrião duvidou da fidelidade da esposa, mas Zeus lhe esclareceu que ela foi uma escolhida, o que acabou deixando o marido contente e horado por ter recebido um deus na sua casa. Nesse contexto, é perceptível uma metonimização da cena. Essa metonímia está envolvida em valores e crenças do momento histórico em que se deu a projeção, pois receber Zeus na cama de sua esposa foi focalizado como uma honraria e não como uma ofensa, donde se construiu a projeção metafórica, em que *anfitrião* é aquele recebe os convidados em sua casa.

Com essa mesma história mitológica que explica a origem da palavra *anfitrião*, pode-se explicar a origem da palavra *sósia*. Durante o tempo em que Zeus esteve disfarçado de Anfitrião e se deitava com sua esposa, Hermes tomou a forma de seu escravo, *Sósia*, com o intuito de vigiar o portão, para que não houvesse interrupção. Nesse caso, a cena é focalizada metonimicamente da perspectiva da semelhança do aspecto físico dos indivíduos.

A palavra *baderna*, mencionada por Henriques (2012), tem origem na bailarina italiana *Marietta Baderna Giannini*, ou *Maria Baderna*. O

sentido de ‘balbúrdia, confusão’ foi metonimizado da artista, porque ela incorporava danças afro-brasileiras ao seu estilo, escandalizando a sociedade escravista brasileira e causando alvoroços recorrentes, porque ela também costumava arrastar, por onde passava, legiões de fãs, os chamados *badernas*.

A palavra *belchior* é utilizada para designar o comerciante de objetos usados. A motivação, segundo Houaiss e Villar (2009), é o nome do primeiro comerciante a abrir um armazém para esse tipo de venda. A cena, então, é tomada metonimicamente: o homem pela atividade que realiza.

Outro *Belchior* será responsável pela motivação do epônimo *carrasco*, também mencionado por Henriques (2012). A motivação é a figura de *Belchior Nunes Carrasco*, famoso algoz português que trabalhou em Lisboa, no século XV. O algoz, ou o *carrasco*, era responsável pela execução de penas de morte. Nesse caso, a compreensão metafórica é construída pela focalização metonímica na ação do sujeito enquanto ‘aquele que inflige punição’. Por isso, uma pessoa carrasca é uma pessoa punitiva.

A narrativa bíblica de perseguição e punição de *Jesus Cristo* é a explicação para a motivação de *cristo* como ‘uma pessoa que se torna vítima de injustiça e maus-tratos’. Essa narrativa, então é tomada metonimicamente, Jesus pela perseguição que sofreu, e depois metaforicamente, pois o sofrimento de Jesus é pareado para se compreenderem outros tipos de sofrimento. Essa compreensão, ao mesmo tempo metafórica e metonímica, está presente na expressão popular *pegar para cristo*.

A mesma narrativa da perseguição a Cristo explica a história da palavra *judas*, que toma como base *Judas Iscariotes*, apóstolo que traiu Jesus, dando-lhe um beijo e entregando-o aos seus perseguidores. Por essa razão, o seu nome se integra à expressão “beijo de Judas”. Nesse exemplo, a metonímia se dá em focalizar de toda a participação de Judas na história do cristianismo em sua ação de maior consequência (sujeito pela ação), donde se projeta a metáfora de traidor.

O caso da palavra *gari* está relacionado ao francês *Pedro Aleixo Gary*, “incorporador da empresa a cujo cargo esteve o serviço público de limpeza

das ruas, no Rio de Janeiro do início do século XX” (HENRIQUES, 2012, p. 110). Nesse caso, a projeção metonímica se dá no sentido o trabalhador pelo patrão.

A metonímia é responsável também pela conversão dos antropônimos *Maria* e *Zé* (hipocorístico de José) em nomes comuns. Nesses casos, os nomes são tomados metonimicamente pela alta popularidade, uma vez que são os antropônimos mais frequentes do Brasil. Dessa compreensão metonímica, vem a compreensão metafórica de que *maria* e *zé* são pessoas *indeterminadas, desimportantes* ou *comuns*. Essa metaforização pode ser percebida em um conjunto de expressões multilexicais, como *zé-ninguém, zé da véstia, zé dos anzóis, maria-vai-com-as-outras, maria-gasolina, maria-chuteira etc.*

A palavra *mecenas* tem motivação na figura de *Caio Mecenas*, que, no século I a.C., foi um conselheiro do imperador Otávio Augusto e ajudou a patrocinar vários artistas e poetas. O significado de ‘indivíduo rico que protege artistas, homens de letras ou de ciências, proporcionando recursos financeiros, ou que patrocina, de modo geral, um campo do saber ou das artes’ tem, portanto, motivação metonímica. O sujeito foi metonimizado pela sua ação de patrocinar as artes. A partir disso, projeta-se o conceito metafórico de *mecenas* como qualquer indivíduo que promova, com recursos financeiros, artes ou ciência.

A palavra *messalina* é motivada pela imperatriz romana *Valéria Messalina*, imperatriz romana com fama de promíscua que teria armado um plano fatal contra o marido, mas que não deu certo. A imperatriz foi descoberta e acabou sendo executada. *Messalina* é tomada metonimicamente pelos seus atos de devassidão e pouca moralidade, segundo os padrões da época. A partir disso, a palavra *messalina* passa a qualificar mulheres de má índole e costumes sexuais dissolutos, tidas como libertinas. Dessa compreensão, há uma nova metonímia para que esse significado se estenda para que *messalina* seja uma designação de *prostituta*.

Por último, a palavra *tiete* está associada ao apelido de uma fã mineira de Ney Matogrosso que frequentava recorrentemente os seus shows.

Era uma senhora mais velha chamada de *Tia*, tendo recebido, depois, o apelido de *Tiete*, o que motivou Gilberto Gil a escrever *Marcha da Tietagem*, gravada no começo dos anos 1980<sup>5</sup>. *Tiete* é tomada metonimicamente pela sua ação de admirar e acompanhar o artista. Por isso, *tiete* ganha a noção generalizada de *fã*.

## Considerações finais

Os exemplos analisados neste trabalho apontam uma preponderância da metonímia: as pessoas são tomadas pelas suas ações/atitudes. Isso pode estar relacionado ao que Teixeira (2007) já havia comentado: a metonímia, do ponto de vista cognitivo, é menos custosa que a metáfora. Nos dados apresentados, mesmo nos casos de metáfora, há uma metonímia, o que sugere a primazia desse mecanismo em relação ao metafórico.

Relacionando os dados analisados às evidências neurocientíficas, podemos inferir que no caso dos nomes próprios que passam a funcionar como substantivos comuns o que ocorre, em geral, é que se toma, por metonímia, um dos significados associativos ligados ao referente como base para a geração do nome comum, ou seja, uma associação do tipo referencial, de base experientialista, que estava armazenado na memória episódica de um grupo de indivíduos, passa a ser convencional e ser armazenada na memória semântica, de um grupo maior de indivíduos, associada a esse novo nome que se instaura na esfera dos substantivos comuns.

## Referências

- AMARAL, E. T. R. Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro. *Alfa*, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 63-82, 2011.

---

<sup>5</sup> Para ver sobre essa narrativa: <https://www.youtube.com/watch?v=-JgkoSnly5s>. Acesso em 29 de setembro de 2019.

- AMARANTE, J. **Latinitas**: leitura de textos em língua latina. V. 1. Salvador: EDUFBA, 2015.
- BAYER, J. Representatie van algemene namen en eigennamen in het mentale lexicon: neurolinguïstische evidentie [Representation of common nouns and proper names in the mental lexicon: neurolinguistic evidence]. **Tabu**, v. 21, n. 2, p. 53-66, 1991.
- BOOIJ, G. **Construction Morphology**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- BROWN, D. E. **Human Universals**. New York: McGraw-Hill, 1991.
- BYBEE, J. **Língua, uso e cognição**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.
- CARVALHINHOS, P. J.; ANTUNES, A. M. Princípios teóricos de Toponímia e Antroponímia: a questão do nome próprio. CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, XI., 2007, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: Cifefil, 2007. V. XI, p. 108-121.
- HENRIQUES, C. C. **Léxico e semântica**: estudos produtivos sobre palavra e significação. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 2011.
- HOCKETT, C. **A Course in Modern Linguistics**. New York: MacMillan, 1958.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- KEHDI, V. **Formação de palavras em português**. São Paulo: Ática, 2007.
- LAKOFF, G. **Women, Fire, and Dangerous Things**. Chicago: Chicago University Press, 1987.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002 [1980].
- MICELI, G., A. *et al.* Selective conceptual deficit for people's names: an impairment of domain-specific knowledge. **Brain and Language**, v. 65, p. 112-115, 1998.
- MILL, J. S. A system of logic ratiocinative and inductive. New York: Harper & Brothers, Publishers; Franklin Square, 1846.

- SANTOS RODRIGUES, L. **Neologismos antroponímicos com base na utilização de formativos germânicos no Brasil**. 2016. Monografia (Conclusão de Curso) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- SEMENZA, C.; ZETTIN, M. Generating proper names: a case of selective inability. **Cognitive Neuropsychology**, n. 5, p. 711-721, 1988.
- SIMÕES NETO, N. A.; SOLEDADE, J. Nomes masculinos X-son na antroponímia brasileira: uma abordagem morfológica, histórica e construcional. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, p. 1295-1350, 2018.
- SIMÕES NETO, N. A.; SANTOS RODRIGUES, L. A neologia e os processos genolexicais em antropônimos brasileiros: um breve mapeamento de estudos realizados. **Mandinga: Revista de Estudos Linguísticos**, v. 1, n.2, p. 110-127, 2017.
- SOARES RODRIGUES, A. Introdução. In: RIO-TORTO; G. M. *et al.* (org.). **Gramática derivacional do português**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. p. 29-116.
- SZYMANEK, B. The latest trends in English word-formation. In: ŠTEKAUER, P., LIEBER, R. (eds.). *The handbook of word-formation*. Netherlands: Springer, 2005. p. 429-448.
- TEIXEIRA, J. Metonímias e metáforas no processo de referência por alcunhas do Norte de Portugal. **Diacrítica, Série Ciências da Linguagem**, Braga, v. 21, n. 1, p. 207-239, 2007.
- ULLMANN, S. Nomes próprios. In: ULLMANN, S. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964. p. 148-165.
- VAN LANGENDONK, W. **Theory and Typology of Proper Names**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007.

## Uma análise das construções de tópico em três comunidades do semiárido baiano

*Jacson Silva*

### 1. Introdução

Um estudo que se interesse por outras formas de organização sintática de constituintes numa sentença, que não a ordem sujeito-verbo-objeto, torna-se extremamente relevante para a desconstrução da homogeneização linguística proposta pelas instituições de ensino – particularmente a escola. É relevante socialmente porque mostra que entre a norma prestigiada e a não prestigiada há somente diferenças organizacionais e não “erros” linguísticos como definem as gramáticas normativas.

Essas gramáticas tradicionais (GT) têm partido do pressuposto de que todas as línguas possuem uma predicação de tipo sujeito-predicado, licenciando estruturas que ordenam os sintagmas na sentença a partir da sua função sintática, sendo de *sujeito-verbo-complemento*; e geralmente tem-se a ideia de que essas funções sintáticas definem todas as relações entre os constituintes e que esgotam todo o assunto (PERINI, 2006). Contudo, estudos como este observam que essa forma de predicação e, portanto, essa ordem colocada como canônica, não é comum a todas as línguas, mas se diferenciam a partir da orientação que estas podem tomar: uma orientação para o *discurso* ou para a *sintaxe*.

Nesse contexto, pretende-se neste capítulo apresentar os resultados da pesquisa monográfica de Silva (2017)<sup>1</sup> sobre as construções de tópico (CT) em uso na fala de comunidades do semiárido baiano, com o objetivo de conhecer as formas de organização dos constituintes dentro dessa variedade linguística, relacionando-as com fatores que ultrapassam a estrutura da língua como idade, sexo e nível de escolaridade dos informantes. Nessa relação dos dados com fatores extralinguísticos, o presente trabalho embasa-se em alguns pressupostos da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968]), que busca evidenciar que há uma relação entre linguagem e sociedade.

Como afirmam Hora e Baltor (2007), um comportamento linguístico pode ser considerado estável ou processual quando confrontado à faixa etária. Segundo os autores, o sexo pode ser um condicionador da heterogeneidade linguística, ou seja, que homens e mulheres utilizam padrões linguísticos diferentes; e o nível de escolaridade é o principal fator na escolha de uma variante em relação à outra. Em relação a esse fator, procura-se estabelecer se falantes com maior nível de escolaridade produzem mais ou menos construções de tópico.

Levanta-se a hipótese de que todos os tipos de CT elencadas por Araújo (2009), ao pesquisar a variedade linguística de comunidades afrodescendentes, podem ser encontradas na variedade de comunidades do semiárido baiano. Dentre as definidas pela autora, acredita-se que a mais realizada é a Topicalização do Objeto Direto (TOD)<sup>2</sup> e que os fatores extralinguísticos (idade, sexo e escolaridade) não influenciam na construção ou não de estruturas de tópico-comentário.

Portanto, este estudo sobre as CT busca desconstruir a homogeneização linguística imposta, mostrando que tanto construções do tipo tópico-comentário como as de sujeito-predicado são reais, possíveis e realizadas dentro do Português Brasileiro (PB), particularmente na variedade

---

<sup>1</sup> Muitas das ideias/discussões aqui presentes já foram amadurecidas e são abordadas de outra forma. No entanto, para ser fiel ao trabalho original, não foram feitas alterações.

<sup>2</sup> É uma hipótese de Araújo (2009) que o autor toma também neste trabalho.

linguística utilizada por falantes no semiárido baiano. Com esse objetivo, apresenta-se na seção seguinte os pressupostos teóricos para as CT, com autores relevantes no que concerne à temática, visto que há um grande número de pesquisas realizadas nessa área. Na seção seguinte é apresentado o caminho metodológico percorrido para a identificação, seleção, análise e classificação dos dados encontrados. Depois, discute-se as amostras das CT encontradas nos inquéritos analisados, estabelecendo, também, uma relação com fatores extralinguísticos de idade, sexo e escolaridade. Chegando-se à conclusão de que o PB é uma língua, como afirmou Pontes (1987), com proeminência tanto de tópico-comentário como de sujeito-predicado, e que essas construções não devem ser consideradas nem superiores, nem inferiores, mas realizações possíveis dentro da proposta de produção do falante, seja ele homem ou mulher, jovem ou velho, escolarizado ou não.

## **2. As construções de tópico**

As GT partem do princípio geral de que a organização dos constituintes na sentença acontece a partir da relação de predicação do tipo sujeito-predicado, licenciando somente uma ordem: Sujeito-Verbo-Objeto (SVO); mas a organização dos constituintes na sentença pode se dar por um fator puramente gramatical, como a ordem SVO, ou os constituintes podem se organizar por um fator funcional, como a ordem Tópico-Comentário. Portanto, o português não é “nem tão livre, nem tampouco tão solto” (TARALLO, 1990, p. 148), mas segue um padrão organizacional que pode não ser puramente gramatical. Estudos sobre o PB, como os de Araújo (2006; 2009), Galves (1998), Kato (2016), Munhoz (2011), Pontes (1987) e Vasco (2006), nas suas diferentes orientações teórico-metodológicas, já observaram que há outra possibilidade de predicação no PB: tópico-comentário; na qual existe um sintagma que funciona como tópico (informação pressuposta) da sentença, seguido por um comentário (informação asserida). Esse tipo de estrutura pode ser encontrado com maior frequência na língua oral em uso, seja de falantes escolarizados ou não-

escolarizados. Isso evidencia que “o fenômeno está enraizado em nossa língua e, por isso, se manifesta nas mais diversas situações, desde as mais informais até as mais formais” (SILVA; ALVES, 2014, p. 51).

(1) – E a Rosa?

– A Rosa eu falei com ela ontem.

(2) – Tô procurando a Vanda.

– A Vanda eu acho que tá dando aula

(PONTES, 1987, p. 14, grifos nossos)

Em (1) e (2), tem-se exemplos de CT e percebe-se não só uma orientação sintática, mas, e principalmente, uma orientação discursiva das construções, nas quais o sintagma nominal (SN) inicial não é o sujeito da sentença, mas um SN dado pelo discurso, que está iniciando a sentença e sendo retomado por um pronome lexical e uma lacuna, respectivamente, em seu lugar canônico. Nesse tipo de construção é preciso levar em consideração não somente o contexto linguístico da sentença, mas também o contexto discursivo para estabelecer a relação entre o tópico e a sentença.

Assim, como afirma Perini (2006), essas construções são apenas um dos problemas encontrados durante a análise sintática de algumas sentenças. Isso acontece porque geralmente tem-se a ideia de que as funções de sujeito e predicado “definem as relações entre os constituintes, e que são mais ou menos suficientes para esgotar o assunto: todas, ou quase todas, as frases do português seriam analisáveis em termos dessas funções sintáticas” (PERINI, 2006, p. 189) – sendo os outros tipos de construções definidos como exceções, ganhando algumas páginas aos finais dos compêndios normativos, com o nome de figuras de sintaxe, de linguagem, de construção, de estilo<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Os compêndios normativos definem as construções “mal formadas” como figuras de sintaxe, sem a devida distinção entre essas e as figuras de linguagem e de pensamento, com exceção de alguns gramáticos como Faraco e Moura (1999). Em relação a essa distinção e sua relação com as construções de tópico ver Silva, Aragão e Parcerro (2016) e Silva e Parcerro (2017; 2019).

Essa dupla predicação já havia sido observada por Pontes (1987) e, recentemente, por diversos autores como Galves (1998) e Vasco (2006) no que diz respeito ao PB. Os estudos desses autores fundamentam-se na nova tipologia das línguas proposta por Li e Thompson (1976 *apud* PONTES, 1987), segundo a qual as línguas poderiam ser divididas em quatro grupos, de acordo com a predominância de sua predicação: proeminência de sujeito, prominência de tópico, proeminência de tópico e sujeito, sem proeminência de tópico ou sujeito.

Durante muito tempo acreditou-se que o PB fosse uma língua de primeiro tipo, no qual as estruturas são, predominantemente, do tipo sujeito-predicado. Por isso a definição de determinadas estruturas como figuras de sintaxe, ou seja, estruturas que fogem da ordem canônica desse tipo de predicação, servindo não como modelo, mas somente como ‘figuras’, formas possíveis de serem usadas em contextos específicos. Contudo, Pontes (1987, p. 39) afirma que “não é exagero pensar que se L&T estão certos em sua proposta de tipologia, o português é no mínimo uma língua de terceiro tipo, em que as duas noções são proeminentes”.

(3) *Os livros, eles* estão em cima da mesa.

(4) *Dessa cerveja* eu não bebo.

(PONTES, 1987, p. 12, grifos nossos)

Pontes (1986; 1987) em seus estudos sobre o PB chamou a atenção para sentenças como (3) e (4), que apresentam outra forma de predicação, podendo ser classificadas como CT. Em (3) tem-se um SN deslocado à esquerda retomado por um pronome na posição de sujeito; em (4), um SN com função de objeto direto deslocado para o início da sentença, sem retomada no seu lugar canônico (pós-verbo). Segundo a autora é a partir da análise de sentenças desse tipo que se percebe a difícil distinção em relação às noções de tópico-comentário e sujeito-predicado. E, para Araújo (2006), essas duas formas de predicação são resultado de duas possíveis realizações sintáticas nas línguas: uma *marcada* e outra *não-marcada* que vivem entre si uma tensão – como afirma Tarallo (1990) em relação a essas

formas, pois, algumas palavras como os advérbios são livres em relação à sua posição, enquanto outras preferem (ou são preferidas em) uma única ordem, como os sujeitos.

Segundo Araújo (2006), a forma não-marcada é manifestada pela ordenação dos constituintes na sentença, ou seja, “reflete o padrão usual da língua, uma ordem canônica de constituintes estabelecidas dentro da própria língua” (ARAÚJO, 2006, p. 18); as construções de sujeito-predicado seriam analisáveis dentro dessa forma não-marcada, por se constituírem a partir da ordenação dos constituintes. A forma marcada, por sua vez, é responsável por uma maior exploração das possíveis posições sintáticas em determinada língua, podendo afastar-se da ordem canônica, “não no sentido de um desvio, mas de [uma] opção que o usuário da língua tem de explorar as posições sintáticas disponíveis em sua língua, numa ordem de constituintes diferentes da canônica” (ARAÚJO, 2006, p. 18). As CT, portanto, são formas marcadas que se constituem a partir do deslocamento de um sintagma para o início da sentença. Marcadas porque o constituinte que inicia a sentença tem uma função discursiva e, geralmente, há uma pausa sensível entre o tópico e o comentário, marcada na oralidade por uma pausa e na escrita por uma vírgula.

Poderíamos dizer, então, que a gramática determina através de suas regras, a configuração não-marcada da ordem das palavras, e que sobre essa se imporá o princípio funcional que atribuirá colorações estilísticas diferenciadas aos enunciados na medida em que a ordem básica é quebrada. Apesar, porém, da sobrevivência e da atuação do princípio funcional, a gramática dirá “*não*” ao princípio funcional se, com a ruptura da ordem básica por ela determinada, as funções gramaticais se perderem (TARALLO, 1990, p. 149-150).

Com isso, percebe-se que enquanto o princípio funcional não romper a estrutura canônica dos constituintes, essa será aceita como única forma possível de predicação. Por isso a difícil distinção entre estruturas SVO e construções de Tópico Sujeito (MUNHOZ, 2011; PONTES, 1986).

Como forma marcada, o tópico é definido como “o deslocamento de um sintagma de sua posição ‘neutra’ [forma não-marcada] para o início

da frase” (AZEREDO, 2008 *apud* SILVA; ALVES, 2014, p. 48). Esse deslocamento de um sintagma pode ser feito tanto à esquerda, como à direita, mas o tópico tem, também, um caráter discursivo, o que faz com que seja mais comum o seu deslocamento à esquerda, já que esse sintagma deslocado é responsável por direcionar o tema/assunto da sentença ou do discurso, sendo esse algo recuperável no texto ou no contexto e de conhecimento dos interlocutores, direcionando o que será dito. Acredita-se ser essa função introdutória/referencial do tópico que faz com que seu deslocamento à direita não seja muito realizado, uma vez que o elemento dado – no contexto dessas construções – não aparece ao final da sentença.

É essa função do tópico de *ser um referencial discursivo* que o situa num sistema de interface, ou seja, localizado entre a sintaxe e o discurso, porque, como afirma Neves (1997), é nessa integração de diversos componente que se constitui o paradigma funcionalista<sup>4</sup>. Assim, a gramática “parece ser internamente estruturada como um organismo, dentro do qual alguns subsistemas são mais proximamente relacionados entre si” (NEVES, 1997, p. 24). Portanto, nas CT, são os subsistemas discursivo e sintático que estão estreitamente relacionados.

Perini (2006), ao abordar as CT, como também os mecanismos de topicalização, fala sobre *tópico sentencial* e *tópico discursivo*. Para o autor, esses dois tipos de tópico estão dentro do “problema” das CT, já que essas construções “podem ser distinguidas em dois tipos nitidamente diferenciados: os **tópicos sentenciais** e os **tópicos discursivos**” (PERINI, 2006, p. 189, grifos no original). Segundo o autor, as CT de tipo sentencial são construções na qual o sintagma que inicia a sentença pode ser analisado em termos de sua função sintática, ou seja, esse, geralmente, possui um lugar canônico na sentença.

O tópico sentencial está ligado mais à língua escrita, pois é responsável pela não correspondência semântica entre as sentenças, apesar da organização sintática dos sintagmas serem semelhantes. O tópico

---

<sup>4</sup> Observe-se que a abordagem funcionalista não é a utilizada neste trabalho, contudo não se pode deixar de ressaltar a importância desse fenômeno linguístico para essa corrente teórica.

discursivo<sup>5</sup>, por sua vez, está mais ligado à língua falada – sendo raro na escrita, porque o elemento topicalizado pode não encontrar uma correspondência sintática com os outros sintagmas na sentença, ligando-se discursivamente.

A diferença entre o tópico sentencial e o tópico discursivo é que se naquele o sintagma deslocado possui um lugar canônico dentro da sentença, neste o sintagma que inicia a sentença está no plano discursivo, mas ligado à outra sentença sintaticamente completa (PERINI, 2006). Essa definição de Perini possui alguns problemas, já que em algumas construções o termo que inicia a sentença, apesar de não parecer, tem um lugar canônico na sentença, como o sintagma *esse carro* em (5), exemplo dado pelo autor para o tópico discursivo:

(5) **Esse carro** o motor tá precisando trocar.

(PERINI, 2006, p. 195, grifos nossos)

Em (5) ocorreu o apagamento da preposição do sintagma preposicionado (SP) durante o seu deslocamento. Esse tipo de construção é definido por Araújo (2009) como *topicalização selvagem*, que é a ocorrência de um sintagma nominal regido por preposição, mas realizado sem ela. Devido a esse apagamento tem-se a impressão que o SN (que faz parte do SP<sup>6</sup>) não possui um lugar canônico na sentença, no entanto, apesar de não parecer, o sintagma possui esse lugar: O motor *desse carro* tá precisando trocar.

Apesar dessa generalização em relação ao tópico discursivo, concorda-se com Perini (2006) que neste tipo de construção o sintagma possui uma função discursiva. Ao dizer isso, afirma-se que estudar o tópico discursivo é transpor as fronteiras da sentença e interessar-se, também, pelo estudo das condições de produção desta, uma vez que, no contexto

---

<sup>5</sup> Entende-se discurso como "qualquer fragmento conexo de escrita ou fala. Um discurso pode ser produzido por uma única pessoa que fala ou escreve, ou também por duas ou mais pessoas que tomam parte numa conversação ou, mais raro, numa troca de escritos" (TRASK, 2004, p. 84).

<sup>6</sup> Segundo Souza e Silva & Koch (1983) o sintagma preposicionado tem, como regra simples, a seguinte estrutura: SP = Prep (SN) (Adv).

discursivo<sup>7</sup>, o sintagma que inicia a sentença cria “um quadro de referência espacial, temporal ou individual dentro do qual a predicação principal é válida” (CHAFFE, 1976 *apud* PERINI, 2006, p. 197). Ou seja, é somente dentro desse quadro de referência que o sintagma topicalizado pode ser interpretado, pois “depende em grande medida dos conhecimentos, expectativas e crenças que o emissor e o receptor têm em comum, somados às inferências lógicas e simples bom senso” (PERINI, 2006, p. 198).

Com isso, podemos definir o tópico como um componente de interface que deve ser analisado numa perspectiva sintática e discursiva, como propõem Araújo (2006). Para a autora, nessa perspectiva, o tópico não é visto apenas como um constituinte deslocado da sentença, mas como um princípio de direcionamento do discurso, sinalizando o que o falante/escritor pressupõe ser a informação conhecida pelo ouvinte/leitor, podendo ou não ser deslocado de um lugar que lhe é canônico na sentença.

O tópico pode ser analisado sintaticamente, porque, quando deslocado à esquerda, é o constituinte que ocorre no início da oração e discursivamente tem a função de retomar o que foi dito antes, estabelecendo a progressão temática do texto. Por isso, concorda-se com Araújo (2006, p. 123) que o tópico “sofre movimento para satisfação de algum traço discursivo”, não sintático.

No que diz respeito à natureza dos sintagmas topicalizados, concorda-se com Araújo (2009) e Pontes (1987) que somente sintagmas nominais, lexicais e pronominais<sup>8</sup> podem ser tópico e que podem ocorrer em qualquer tipo de sentenças, podendo ser tanto “afirmativas, como negativas, exclamativas, interrogativas, assim como encaixadas” (PONTES, 1987, p. 24). E a análise dessas construções sintáticas precisa apoiar-se no discurso, ou melhor, “no limiar entre a sintaxe e o discurso” (PONTES,

---

<sup>7</sup> Entenda-se discurso aqui como o “estudo das unidades linguísticas amplas, cada uma das quais tem uma função comunicativa definida” (TRASK, 2004, p. 84)

<sup>8</sup> Quem apresenta essa definição de sintagmas nominais, lexicais e pronominais é Araújo (2009), Pontes (1987) fala somente em sintagmas nominais. Adota-se aqui a ideia de Pontes já que lexical e pronominal fazem referência aos sintagmas nominais, pois, como afirma Souza e Silva e Koch (1983; p. 16), a configuração do sintagma nominal pode ser de “um *nome* (N) ou um *pronome* (Pro) substantivo (pessoal, demonstrativo, indefinido, interrogativo, possessivo ou relativo)”.

1987, p. 15), porque ao mesmo tempo em que o tópico anuncia o tema de um discurso pode possuir uma posição interna na sentença.

### 3. Procedimentos metodológicos

A partir das considerações apresentadas na seção anterior, o objetivo deste capítulo consiste na análise da organização sintática dos constituintes pela predicação de tópico-comentário, investigando as CT em uso na fala do semiárido baiano para melhor conhecer a organização sintática dos constituintes no PB. Com esse objetivo, levantou-se a hipótese básica de que todos os tipos de CT elencados por Araújo (2009) poderiam ser encontrados na fala em uso no semiárido baiano; e, como hipóteses secundárias, que a Topicalização do Objeto Direto é a mais realizada (ARAÚJO, 2009)<sup>9</sup>; e que os fatores extralinguísticos como idade, sexo e escolaridade não influenciam na realização ou não das CT.

Este trabalho é de caráter bibliográfico, compreendido como a consulta a “toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses [...]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto” (MARCONI; LAKATOS, 1990, p. 66) com o material da temática pesquisada. Apesar da pesquisa bibliográfica ter esse caráter de se apoiar no que foi dito, ou mais propriamente de revisão no que corresponde ao material já publicado, ela não é, e não pode ser, uma repetição do que já foi dito, mas deve colocar o dito sobre um novo enfoque, como afirmam as autoras.

Trata-se, também, de uma pesquisa quantitativa-qualitativa: a) quantitativa por levar em consideração a quantidade de construções realizadas pelos falantes, comparando-as com fatores extralinguísticos; b) qualitativa porque o objetivo não é parar na realização ou não das CT, mas analisar o contexto sintático-discursivo que leva o falante a produzi-las, ou

---

<sup>9</sup> Como demonstrou Silva (2017) e Silva & Pinto (2020), esse tipo de construção não é muito realizada nas variedades linguísticas do semiárido baiano.

não, e conseqüentemente propor uma classificação. Dessa forma, selecionou-se no *cópus* todas as construções que apresentavam uma estrutura semelhante às CT, seguida de uma análise e classificação a partir da tipologia proposta por Araújo (2009). Nesse percurso de seleção, análise e classificação, algumas construções precisaram ser desconsideradas por não estarem dentro do domínio teórico-metodológico desta pesquisa.

Segundo Araújo (2009), as construções de tópicos podem ser classificadas em oito tipos, de acordo com o sintagma que exerce a função de tópico, num caráter sintático-discursivo. Com isso, a autora propõe a seguinte classificação<sup>10</sup>:

- (i) **A Topicalização do Objeto Direto (TOD):** Os pé de café trocô.
- (ii) **O Tópico Pendente com Retomada:** logo, naquele tem o **futebol** era mais efetivado ainda.
- (iii) **O Tópico Cópia:** Agora, Teofil’Otone, num conheço **Teofil’Otone** direito.
- (iv) **O Tópico Sujeito:** A desculpa do Nordeste tem muito interesse.
- (v) **O Tópico Pendente:** Médico sempre aí nas Serra, nesse Rapa mermo tem um posto.
- (vi) **Duplo Sujeito:** E aqueles mele, **eles** é que faz arco.
- (vii) **A Topicalização Selvagem:** Futebol, a gente brincava, né...
- (viii) **O Tópico Locativo:** Nesse sertão nosso aqui tem cascavel demais.

### 3.1 O *cópus*

Selecionou-se para a composição do *cópus* entrevistas da *Coleção Amostra da Língua Falada no Semiárido Baiano* (ALMEIDA; CARNEIRO, 2008), do projeto que recebe o mesmo nome e que está vinculado ao Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). O *cópus* dessa coleção é composto por 72 entrevistas, distribuídas em 4 volumes, que apresentam as seguintes características: a) têm informantes distribuídos quanto ao sexo feminino e masculino; b) os níveis de escolaridade presente são analfabeto,

---

<sup>10</sup> Todos os exemplos para os tipos de CT são de Araújo (2009).

semianalfabeto, alfabetizado e fundamental; c) com faixas etárias: I: 14 a 30 anos; II: 31 a 60 anos; III: acima de 61 anos.

Dessas 72 entrevistas, foram selecionadas 9 para compor o *cópus* desta pesquisa. As entrevistas estão selecionadas de acordo aos seguintes critérios: a) comunidade de origem do falante: 3 inquiridos de Paraguaçu (P), 3 inquiridos de Anselino da Fonseca (AF), 3 inquiridos de Rio de Contas (RC); b) faixa etária: I faixa etária (17-30 anos) II faixa etária (31-60 anos), III faixa etária (61 anos acima); c) sexo: Masculino (M), Feminino (F); d) escolaridade: analfabeto, semianalfabeto ou alfabetizado (A), fundamental (F)<sup>11</sup>. Os informantes estão identificados na amostra dos dados da forma como se vê descrito no Quadro 1.

Quadro 1. Identificação dos Informantes.

DADOS DOS INFORMANTES					
Comunidade	Nome	Sexo	Idade	Escolaridade	Identificação no <i>Cópus</i>
Paraguaçu	V	M	43	4F	P-V.M.II.4F.
Paraguaçu	LM	F	59	1F	P-LM.F.II.1F.
Paraguaçu	APS	M	40	2F	P-APS.M.II.2F.
Anselino da Fonseca	MTS	M	73	A	AF-MTS.M.III.A.
Anselino da Fonseca	VML	F	74	A	AF-VML.F.III.A.
Anselino da Fonseca	J	F	± 70	A	AF-J.F.III.A.
Rio de Contas	A	M	25	4F	RC-A.M.I.4F.
Rio de Contas	JAM	M	17	3F	RC-JAM.M.I.3F.
Rio de Contas	IPSL	F	27	3F	RC-IPSL.F.I.3F.

Fonte: Adaptado de Silva (2017).

## 4 A análise dos dados

### 4.1 As construções de tópico no *cópus*

Inicialmente, foram encontradas no *cópus* 748 construções que apresentavam uma estrutura semelhante às CT. Contudo, percebeu-se que essas construções precisariam passar por uma análise tomando como base não somente os pressupostos teóricos para as CT, mas também pressupostos teóricos da Análise da Conversação e da Linguística Textual, já que o *cópus* se constituía de entrevistas transcritas de gravações. Feito isso,

<sup>11</sup> Os falantes com ensino fundamental estudaram apenas o primeiro ciclo (1ª à 4ª série).

desconsiderou-se 265 construções, entendendo que os elementos que apresentavam uma semelhança com as CT obedeciam a regras organizacionais próprias da fala<sup>12</sup>. Ressalta-se que foi feito isso somente por não se constituir objeto deste estudo elementos das disciplinas da Análise da Conversação e da Linguística Textual, mas se reconhece a necessidade de uma análise dessas construções pelo viés dessas disciplinas que, considerando os limites da pesquisa, não seria possível.

Ficaram, assim, 483 construções que apresentam uma estrutura definida de CT, seja no plano sintático, seja no plano discursivo.

**Tabela 1.** Quadro geral das construções de Tópico.

TIPOS DE CONSTRUÇÕES DE TÓPICO	QUANTIDADE	%
Tópico Pendente	117	24
Tópico Sujeito	81	17
Tópico Cópia	74	15
Tópico Pendente com Retomada	65	14
Topicalização de Objeto Direto	54	11
Tópico Locativo	50	10
Topicalização Selvagem	29	06
Duplo Sujeito	13	03
<b>TOTAL</b>	<b>483</b>	<b>100</b>

Fonte: Adaptado de Silva (2017).

A partir do quadro 2 percebe-se que, na língua em uso de comunidades do semiárido baiano, se pode encontrar um número considerável de CT, classificadas a partir da tipologia proposta por Araújo (2009).

#### 4.1.2 Tópico Pendente

O Tópico pendente corresponde a 24% das construções realizadas, 117 realizações. E, segundo Araújo (2009, p. 240), esse tipo de construção se caracteriza por apresentar um elemento topicalizado que não possui nenhuma relação sintática com a sentença, somente uma relação discursiva, “ou seja, não há um lugar interno na oração que ele possa ser inserido”. Nesse tipo de tópico, o sintagma pode vir acompanhado de um determinante, mas que não é obrigatório.

<sup>12</sup> Recomenda-se consultar Silva (2017).

- (6) *Namoro naquele tempo*, namorado ficava na casa da namorada até que horas na casa da namorada? (P-V.M.II.4F)
- (7) *Irmãos*, eu tenho dezesseis, dez irmão e seis irmã (P-APS.M.II.2F)
- (8) *Tapioca*, tem de tirar da... tem de relar a mandioca, colocar água e depois arrumar um saco assim de pano bem fininho, espremer (RC-A.M.I.4F.)

Percebe-se que os SN que iniciam as sentenças não possuem nenhum lugar canônico dentro dela, estabelecendo somente uma relação discursiva. Como em (6) que o SN *namoro naquele tempo* anuncia sobre o que o falante irá falar, funcionando, portanto, como um direcionador discursivo. Da mesma forma em (7) no qual *irmãos* está ligado semanticamente ao comentário; e em (8) as ações que o falante indicar referem-se à produção de *tapioca*.

#### 4.1.2 Tópico Sujeito

Com representação no corpúsculo de 17%, ou 81 construções, o tópico sujeito é uma particularidade do português do Brasil, não sendo encontrado em outras línguas românicas (ARAÚJO, 2009; MUNHOZ, 2011). Esse tipo de estrutura sintática tem como característica o deslocamento de um SP regido sem a sua preposição e que se impõe como sujeito, uma vez que mantém uma relação de concordância com o verbo, que geralmente aparece conjugado na terceira pessoa do singular. Com essa concordância “irregular”, o argumento externo canônico do verbo tende a aparecer em posição pós-verbal, sem nenhuma concordância sintática com ele.

- (9) *A saúde tá bastante bem, não é?* (P-V.M.II.4F.)
- (10) *Mato Grosso fica pra'qui óh* (RC-IPSL.F.I.3F.)
- (11) *A criação dos filhos, graças a Deus, foi bem* (P-LM.F.II.1F.)

Para além da definição proposta por Araújo (2009) percebeu-se que os sintagmas que iniciam as sentenças podem desempenhar ambas funções, tanto de sujeito, como de tópico; podendo-se levantar a hipótese de

que nesse tipo de construção as noções de tópico e sujeito se mesclaram e não se distinguem mais. É o que acontece com as construções de (9) – (10), nas quais o SN são, dentro do contexto sintático-discursivo, tópico e sujeito. Em (10) o diálogo estava sendo produzido em torno do modo de *criação dos filhos* pela informante, o que a permite continuar o diálogo tomando-o como tópico (informação compartilhada entre os interlocutores) e gerando a concordância sintática com esse mesmo sintagma. Assim, como afirma Munhoz (2011, p. 36), “o próprio nome ‘tópico sujeito’ expressa a ambiguidade de um sintagma que parece cumular duas funções”, seja de tópico, seja sujeito; pois, como apontou Viotti (2002), o tópico discursivamente pode ser definido com aquilo de que se fala e sintaticamente apresentar concordâncias gramaticais atribuídas à função de sujeito.

#### 4.1.3 Tópico Cópia

O Tópico Cópia possui uma representatividade de 15% no *cópus*, correspondendo a 74 construções. Esse tipo de estrutura é a que melhor representa as CT, já que se tem dois sintagmas semanticamente idênticos em uma mesma sentença, ou seja, há um elemento topicalizado que inicia a sentença e é retomado internamente, na sua posição canônica, por uma cópia desse mesmo sintagma – por isso o nome de Tópico Cópia. Como percebe-se em (12) – (14):

- (12) *Churrasco*, aqui dá muito *churrasco* (P-V.M.II.4F.)
- (13) *Ração*, mas num sustentou dá *ração* não (AF-MTS.M.II.A.)
- (14) *Nessas beira* deve ter muito é veado *nessas beira* assim (RC-A.M.I.4F)

#### 4.1.4 Tópico Pendente Com Retomada

Nesse tipo de construção o sintagma que inicia a sentença mantém uma relação semântica com esta, como o Tópico Pendente, com a diferença de que é retomado por um elemento interno à sentença, como “um pronome forte ou clítico, uma expressão genérica, uma categoria vazia” (ARAÚJO, 2009, p. 236) em seu lugar canônico na sentença. No *córpus*, esse tipo de construção representou 14% do total, o que equivale a 65 realizações.

- (15) *A vida dos jovens* cê acha que \_\_ é assim mais... mais livre que antigamente, tem mais liberdade? (P-V.M.II.4F.)
- (16) *Porco* a gente compra um filhote de porco boa, assim, por trinta reais (P-LM.F.II.1F.)
- (17) *Coisa bonita*, aqui essas coisas num tem não (AF-MTS.M.III.A.)
- (18) *Oh mamãe*, \_\_ enfia a águia da máquina (AF-VML.F.III.A.)

Essas construções apresentam um sintagma topicalizado que estabelece uma relação discursiva com a sentença, uma vez que mesmo estando deslocado à esquerda é retomado internamente, em seu lugar canônico, por um elemento a ele ligado semântica ou discursivamente: por uma retomada vazia na posição de sujeito da oração subordinada como em (15); estabelecendo uma relação de continente/contido em (16); por uma expressão genérica em (17); e uma retomada vazia posição de sujeito em (18).

No *córpus*, além dessas, registraram-se as seguintes retomadas:

- a) Quantificador:
  - (19) *O pessoal*, tem uns que chama chácara, outros chama sito, outros chama fazenda, tudo... tudo assim, outros chama que é roça, tudo pa um tem um nome (P-LM.F.II.1F.).
- b) Pronome do caso reto<sup>13</sup> na posição de objeto direto:
  - (20) *Rio Juazeiro*, acho ele bem longe (RC-JAM.M.I.3F.)

---

<sup>13</sup> Na tradição gramatical esses pronomes desempenham, geralmente, a função sintática de sujeito. Como afirmam Cunha & Cintra (2001, p. 276) ao dizer que esses pronomes variam a depender da “função que desempenham na oração”, ou seja, quando forem objetos do verbo devem tomar as formas de pronomes oblíquos. E, apesar de ser “considerado não-padrão pela tradição gramatical, o pronome *ele*, na posição de objeto direto, tem se caracterizado como marcado o PB” (SILVA, 2004, p. 41).

- c) Pronome correspondente<sup>14</sup>, podendo ocupar qualquer posição na sentença:  
 (21) *Óh L.*, o homem quer conversar com você também (AF-MTS.M.III.A.)
- d) Advérbio:  
 (22) E *na usina*, sempre teve gente trabalhado lá da sua família? (RC-A.M.I.4F.)
- e) Numeral:  
 (23) *Carroça*, tem uma lá na Barra (RC-A.M.I.4F.)

#### 4.1.5 Topicalização De Objeto Direto

A topicalização de objeto direto é uma construção na qual se tem um SN com função de objeto direto deslocado da sua posição canônica para a esquerda da sentença, ocupando uma posição pré-verbal. Esse tipo de construção teve uma representatividade de 11% do total ou 54 realizações.

- (24) *Essa igreja* ainda foi eles que fez, que fizeram (RC-JAM.M.I.3F.)  
 (25) *O caju mehmo* a hente vende (P-LM.F.II.1F.)  
 (26) *Manaíba*, ninguém acha pa plantar, que acabou tudo (AF.J.F.III.A.).

Todos os SN que iniciam as sentenças em (24) – (26) desempenha uma função sintática de objeto direto. Diferente dos dados de Araújo (2009), esse tipo de tópico não teve uma grande representatividade dentro do *córpus*.

#### 4.1.6 Tópico Locativo

No Tópico Locativo tem-se um sintagma nominal indicando lugar deslocado à esquerda da sentença devidamente regido por sua preposição.

- (27) *Em São Paulo* o senhor ficou quanto tempo? (P-V.M.II.4F.)  
 (28) E *em Mato Grosso*, você vai sempre? (RC-A.M.I.4F.)  
 (29) *Na cidade*, o prefeito tem dado muita casa fechada, mas a gente aqui nunca deu (RC-IPSL.F.I.3F.).  
 (30) *No São João* tem muita coisa (RC-A.M.I.4F.).

---

<sup>14</sup> Os pronomes referem-se às pessoas do discurso, podendo ser *aquele que fala*, *com quem se fala* e *do que se fala*; a cada função dessas existem pronomes correspondentes. Assim, neste trabalho, refere-se ao pronome correspondente a partir do papel que o tópico ocupado no discurso, como em (21) no qual *L.* é com quem se fala, logo o pronome correspondente será *você*.

- (31) *E de abacaxi, como é que faz?* (P-LM.F.II.1F.)  
 (32) *É no inverno faz bastante frio, né?* (RC.JAM.M.I.3F.)

Segundo Araújo (2009), nesse tipo de construção somente um SN com ideia de lugar, acompanhado por sua preposição, pode-se caracterizar como locativo. Contudo, durante a análise dos dados percebeu-se que alguns SN apareciam regidos por preposição, mas que não apresentavam ideia de lugar, como os sintagmas em (27) – (32). Diante disso, considerou-se o Tópico Locativo como o deslocamento de qualquer SN, com ou sem ideia de lugar, para o início da sentença regido por sua preposição.

#### 4.1.7 Topicalização Selvagem

Esse tipo de construção corresponde a 6% das construções, ou 29 realizações. Nesse tipo de CT, diferente do Tópico Locativo, tem-se um SN deslocado para o início da sentença sem a regência de sua preposição, ou seja, durante o deslocamento a preposição foi apagada.

- (33) *Casamento, não dou, eu não tou achano graça* (AF-VML.F.III.A.)  
 (34) *E o sal, cê falou?* (P-LM.F.II.1F.)  
 (35) *Curador e crente não quero nem conversa* (AF-MTS.M.III.A.).

#### 4.1.8 Duplo Sujeito

Duplo Sujeito ou Cópia Pronominal é o tipo de construção que apresentam um SN na posição de tópico, sendo retomado por um pronome pessoal na posição canônica de sujeito. Ocorreram 13 realizações desse tipo, com um correspondente de 3%<sup>15</sup>.

- (36) *F. tu* vai trabalhar (AF-VML.F.III.A.)  
 (37) *A mãe de D., ela* faz óleo, né? (RC-A.M.I.4F.)  
 (38) *É, L., você* num sai daqui, cê fica aqui, num sai daqui (P-LM.F.II.1F.)  
 (39) *Vereadores eles* não vem aqui também? (P-APS.M.II.2F)

<sup>15</sup> Como ficou dito, as siglas (F., D., L.) são abreviações de nomes de pessoas ao longo das entrevistas.

## 4.2 As construções de tópico e os fatores extralinguísticos

Nesta subseção propõem-se uma relação dos dados com fatores extralinguísticos, tomando como base alguns pressupostos da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; MOLLICA, 2004; NARO, 2004). Entende-se que os fatores “mais atuantes parecem ser idade, sexo, nível sócio econômico e formação escolar” (NARO, 2004, p. 16) – o fator socioeconômico não foi levado em conta aqui. A partir da relação dos dados com esses fatores extralinguísticos pode-se entender o evento como algo estável ou processual a partir da faixa etária; se há condicionadores de heterogeneidade linguística como o sexo; ou se a realização ou não dessas construções está ligada à escolaridade do falante. Contudo, com essa relação, não se busca dar por encerrada qualquer discussão a cerca da influência dessas variáveis nas produções linguísticas (MOLLICA, 2004), mas desconstruir, entre outras, a ideia de que as CT são realizações de falantes não escolarizados. Relacionando a faixa etária com as construções de tópico realizadas tem-se a Tabela 2.

**Tabela 2.** Tópico e Faixa Etária.

TIPOS DE CONSTRUÇÕES DE TÓPICO	FAIXA I		FAIXA II		FAIXA III	
	(f)	%	(f)	%	(f)	%
Tópico Pendente	42	9	42	9	33	7
Tópico Sujeito	43	9	16	3	22	5
Tópico Cópia	32	7	27	6	15	3
Tópico Pendente com Retomada	31	6	23	5	11	2
Topicalização de Objeto Direto	32	7	11	2	11	2
Tópico Locativo	27	6	17	4	6	1
Topicalização Selvagem	15	3	6	1	8	2
Duplo Sujeito	7	1	2	0	4	0
<b>TOTAL</b>	<b>229</b>	<b>48</b>	<b>144</b>	<b>30</b>	<b>110</b>	<b>22</b>

Fonte: Adaptado de Silva (2017).

A faixa etária pode mostrar, como já ficou dito, o caráter estável ou processual da mudança. Estável quando a mudança já foi consolidada e processual quando ainda está no processo de consolidação (variação). No quadro, percebe-se uma maior tendência da faixa etária I para a produção de CT, seguida da faixa II e III. Isso mostra que as construções de tópico começam a ser usadas com uma maior frequência por falantes jovens, que por sua vez podem, futuramente, tornar estável esse processo de mudança na organização sintática dos constituintes no PB. Observe-se, ainda, que mesmo sendo a Faixa I a que detêm a maior porcentagem de realizações de CT, as faixas II e III – que são de falantes mais velhos – não ficam tão atrás assim, detendo juntas 52% das realizações (254), mostrando que esse tipo de construção não apareceu neste século, mas já era realizado em séculos passados, como demonstra Araújo (2006, 2007) em seus estudos com o português dos séculos XVIII e XIX.

No que corresponde à relação entre construções de tópico e sexo dos falantes, tem-se a Tabela 3.

**Tabela 3.** Tópico e Sexo.

TIPOS DE CONSTRUÇÕES DE TÓPICO	SEXO			
	F	%	M	%
Tópico Pendente	59	12	58	12
Tópico Sujeito	31	7	50	11
Tópico Cópia	30	6	44	9
Tópico Pendente com Retomada	30	6	35	7
Topicalização de Objeto Direto	21	4	33	7
Tópico Locativo	20	4	30	6
Topicalização Selvagem	13	3	16	3
Duplo Sujeito	8	2	5	1
<b>TOTAL</b>	<b>212</b>	<b>44</b>	<b>271</b>	<b>56</b>

Fonte: Adaptado de Silva (2017).

Nos processos de mudança, segundo Mollica (2004), as mulheres possuem uma maior tendência a conservar a forma de prestígio. Com isso, percebe-se que na realização ou não das CT, uma forma não prestigiada, as mulheres possuem uma frequência menor que a dos homens. Acredita-se que isso é consequência da atitude conservadora das mulheres diante de uma variedade não prestigiada. Contudo, o fato de a diferença na

realização das CT entre homens e mulheres não ser tão grande, 12% (59 construções), mostra que esse tipo de construção começa a ganhar um status dentro do PB – língua em que há tanto construções de tópico como construções de sujeito, como construções distintas, como afirmou Pontes (1987).

No quadro abaixo, tem-se a relação das construções de tópico com a escolaridade dos falantes.

Tabela 4. Tópico e Escolaridade.

TIPOS DE CONSTRUÇÕES DE TÓPICO	ESCOLARIDADE			
	Analfabeto	%	Fundamental	%
Tópico Pendente	33	7	84	18
Tópico Sujeito	22	5	59	12
Tópico Cópia	15	3	59	12
Tópico Pendente com Retomada	11	2	54	11
Topicalização de Objeto Direto	11	2	43	9
Tópico Locativo	6	1	44	9
Topicalização Selvagem	8	2	21	5
Duplo Sujeito	4	0	9	2
<b>TOTAL</b>	<b>110</b>	<b>22</b>	<b>373</b>	<b>78</b>

Fonte: Adaptado de Silva (2017).

Como afirma Votre (2004), a escola influencia aqueles que a frequentam, gerando mudanças na sua forma de falar e, conseqüentemente, na fala de suas comunidades, mas muitas vezes esse caráter de mudança tende a ser de conservação de uma forma prestigiada. No entanto, no *corpus* deu-se o contrário, falantes que frequentaram a escola, ainda que os anos iniciais, produziram mais que a metade das CT encontradas (78%). Com isso, pode-se perceber que a realização ou não das CT não está ligada ao não conhecimento do falante de regras de concordância, organização sintática etc., mas de uma escolha do falante em relação à língua que está usando, com considerações sobre a importância ou não de determinado constituinte.

## Considerações Finais

As construções de tópico são realizações dentro do PB que apresentam uma outra organização sintática a partir do caráter funcional dos

sintagmas. Sendo assim, essa forma marcada é responsável por explorar possíveis posições sintáticas dentro da língua, podendo afastar-se da ordem canônica estabelecida. Assim, a homogeneização linguística proposta pelos compêndios normativos não se justifica, visto que o PB pode organizar-se, como língua de terceiro tipo (LI & THOMPSON 1976 *apud* PONTES 1987), numa predicação tanto de sujeito-predicado, como tópico-comentário. Nesse tipo de sentença o tópico é visto como um componente de interface, ou seja, sua análise deve partir da perspectiva sintática e discursiva (ARAÚJO, 2006), visto que, como constituinte deslocado da sentença, possui um lugar canônico, mas é também um direcionador daquilo que será dito.

Pode-se perceber que os tipos de CT propostos por Araújo (2009) puderam ser encontrados na variedade em questão e com uma quantidade de realizações considerável (483 construções). Contudo, diferente do trabalho da autora, o tipo de construção mais representativa no *cópus* foi Tópico Pendente, seguido pelo Tópico Sujeito e Tópico Cópia, evidenciando, assim, o caráter mais discursivo do PB.

No que corresponde aos fatores extralinguísticos, percebeu-se que o fator que mais influencia a realização ou não das CT é a faixa etária, já que falantes mais novos possuem uma tendência a produzir mais esse tipo de construção, o que possibilita levantar a hipótese de uma mudança em processo no que corresponde a organização sintática dos constituintes no PB. No fator *sexo*, as mulheres tendem a conservar as construções de tipo sujeito-predicado, forma prestigiada, enquanto os homens possuem uma maior representatividade das CT.

Contudo, a diferença entre homens e mulheres foi somente de 59 construções (12%) o que evidencia a aquisição de um *status* das CT dentro do PB. No que corresponde à escolaridade, falantes escolarizados produziram mais CT, 263 construções, do que falantes não escolarizados, comprovando que a realização ou não dessas construções é uma escolha do falante em relação a informatividade e não consequência de uma falta de escolarização. Portanto, pode-se perceber que os fatores

extralinguísticos influenciam a realização ou não das CT, principalmente o fator etário e escolar.

Com isso, constatou-se que o PB é uma língua que possibilita ambas organizações sintáticas, tanto de tópico-comentário, como de sujeito-predicado, e que essas construções não devem ser consideradas nem superiores, nem inferiores, mas realizações possíveis dentro da proposta de produção do falante, seja ele homem ou mulher, jovem ou velho, escolarizado ou não.

## Referências

- ALMEIDA, N. L. F.; CARNEIRO, Z. O. N. (orgs). Coleção **amostras da língua falada no semiárido baiano**. Universidade Estadual de Feira de Santana: Feira de Santana, 2008. 4 CDs.
- ARAÚJO, E, A. **As construções de tópico do português dos séculos XVIII e XIX**: uma análise sintático-discursiva. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2006.
- ARAÚJO, E, A. A posição dos tópicos no português dos séculos XVIII e XIX. *In*: PACHECO, V.; SAMPAIO, N. F. S. **Pesquisa em Estudos da Linguagem IV**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007. p. 241-268.
- ARAÚJO, E, A. As construções de tópico. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 231-250.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FARACO, C. E.; MOURA, F. M. **Gramática**. 18 ed. São Paulo: Ática, 1999.
- GALVES, C. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, São Paulo, n. 34, p. 19-31, jan/jun 1998.
- HORA, D; BALTOR, C. Estudo variacionista do objeto anafórico no falar pessoense. *In*: CASTILHO, A. *et al.* (org.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas: Pontes, 2007. p. 49-59.

KATO, M. A. Sujeito e Tópico: duas categorias na sintaxe? **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 17, p. 109-131, 1989.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1990.

MOLLICA, M. C. Relevância das variáveis não linguísticas. *In*: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (org). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004. p. 26-31.

MUNHOZ, A. T. **A estrutura argumental das construções de tópico-sujeito**: o caso dos sujeitos locativos. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Brasília: Brasília, 2011.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. *In*: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (org). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004. p. 15-25.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PONTES, E. **Sujeito**: da sintaxe ao discurso. São Paulo: Ática, 1986.

PONTES, E. **O Tópico no Português do Brasil**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

PERINI, M. **Princípios de linguística descritiva**: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

SILVA, M. C. V. F. **O objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2004.

SILVA, F. C. O.; ALVES, S. B. A topicalização e outros deslocamentos: aspectos morfosintáticos e semânticos. *In*: BORTONI-RICARDO, S. M. *et al.* (org.). **Por que a escola não ensina gramática assim?** São Paulo: Parábola Editorial, 2014. p. 45-70.

SILVA, J. B. **As construções de tópico no semiárido baiano**. Monografia. Universidade do Estado da Bahia: Conceição do Coité, 2017.

- SILVA, J. B.; ARAGÃO, C. A.; PARCERO, L. M. J. **Português do semiárido**: construções de tópico ou figuras de sintaxe? Disponível em [http://www.filologia.org.br/xx\\_cnlf/completo/Portugu%EAAs%2odo%2osemi%Eirido%2o-%2oJACKSON.pdf](http://www.filologia.org.br/xx_cnlf/completo/Portugu%EAAs%2odo%2osemi%Eirido%2o-%2oJACKSON.pdf). Acesso em 11 out 2016.
- SILVA, J.; PARCERO, L. M. J. Um Estudo do Português do Brasil: Construções de Tópico ou Figuras de Sintaxe? **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 67, p. 1370-1381, 2017.
- SILVA, J.; PARCERO, L. M. J. Inversão na ordem canônica das sentenças: possibilidades para o ensino de sintaxe. *In*: CASTRO, A. S. A. *et al.* (org.). **Educação, Linguística e Literatura**: múltiplas faces do ensino. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2019. p. 123-134.
- SILVA, J.; PINTO, C. F. A topicalização ou o apagamento do objeto direto no português do semiárido baiano. *In*: SILVA, J.; MARTINS, M. A. (org.). **Estudos linguísticos**: (novos)caminhos. Ananindeau: Itacaiúnas, 2020. p. 7-19.
- SOUZA E SILVA, M. C. P.; KOCH, I. G. V. **Linguística aplicada ao português**: sintaxe. São Paulo: Cortez, 1983.
- VASCO, S. L. **Construções de tópico na fala popular**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006.
- VIOTTI, E. Sobre o efeito de definitude nas sentenças existenciais. **Revista do Gel**, São Paulo, n. especial, 127-153, 2002
- VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. *In*: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (org.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004. p. 51-57.
- TARALLO, F. **Tempos linguísticos**: itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1990.
- TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos Empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola. 2006 [1968].

## Minibiografias

### **Eliane Francisca Alves da Silva Ochiuto**

Doutoranda em Estudos Linguísticos, pela Unesp (câmpus de São José do Rio Preto). Mestre em Estudos Linguísticos, pela UFMS (Câmpus de Três Lagoas). Graduada em Letras Língua Portuguesa/Libras pela EaD/UFGD; Graduada em Letras Português/Inglês pela UEMS (Câmpus de Nova Andradina). Surda, usuária da Libras, atuante na comunidade Surda. Professora Assistente, no curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa/Libras na Faculdade de Educação a Distância da Universidade Federal da Grande Dourados, EaD/UFGD. Participante do Grupo de Pesquisa Estudos em Libras e Educação de Surdos – GEPLÉS, em atuando na linha de pesquisa Estudos linguísticos da Libras e Formação de Professores e práticas pedagógicas inclusivas e/ou bilíngues para surdos.

### **Gilmar Bueno Santos**

Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa. Graduado em Letras – Licenciatura em Língua Inglesa pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP; Licenciatura em Língua Portuguesa, Mestre em Linguística e Doutor em Linguística do Texto e do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Realizou pós-doutorados em Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Minas Gerais e na Université Paris-Est Créteil – Paris XII.

### **Gustavo da Silva Andrade**

Doutorando e Mestre em Estudos Linguísticos, pela Unesp/São José do Rio Preto (2016). Graduou-se em Licenciatura em Letras (Português/Espanhol), pela Unesp/São José do Rio Preto (2013), e em Licenciatura em Letras (Português/Francês), pela Unesp/São José do Rio Preto. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Descrição e análise funcional de língua falada e escrita, em atuando, principalmente, nos seguintes temas: sujeito, alicamento de constituintes, transparência, sintaxe funcional e orações completivas.

### **Jacson Silva**

Graduado em Letras/Português (UNEB); especialista em Linguística Aplicada à Educação (FUTURA). Tem interesse na área de sintaxe do Português, particularmente do português do Brasil e sua vertente rural. Atualmente, é membro do Grupo de Pesquisa Fala e Contexto no Português Brasileiro (GconPort/UNEB).

### **Juliana Soledade**

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2004). Atualmente, é Professora Associada da Universidade Federal da Bahia, em exercício na Universidade de Brasília. É docente permanente do Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia e do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL), da Universidade de Brasília. Integra o Programa Para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), coordenando o subprojeto "Dicionário de nomes em uso no Brasil", financiado pelo CNPq. Organizou as coletâneas "Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias" (2009), "ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias" (2012) e "Saberes lexicais: mundos, mentes e usos" (2015), todas editadas pela EDUFBA. É autora de artigos e capítulos de livros publicados no Brasil e no exterior.

### **Lorena Oliveira dos Santos**

Doutoranda em Língua e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia. Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. É integrante do Grupo de Estudos em Semântica Cognitiva (GESCOG).

### **Maysa de Pádua Teixeira Paulinelli**

Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa. Graduada em Direito pela Universidade Estadual Paulista – UNESP e em Letras-Português pela Universidade Paulista – UNIP, Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Foi bolsista do Programa Nacional de Pós-doutorado PNPd/CAPEs, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Ouro Preto – POSLET/UFOP.

### **Natival Almeida Simões Neto**

Doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, da Universidade Federal da Bahia, onde também se graduou em Letras Vernáculas. Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Está como professor substituto na Universidade Estadual de Feira de Santana. Atuou na organização das coletâneas "Dez leituras sobre o léxico" (EDUNEB, 2019), "Olhares sobre o léxico: perspectivas de estudos" (EDUNEB, 2018) e "Redes lexicais: descrições, análises e histórias" (Editora Mares, 2016). É autor de artigos e capítulos de livros publicados no Brasil e no exterior.

### **Sérgio Casimiro**

Doutorando em Linguística no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e membro do grupo de pesquisa "Linguagem como prática social: analisando interações, gêneros do discurso e estilos sociolinguísticos".

### **Virginia Nuss**

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (Unesp/IBILCE). Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PLE-UEM). Especialista em Psicopedagogia, em Docência em Língua Portuguesa, em Docência em Ensino Superior e em Filosofia e Sociologia. Graduada em Letras pela UEM. Graduada em Pedagogia pela FACIBRA. Integrante do grupo de pesquisa FUNCPAR desde 2012 e do Grupo de Pesquisa Descrição Discursivo-Funcional desde 2017.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



**[www.editorafi.org](http://www.editorafi.org)**  
**[contato@editorafi.org](mailto:contato@editorafi.org)**